



# Geografia da População



# Geografia da População

Marcelo Panis

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Daniela Resende de Faria

**Editorial**

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Paris, Marcelo

P192g Geografia da população / Marcelo Paris. – Londrina:

Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

216 p.

ISBN 978-85-522-1128-0

1. População. 2. Demografia. 3. Fluxos populacionais. I.

Paris, Marcelo. II. Título.

CDD 910.7

---

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 – Londrina – PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Fundamentos dos estudos populacionais</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - Introdução ao estudo da população	9
Seção 1.2 - Conceitos básicos para o estudo da população	24
Seção 1.3 - Crescimento e estrutura populacional	39
<b>Unidade 2   Teorias demográficas e estruturas populacionais</b>	<b>55</b>
Seção 2.1 - As fases do crescimento demográfico	57
Seção 2.2 - Teorias demográficas	74
Seção 2.3 - Pirâmides etárias	90
<b>Unidade 3   Fluxos populacionais internos e externos</b>	<b>109</b>
Seção 3.1 - Movimentos migratórios	111
Seção 3.2 - Migrações internas e externas	126
Seção 3.3 - Imigrações	142
<b>Unidade 4   Estatísticas e indicadores sociais</b>	<b>161</b>
Seção 4.1 - Demografia e políticas públicas	163
Seção 4.2 - Institutos e estatísticas sobre população	180
Seção 4.3 - Indicadores sociais, políticos e econômicos	193



# Palavras do autor

Caríssimos estudantes.

A Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico enquanto produto das transformações naturais e sociais. Ao longo do tempo, enquanto o mundo se tornava cada vez mais complexo, devido às transformações técnico-científicas, também a ciência geográfica foi aumentando exponencialmente sua capacidade de análise e de produção, exigindo com isso que se criassem diferentes linhas de pesquisa, dedicadas a interpretar determinado conjunto de fenômenos que se descortinam no espaço geográfico. É a partir desse contexto que surge a Geografia da População, ramo da Geografia dedicado a interpretar a dinâmica e a mobilidade das pessoas no – e pelo – espaço geográfico.

Assim, ao longo deste curso de Geografia da População, vamos aprofundar conceitos, interpretar exemplos da realidade que nos rodeia e compreender fenômenos demográficos associados às dimensões política, econômica, cultural e ambiental da sociedade, nas mais diversas escalas espaciais, buscando ampliar seus conhecimentos bem como sua capacidade de síntese e interpretação.

Para dar conta de tal desafio, o curso foi dividido em quatro unidades que abrangem seções e conteúdos distintos, separados metodologicamente para favorecer a compreensão do conjunto da disciplina.

A primeira unidade diz respeito aos *fundamentos dos estudos populacionais*; a segunda abordará as *teorias demográficas e estruturas populacionais*; a terceira apresentará os *fluxos populacionais internos e externos*, finalmente, a quarta unidade abrangerá as *estatísticas e os indicadores sociais*.

Mesmo sendo uma disciplina de caráter teórico, não faltarão exemplos e informações atualizadas, tais como mapas, tabelas, gráficos, entre outros materiais de apoio, para contribuir no melhor entendimento dos conteúdos desenvolvidos ao longo do curso.

Todo o esforço empenhado na produção deste livro tem por finalidade oferecer aos estudantes do curso de Geografia um

material de excelente qualidade teórica que complemente a formação profissional e humana de cada um e de cada uma.

Assim, bem-vindos ao curso de Geografia da População.

# Fundamentos dos estudos populacionais

## Convite ao estudo

Esta unidade se inicia com uma indagação importante: “o que é a Geografia da População?”. Mais importante do que procurar uma resposta conceitual pronta para tal pergunta, apresenta-se a necessidade de compreender as transformações que a mobilidade humana promove no – e pelo – espaço geográfico. Nessa medida, ler e interpretar os fenômenos populacionais, a partir da compreensão de seus conceitos básicos, permite ampliar os conhecimentos teóricos, bem como entender os acontecimentos de ordem prática na sociedade, e este será o principal propósito aqui.

Assim, ao longo desta unidade de trabalho, será de fundamental importância o esforço de compreensão dos fundamentos dos estudos demográficos, por meio da interpretação dos conceitos teóricos, da dinâmica e do comportamento populacional, seja em relação ao território brasileiro ou à escala regional e mundial.

Para contribuir com os estudos desta unidade, tomaremos o exemplo de Roberto, que trabalha numa Organização Não Governamental e que é responsável por analisar situações particulares de dois municípios distintos: Estrada dos Rochedos (SP) e Mata dos Capões (PA), tratando de indicadores sociais e de desigualdade em ambos. Esse exemplo proposto contribuirá com a abordagem dos conceitos relacionados a esta seção de estudos em Geografia da População, na qual serão tratados temas relacionados com os conceitos básicos em demografia. Roberto precisou levantar questionamentos e buscar respostas da mesma forma que você precisará fazer: qual é

a população absoluta desses municípios? Que densidades demográficas apresentam? Como está distribuída a população pelo território? Na medida em que Roberto compreendeu os conceitos e interpretou a realidade, foi possível construir leituras adequadas para dar conta de sua tarefa, que dizia respeito à produção de um relatório a respeito da violência e das condições socioeconômicas dos municípios em questão.

Então, sem mais delongas, vamos ao estudo da Geografia da População.

# Seção 1.1

## Introdução ao estudo da população

### Diálogo aberto

Roberto é um analista socioeconômico numa Organização Não Governamental (ONG) no setor de indicadores sociais e desigualdade na distribuição de renda no Brasil. Para esse cargo, o profissional deve ser graduado em Geografia, nas modalidades Licenciatura e/ou Bacharelado. Roberto trabalha há cinco anos nessa ONG, que se chama Contornos do Brasil, uma alusão às diferenças sociais e econômicas em um país de dimensão continental como este. Roberto foi escalado para um trabalho que consistia na produção de dois relatórios para duas prefeituras nas Regiões Norte e Sudeste. Por meio de um edital de contratação, você foi selecionado para trabalhar em conjunto com Roberto na construção desses dois relatórios. O contato dessas prefeituras municipais com a ONG Contornos do Brasil surgiu depois da divulgação dos dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico realizado. O município de Estrada dos Rochedos (no estado de São Paulo) possui um valor alto quanto ao número de habitantes por Km<sup>2</sup> (12.049,90 habitantes/Km<sup>2</sup>), com cerca de 82% do contingente populacional vivendo na cidade. Já em Mata dos Capões (no estado do Pará), o número de habitantes por Km<sup>2</sup> é baixo (0,13 habitantes/Km<sup>2</sup>), com uma taxa de população urbana baixa, de 37%. O número de idosos em Estrada dos Rochedos é alto, assim como a sua taxa de natalidade. Em Mata dos Capões, por sua vez, apesar de o número de nascidos vivos ter sido maior que o número de mortes em geral nos últimos anos, não há um número significativo de idosos. Além disso, em dois anos seguidos, houve crescimento no número de crianças que morreram antes de completar um ano de idade, assim como casos de desnutrição infantil na área urbana. Nesse sentido, com o auxílio da ONG na construção de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população na escala local, os prefeitos de Estrada dos Rochedos e Mata dos Capões contrataram, agora,

para uma análise pormenorizada dos dados populacionais, para que, assim, as políticas públicas das Secretarias de Planejamento dos Municípios fossem otimizadas e os recursos públicos, empregados de forma eficaz. As prefeituras almejam ganhar, em 10 anos, um selo de bons indicadores socioeconômicos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), além de visibilidade no cenário nacional e internacional, e mais verbas para o desenvolvimento municipal. Dessa forma, inicialmente, na organização e apresentação das informações nos relatórios para propor ações e investimentos, Roberto precisará buscar os conceitos estruturantes e essenciais em Geografia da População, pensando em relação ao processo de desenvolvimento da população ao nível do continente americano e brasileiro. Isso implica em uma reflexão acerca dos dados populacionais com os quais o geógrafo trabalhará e a verificação de sua importância e relevância para tal pesquisa. Com base nisso, seu desafio continua, já que é preciso averiguar quais fatores interferem nessas taxas ao analisarmos o crescimento populacional.

Com isso em mãos, Roberto deve ponderar acerca das políticas públicas e sua atuação – determinante ou não – no processo de crescimento populacional, averiguando os indicadores e os cenários futuros em relação à população.

Ao longo do processo de elaboração de seu relatório de pesquisa, o geógrafo Roberto notou que em cinco bairros periféricos havia uma grande defasagem no que tange à escolaridade: a maior parcela dos jovens, quando conseguia se inserir no mercado de trabalho ou se direcionava a subempregos, com uma baixa remuneração ou à informalidade. Além disso, Roberto notou que nos bairros em questão os níveis de violência apresentavam dados significativos ao se comparar a outros bairros do município. O desafio de Roberto é, no relatório de Estrada dos Rochedos, averiguar se há fatores que relacionam alta densidade demográfica aos problemas sociais e econômicos, sobretudo aqueles relacionados ao acesso ao mercado de trabalho e à violência.

Vamos acompanhá-lo em seus desafios na elaboração desse relatório de pesquisa dos municípios supracitados, a fim de que a avaliação junto à Unesco seja positiva.

## Não pode faltar

### O que é a Geografia das Populações?

Ao longo de seus estudos você entendeu que a Geografia é a ciência do espaço geográfico e que o espaço é a totalidade entre o sistema de objetos e o sistema de ações, ou seja, compreende o conjunto das formas físicas e naturais, mais os conteúdos que preenchem e dão sentido para estas formas. Aprendeu, também, que o espaço é dinâmico, logo está em constante processo de transformação, no campo e nas cidades. Grande parte dessas transformações é resultado da dinâmica populacional, ou seja, do movimento das pessoas no – e pelo – espaço geográfico, por meio das mais diversas atividades cotidianas. Portanto, a Geografia da População é um ramo da ciência geográfica que observa, analisa e interpreta os fatores que promovem a dinâmica populacional, bem como as consequências desses processos, levando em consideração fatores políticos, econômicos, culturais e ambientais e, ainda, diferentes traços característicos dessa população, tais como diferenças de gênero (homens e mulheres), étnicas e de faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos).



#### Assimile

De acordo com Milton Santos (1996, p. 63), o espaço é formado por um "conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá".

Assim, o espaço geográfico é o palco onde ocorrem os acontecimentos sociais e, por extensão, populacionais. À medida que a população foi crescendo, passou a ocupar e transformar o espaço de acordo com as suas necessidades. Com o progresso técnico, ampliou os sistemas de objetos, e, por isso, o espaço representa uma construção histórica. Logo, a configuração e a distribuição da população pelo espaço é um produto de transformação deste no tempo.

No decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade, fomos mais ou menos suscetíveis aos fatores naturais. Num primeiro momento, denominado de **meio natural**, as sociedades eram mais dependentes dos acontecimentos naturais (chuvas, calor, frio, etc.)

para desenvolver suas atividades, sobretudo agrícolas. Nos estudos epistemológicos da Geografia, essa relação ficou conhecida como *determinismo geográfico*, caracterizada pela dependência do homem em relação aos fenômenos naturais. A posteriori, quando a sociedade passou a desenvolver novas técnicas produtivas, sobretudo associadas a I e II Revoluções Industriais, ingressas no chamado **período técnico**, ou meio técnico-científico, marcado por inúmeras transformações do homem sobre o seu meio natural, o que nos estudos geográficos se associa com a ideia de *possibilismo geográfico*: agora a sociedade não é totalmente influenciada pelo ambiente, mas têm condições de alterar o meio de acordo com suas necessidades. Finalmente, a partir das transformações promovidas pela II Guerra Mundial e pela Guerra Fria que se estabelece na segunda metade do século XX, ingressamos no chamado **período técnico-científico-informacional**, marcado por inúmeras transformações tecnológicas e a consolidação da comunicação e informação em escala global, onde se intensificam as características da globalização.

Mas o que esse breve parágrafo histórico tem a ver com os estudos populacionais?

À medida que a sociedade foi se complexizando, a dinâmica populacional também se modificou e, por consequência, exigiu dos geógrafos um olhar mais apurado para suas transformações na dinâmica populacional.

Sobretudo na segunda metade do século XX foi possível perceber inúmeras alterações na sociedade mundial: a diminuição da **população economicamente ativa (PEA)**, por conta das guerras, promoveu o **boom populacional** devido à necessidade de reposição da mão de obra e, por consequência, ao aumento das **taxas da natalidade** na Europa; o desenvolvimento tecnológico associado à Guerra Fria possibilitou a melhoria do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, levando ao aumento da **expectativa de vida**, transformando a estrutura da população no mesmo continente e em países desenvolvidos em outros continentes; além disso, esse mesmo desenvolvimento tecnológico, associado ao aumento dos anos de estudos para as mulheres e para os homens, promoveu a diminuição das **taxas de fecundidade**, que por sua vez provocaram o atual **déficit populacional**, transformando a estrutura da **pirâmide etária**, sobretudo nos países desenvolvidos.

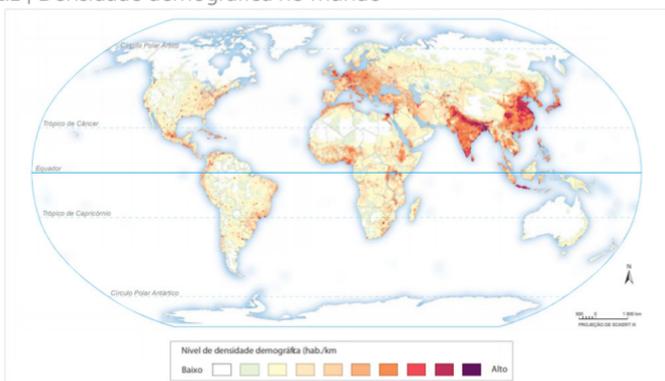
Portanto, é fundamental perceber que acontecimentos de ordem local, regional ou global, influenciam diretamente da dinâmica populacional, exigindo cada vez mais da ciência geográfica um olhar atento e crítico para interpretar a sociedade nas suas diferentes dimensões da vida.

## Configuração e distribuição da população mundial

Há milhares de anos, quando a sociedade se tornou sedentária, era preciso se fixar próximo às reservas de água e onde as condições climáticas fossem mais favoráveis para a produção de alimentos. Já o período contemporâneo é marcado pelo ápice da evolução técnica e tecnológica da sociedade, ou seja, por meio da melhoria dos sistemas de transporte e comunicação, as distâncias não constituem mais um fator determinante para a fixação à terra e para o desenvolvimento dos sistemas produtivos. Um exemplo dessa condição atual é o aumento exponencial da ocupação de Dubai, nos Emirados Árabes, onde as condições da aridez do deserto não são mais um empecilho para a instalação de empreendimentos hoteleiros e habitacionais de alto padrão.

Ainda assim, a distribuição da população mundial não ocorre de forma homogênea nos continentes (Figura 1.1). Isso significa que ao longo da história da humanidade determinados fatores foram mais preponderantes para favorecer a ocupação de determinadas áreas territoriais em detrimento de outras.

Figura 1.1 | Densidade demográfica no mundo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Atlas Geográfico Escolar. Versão on-line disponível em: <[https://atlas escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_mundo/mundo\\_nivel\\_de\\_densidade\\_demografica.pdf](https://atlas escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_nivel_de_densidade_demografica.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Observando a densidade demográfica, pode-se verificar que a população mundial está desigualmente distribuída e concentrada em alguns continentes em detrimento de outros. Algumas áreas apresentam elevada concentração humana, enquanto outras, como se pode observar, constituem verdadeiros **vazios demográficos**, ou seja, territórios que apresentam baixíssima ocupação humana.

Na prática, dois fatores foram preponderantes para a distribuição da população mundial: os fatores físicos ou naturais e os fatores históricos e socioeconômicos.

Os **fatores físicos** ou **naturais** estão associados às condições naturais no decorrer do tempo geológico. É verdade que as ações antrópicas podem alterá-los ou superá-los de acordo com as necessidades da sociedade, mas, mesmo com todos os avanços tecnológicos, ainda somos suscetíveis a eles. Dentre os principais fatores podemos destacar o clima, a hidrografia, os diferentes tipos de relevo, as características pedológicas, que inclusive influenciam nos distintos tipos de solo. Estes fatores em conjunto possibilitaram a constituição de condições favoráveis ou desfavoráveis para a ocupação humana dos continentes. Áreas de frio ou calor extremo, por exemplo, sempre constituíram empecilhos para a habitação e para a produção agropecuária, enquanto que áreas com estações do ano definidas e com chuvas distribuídas favoreceram a fixação ao território.

Já os **fatores históricos** e **socioeconômicos** dizem respeito aos processos históricos que movimentaram a população mundial, em menor ou maior escala. Por este motivo pode-se dizer que tais fatores também estão associados aos movimentos migratórios, que, por sua natureza, promovem o adensamento ou o esvaziamento dos lugares de acordo com sua atratividade ou capacidade de repulsão das populações. As grandes navegações, por exemplo, que viabilizaram um grande deslocamento de europeus ibéricos para a América do Sul por interesses de exploração destes territórios pelas coroas portuguesas e espanholas, está associada a esses fatores.

Direcionando o olhar para o Brasil, as Figuras 1.2 e 1.3 também revelam a ocupação desigual do território nacional associada a aspectos históricos e socioeconômicos.

Figura 1.2 | Concentração da população: faixa litorânea



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Atlas Geográfico Escolar. Versão on-line disponível em: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_distribuicao\\_populacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_populacao.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Figura 1.3 | Distribuição da população brasileira em 2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Atlas Geográfico Escolar. Versão on-line disponível em: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_distribuicao\\_populacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_populacao.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Observando atentamente, percebe-se a relação entre os mapas das figuras. Isto porque as economias de exploração no período colonial se iniciaram pelo litoral do Nordeste brasileiro, respectivamente a extração de pau-brasil e a produção de cana-de-açúcar. Tal processo promoveu a densa ocupação da faixa litorânea nessa região. Mais tarde, quando a economia açucareira entrou em declínio, somado à descoberta das jazidas auríferas em Minas Gerais, foi a Região Sudeste que recebeu um grande contingente migratório e assistiu ao seu adensamento populacional. Desde então essa região do país passou a ser a mais importante economicamente e, por conseguinte, a mais densamente ocupada em termos territoriais, visto que, subseqüente à economia aurífera, veio a economia cafeeira, e, em seguida, o país ingressou em seu processo de industrialização ao longo do século XX.



### Refleta

Observando a Figura 1.1, você consegue estabelecer uma relação de como os fatores da distribuição da população promoveram as diferentes densidades demográficas mundiais?

Observando a Figura 1.3, reflita: como você interpreta a distribuição desigual da população no território brasileiro associada aos fatores históricos e socioeconômicos?

## População absoluta, população relativa e densidade demográfica

Os estudos demográficos visam a interpretação das mudanças no comportamento e na estrutura da população nas mais diferentes escalas do espaço geográfico. Assim, à medida que os estudos populacionais avançaram, também a produção científica progrediu, e, por esse motivo, inúmeros conceitos foram sendo criados para classificar determinados conjuntos de fenômenos.

Ao longo desse curso, tais conceitos serão abordados e conhecidos de maneira que você, estudante, tenha o domínio de seus significados. Vamos, então, iniciar.

**População absoluta:** corresponde ao total de habitantes de determinada parcela do espaço geográfico, podendo ser de um

continente, país, região ou município. Além disso, por exemplo, quando um país possui uma grande população absoluta, ele é classificado como **populoso**, como é o caso de China, Índia, EUA, Indonésia, Brasil, entre outros.

**População relativa:** corresponde à média de habitantes de uma determinada área do espaço geográfico, mensurada em hab./km<sup>2</sup> (habitantes por quilômetro quadrado), também denominada de **densidade demográfica**, portanto a razão entre o território e a população. Observando a quantidade de hab./km<sup>2</sup>, os países podem ser classificados como **povoados** ou não. Vamos observar a tabela a seguir:

Tabela 1.1 | População e densidade demográfica de países

País	População (em 2017)	Área Territorial (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> – 2010)
Brasil	207.353.392	8.515.770	24
Canadá	35.623.680	9.984.670	4
Cingapura	5.888.926	719	8.188
China	1.379.302.784	9.596.960	144
Índia	1.281.935.872	3.287.263	390
Japão	126.451.400	377.915	335
Mônaco	30.645	2	15.323

Fonte: adaptada de dados de <<https://www.indexmundi.com>>; <<https://esa.un.org/unpd/wpp>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

No que diz respeito à densidade demográfica, é importante destacar que esse é um conceito obtido a partir de um valor médio para determinada escala de análise (continente, país, região ou

município). Essa ressalva é importante porque seu cálculo leva em consideração a razão entre a área territorial e a população absoluta, mas não considera áreas urbanas ou rurais separadamente, e em geral as áreas rurais possuem menor concentração populacional, enquanto que as áreas urbanas possuem elevada concentração.



### Exemplificando

É importante compreender os conceitos para não se confundir, isto porque um país populoso pode não ser necessariamente povoado.

O Brasil possui uma das cinco maiores populações do mundo, portanto é um país populoso. No entanto, possui grande área territorial, nesse caso não é um país povoado. Em contrapartida Mônaco não é um território populoso, mas é povoado, porque possui uma das mais elevadas densidades populacionais do mundo.

Existem ainda as classificações de *superpovoamento* ou *superpopulação* e de *subpovoamento*.

É importante que se diga, nesse caso, que tais conceitos estão associados não à população absoluta ou relativa em si, mas ao desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, bem como ao aproveitamento dos recursos disponíveis no território. Tomando a tabela como orientação, verifica-se que a densidade demográfica da Índia é de 390 hab./km<sup>2</sup> enquanto a do Japão é de 335 hab./km<sup>2</sup>. São densidades bastante semelhantes, porém a realidade desses países é diferente no que diz respeito ao nível de desenvolvimento. Nessa medida, a Índia é considerada superpovoada. Já em se tratando do subpovoamento, este se refere ao país que não possui população suficiente para o conjunto dos recursos disponíveis no território.

Tal análise corrobora para a interpretação de outros elementos relacionados à densidade demográfica, como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Em geral as pessoas acreditam que o subdesenvolvimento está associado à elevada população ou às elevadas densidades demográficas. Contudo esse fator não reflete a realidade, como pode ser visto na comparação entre as densidades demográficas da Índia e do Japão. Estas ideias poderão ser melhor interpretadas ao longo do curso, quando serão trabalhadas as teorias demográficas.



A Organização das Nações Unidas (ONU) é um órgão mundial supranacional que é formado pela maioria dos países do mundo. Essa organização atua em várias frentes, buscando interpretar a realidade das nações em escala global.

Entre os seus estudos e observações, a ONU acompanha o comportamento da população mundial para promover estudos e orientar os governos dos países.

Sendo assim, pesquise na base de dados das Nações Unidas – Divisão de População: no ícone Interactive Data, selecione o tópico **densidade populacional** (*population density*) para interpretar as alterações na dinâmica populacional dos países. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Bons estudos.

Estamos apenas no início de nossos estudos populacionais. Isso significa que você ainda entrará em contato com muitos outros conceitos dos estudos demográficos.

## Sem medo de errar

Vamos recordar nossa situação-problema:

Roberto trabalha na Contornos do Brasil, uma Organização Não Governamental (ONG) que interpreta indicadores sociais e de desigualdade no país. Ele está analisando dois municípios fictícios com realidades bastante distintas: Estrada dos Rochedos, no estado de São Paulo, e Mata dos Capões, no estado do Pará.

Uma das situações-problema que se apresenta para Roberto é responder se no município de Estrada dos Rochedos (SP) existe uma relação entre a alta densidade demográfica (12.049,90 hab./km<sup>2</sup>– destes, cerca de 82% vivem na cidade) e os problemas socioeconômicos do município, tais como acesso ao mercado de trabalho e a violência.

É importante lembrar que o subdesenvolvimento – logo os problemas socioeconômicos relacionados a essa condição – não tem relação direta com altos índices de densidade demográficas,

mas, sim, com a falta de investimento governamental em políticas básicas de educação e de estímulo ao emprego, por exemplo.

Tal argumento se justifica uma vez que países como Japão, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, entre outros, possuem elevada densidade demográfica, mas com poucos problemas socioeconômicos. Da mesma forma não se pode dizer que o pequeno território associado à alta densidade demográfica seja o causador dos problemas associados à violência, uma vez que Mônaco, principado que pertence ao continente europeu, possui uma densidade de cerca de 16 mil hab./km<sup>2</sup>, sem com isso apresentar altos índices de violência ou problemas educacionais.

Roberto verificou que as mais altas taxas de defasagem escolar estavam nos bairros periféricos da cidade. Com baixa qualificação de mão de obra, os salários são mais baixos, e, com isso, os poucos rendimentos não garantem as condições mínimas necessárias para uma vida digna e segura.

Além disso, a violência é resultado da falta de investimentos em educação e em políticas de distribuição de renda entre a população. Assim, quanto maior for a concentração de renda, maior serão os problemas relacionados à violência. Contudo, não se pode deixar de lembrar que os maiores índices de violência estão nas cidades, onde, em geral, as densidades demográficas são mais elevadas.

É possível comprovar essa afirmação observando os índices de criminalidade no Brasil, que são maiores nas regiões metropolitanas, áreas que concentram grande contingente populacional e onde as desigualdades socioeconômicas ficam mais evidentes. Regiões como Natal (RN), Belém (PA), Aracajú (SE), Salvador (BA), entre outras, estão entre os maiores índices de violência do mundo, segundo relatório da ONG mexicana, Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A. C., disponível em: <<https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/summary/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>>. Acesso em: 2 maio 2018.

## Faça valer a pena

**1.** Desde o estabelecimento dos grupos sedentários até o período contemporâneo, os continentes foram ampla e desigualmente ocupados pelas diferentes populações. Tal processo revela, na atualidade, elevadas densidades populacionais em determinados continentes paradoxalmente a grandes vazios demográficos.

Considerando tal processo histórico associado aos estudos populacionais, indique a alternativa correta.

- a) O determinismo geográfico de Ratzel serve para justificar a desigual ocupação territorial dos continentes no período contemporâneo.
- b) O possibilismo de Vidal de laBlache estava errado ao se associar às ideias de Charles Darwin para explicar que a natureza é o principal fator de ocupação territorial.
- c) A passagem do período natural para o período técnico e para o período técnico-científico-informacional não promoveu mudanças na estrutura da população mundial.
- d) A partir da segunda metade do século XX, pós II Guerra Mundial, ocorreu um *boom* populacional na Europa devido à necessidade de reposição da mão de obra.
- e) Os estudos populacionais apenas analisam as características da sociedade contemporânea, sem considerar as transformações históricas.

**2.** Leia atentamente o fragmento de texto que segue:

[...] Esta terra, Senhor, me parece que, da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia [...], muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos, que nos parecia muito longa. [...] Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. [...]

Desde a chegada dos portugueses até o período contemporâneo, muitas transformações ocorreram na distribuição da população no território brasileiro. Com base no texto anterior e em seus conhecimentos, é correto afirmar que:

- a) A dinâmica populacional no território brasileiro apenas terá início com a ocupação colonial portuguesa.
- b) Desde a chegada dos portugueses apenas os fatores físicos e naturais são considerados para explicar a ocupação do território brasileiro.
- c) As grandes navegações constituem um fator histórico e socioeconômico que altera a dinâmica populacional do território do Brasil desde o período colonial.
- d) O Nordeste foi a última região brasileira ocupada, devido às condições climáticas desfavoráveis.
- e) Graças ao processo colonial, a distribuição da população no território brasileiro é homogênea no período contemporâneo.

### 3. Leia atentamente ao fragmento de texto que segue:

Em 1950, cinco anos após a criação das Nações Unidas, a população mundial era estimada em cerca de 2,6 bilhões de pessoas. De acordo com estimativas da ONU, a população mundial chegou a 5 bilhões em 11 de julho de 1987, e atingiu a marca de 6 bilhões de pessoas em 12 de outubro de 1999. Agora, 10 anos depois, ela é estimada em aproximadamente 7 bilhões [...]. O Dia Mundial da População é celebrado anualmente em 11 de julho. Ele marca a data quando, em 1987, a população mundial chegou a 5 bilhões de pessoas.

Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas. A ONU e a população mundial. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

A partir da leitura do fragmento de texto e de seus conhecimentos sobre a Geografia da População, pode-se afirmar que:

- a) Para a ONU houve um crescimento exponencial da população relativa mundial.
- b) A população absoluta do planeta cresceu quase três vezes em um pouco mais de 50 anos.
- c) O Dia Mundial da População, comemorado em 11 de junho, remete à ideia do aumento da densidade demográfica do planeta.

- d) De acordo com os números, em cerca de 50 anos, o mundo ficou menos populoso e mais povoado.
- e) Ingressamos no século XXI com uma densidade demográfica alta em todos os países do mundo, devido à elevada população absoluta.

## Seção 1.2

### Conceitos básicos para o estudo da população

#### Diálogo aberto

Em continuidade aos estudos em Geografia da População, esta seção abordará outros conceitos básicos importantes para os estudos populacionais: fecundidade, natalidade, mortalidade, mortalidade infantil e expectativa de vida.

De forma introdutória é importante ressaltar que tais conceitos, utilizados como indicadores, por mais que representem realidades mensuráveis, não são estanques, mas demonstram a dinamicidade das mudanças que ocorrem no comportamento da população.

Estes indicadores, por exemplo, serão utilizados por Roberto, nosso protagonista, que precisa interpretá-los e associá-los, de maneira a produzir um relatório com recomendações para melhorar as condições de salubridade e qualidade de vida da população.

Nossa situação-problema apresenta que o município de Mata dos Capões possui uma densidade demográfica baixa, pois sua população de 7.326 habitantes ocupa uma área territorial de 55.791 km<sup>2</sup>. A maior parte da população está na área rural (63%), segundo as pesquisas feitas por Roberto para o relatório desse município. Como é bastante comum na Região Norte, essa população rural está difusa entre uma grande área de vegetação e de rios caudalosos. Apesar de a floresta dispor da alimentação necessária para o autossustento, ainda há carência no atendimento médico-hospitalar tanto na área rural, quanto na área urbana. Além disso, na área urbana há problemas de saneamento e de falta de alimentação adequada que precisam ser resolvidos. Agora Roberto precisa comprovar que essa dispersão da população rural, associada aos problemas urbanos, soma-se e, com isso, pontuar em seu relatório os possíveis cenários futuros do município, a fim de garantir que as ações sejam efetivas. Dessa forma, é preciso buscar a relação dessas informações aos dados populacionais no município de Mata dos Capões.

A partir do domínio dos conteúdos teóricos, tal como Roberto, você terá condições de ler e entender a realidade de seu município,

estado, região e, até mesmo, a realidade nacional, de maneira a decodificar as transformações socioeconômicas e demográficas no plano concreto.

Então, vamos nos debruçar sobre estes conteúdos e ampliar nossos conhecimentos em Geografia da População.

Bons estudos!

## Não pode faltar

Dentro dos estudos populacionais a classificação e a utilização de conceitos são fundamentais para a interpretação do comportamento demográfico. Isto porque a cada década, ou a cada geração, podem nascer mais crianças, enquanto que em outra podem morrer mais, ou ainda, década após década as pessoas podem viver mais, e tais situações variam entre os diferentes continentes, países, regiões e até municípios.

Por vezes as alterações nesse comportamento podem estar associadas a algum evento facilmente identificável, como doenças que atingem um grande contingente populacional (ebola, AIDS, malária, entre outras) ou até mesmo guerras ou conflitos regionais. No entanto, há também as situações que alteram lentamente o comportamento da população, e isso ocorre de forma quase imperceptível, levando uma ou duas décadas para que se notar. Sendo assim, entender essas mudanças se constitui em um desafio, sobretudo para os governos, uma vez que a partir de sua interpretação é possível estabelecer um melhor planejamento das políticas sociais e das políticas públicas.



### Assimile

Existe um certo debate em torno do conceito de *geração* que acabou por se tornar uma categoria polissêmica, ou seja, dotada de várias interpretações e delimitações distintas. Isto significa dizer que não há um período de tempo determinado na mudança entre uma geração e outra, ainda que haja a compreensão de que esta ocorra em um período entre 20 e 30 anos. Os estudos sociológicos interpretam que a passagem de uma geração para outra esteja relacionada às transformações que determinado grupo de pessoas presenciaram,

portanto os mesmos problemas históricos concretos seriam o ponto de convergência para definir uma geração.

Nessa medida, os conceitos que serão abordados durante toda essa unidade de ensino constituem um conjunto de conhecimentos mínimos necessários para o prosseguimento dos estudos demográficos. No caso desta seção, eles são classificados como indicadores, variáveis ou medidas demográficas, pois expressam comportamentos específicos da população que está sendo analisada.

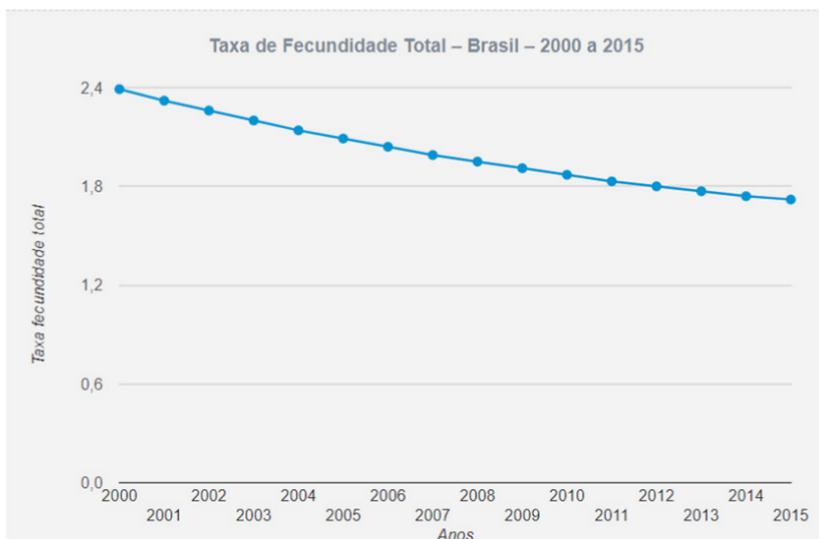
### **Fecundidade e natalidade**

De antemão é importante ressaltar que *natalidade* e *fecundidade* não são sinônimos. Sua diferenciação está no fato de que a *natalidade* diz respeito à relação entre nascimentos vivos e o total da população, enquanto que a *fecundidade* está relacionada à relação dos nascidos vivos de mulheres em idade reprodutiva, usualmente considerada no período entre 15 e 49 anos de idade, nesse caso denominada como taxa de fecundidade geral ou bruta, e classificada como taxa de fecundidade específica quando sua interpretação é feita por intervalos de idades (15 a 19, 20 a 24...). Portanto, ao se tomar como referência um município de 100 mil habitantes onde, no período de um ano, nasceram 400 crianças, as taxas de natalidade e fecundidade nesse município não serão as mesmas.

Além disso, é importante não confundir fecundidade com fertilidade, uma vez que a primeira está associada ao resultado real da capacidade reprodutiva das mulheres, ou seja, aos nascimentos propriamente ditos, enquanto que a segunda está associada ao potencial reprodutivo das mulheres em idade fértil.

Para o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), agência de cooperação internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por monitorar as questões populacionais, a taxa de fecundidade para repor a mão de obra da população deveria ser de 2,1 filhos por mulher durante o seu tempo fértil (IBGE; UNFPA, 2006). Mesmo em grande parte dos países emergentes, as taxas de fecundidade também estão abaixo do indicado pela ONU, como é o caso do Brasil, que vem presenciando a queda desde o início do século XX, de acordo com o Figura 1.4.

Figura 1.4 | Taxa de fecundidade total do Brasil



Fonte: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>>. Acesso em: 21 maio 2018.

Isto significa que nesses países as taxas de fecundidade são inferiores à recomendada pela ONU, portanto essas economias precisam constantemente repor a mão de obra com população migrante, movimento que em geral ocorre das regiões pobres e subdesenvolvidas em direção às regiões ricas e desenvolvidas, tema que será abordado posteriormente.



**Refleta**

Você acredita que o comportamento da fecundidade ou fertilidade das mulheres é igual em todos os países? Que situações ou realidades podem influenciar em diferentes comportamentos? Para buscar mais dados para suas análises, acesse o link disponível em: <<https://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=31&r=xx&l=pt>> ou a página 32 do material disponível em: <[https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf)>(acesso em: 18 maio 2018). Um primeiro parâmetro pode ser, por exemplo, o acesso ao saneamento básico e o grau de desenvolvimento econômico. Há relações possíveis?

No que diz respeito à taxa de natalidade, também denominada de taxa bruta de natalidade (TBN), ela é obtida a partir da relação entre o número de nascidos vivos no período de um ano a cada mil habitantes (permilagem) e a população absoluta da escala estabelecida para análise (país, região, estado ou município), sendo calculada da seguinte forma:

$$\text{Taxa bruta de natalidade (TBN)} = \frac{\text{Nascidos vivos/ano} \times 1.000}{\text{População absoluta}}$$

No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) verificou que há um declínio na taxa bruta de natalidade do país a partir do início do século XX, variado de 20,86 nascimentos para cada mil habitantes no ano de 2000, para 14,16 em 2015. Tal realidade pode ser verificada nos países desenvolvidos e na grande maioria dos países emergentes.

Mas que fatores influenciam na redução das taxas de natalidade?

Ao longo das décadas muitos fatores influenciaram, e ainda influenciam, na redução das taxas de natalidade, contudo foi a partir da segunda metade do século XX que estas mudanças puderam ser melhor percebidas.

O ingresso no período técnico-científico-informacional, por exemplo, quando as inovações tecnológicas foram mais intensas, exigiu uma melhor qualificação da mão de obra. Tal processo levou necessariamente ao aumento da qualificação e dos anos de estudo, inclusive das mulheres, que passaram a obter maior participação no mercado de trabalho, diminuindo seu tempo de permanência em casa.

Pode-se incluir ainda o processo de urbanização que levou a maior parte da população mundial a habitar as cidades, onde a manutenção do custo de vida e os gastos com alimentação, saúde, educação, lazer, vestuário, entre outros, eleva os gastos individuais, forçando a redução das famílias por consequência. Finalmente, não se pode deixar de incluir as conquistas obtidas pelas mulheres por meio da luta por igualdade de direitos em relação aos homens, bem como a disseminação dos métodos contraceptivos, sobretudo a distribuição da pílula anticoncepcional, que naquele período estava associada

um contexto de debates em torno do controle demográfico de população e de planejamento familiar.



### Exemplificando

Um município, que, segundo o último senso demográfico, possui 300 mil habitantes, registrou 2.100 nascimentos vivos no último período. Sendo assim:

$$\text{TBN} = \frac{2.100 \times 1.000}{300.000}$$

Assim, a TBN desse município seria de 7% (permilagem). Leia-se portanto que nasceram 7 crianças a cada 1.000 habitantes.

### Mortalidade e mortalidade infantil

Outros indicadores populacionais importantes para interpretar o comportamento demográfico estão associados à taxa bruta de mortalidade (TBM) e à taxa de mortalidade infantil (TMI).

Tal como a natalidade, a TMB é calculada pela razão entre o número de mortes no período de um ano a cada mil habitantes de determinada escala (país, região, estado ou município), dividido por população absoluta.

$$\text{Taxa bruta de mortalidade (TBM)} = \frac{\text{Mortes/ano} \times 1.000}{\text{População absoluta}}$$

A TBM é um valioso indicador quando se estabelece a interpretação de suas alterações ao longo das décadas, tanto para pensar a ação do Estado para reduzir cada vez mais a mortalidade em decorrência de determinadas situações, quanto para avaliar a extensão do impacto das políticas sociais e sanitárias.

A industrialização, um dos maiores fenômenos humanos conhecidos, transformou a vida das pessoas. Este processo foi responsável pela constituição e pelo crescimento das cidades, fazendo com que, ao longo de pouco mais de duzentos anos, a maioria das

pessoas estivessem habitando as cidades. Esse fenômeno, ainda que tenha se concretizado desigualmente pelo espaço geográfico, está associado a uma série de melhorias sanitárias, tais como serviços de saúde pública, em especial saneamento básico, tratamento e distribuição de água potável e esgotamento. Somados aos avanços médicos, como o desenvolvimento de vacinas e novas práticas de medicina preventiva, contribui para a melhoria das condições de vida da população urbana e, paulatinamente, se estendeu às áreas rurais da mesma forma.

No Brasil, país considerado de industrialização tardia, tal processo também influenciou na redução das TBM. Na década de 1940 o país registrava uma média de 25 mortes a cada mil habitantes. A partir das transformações ocorridas no mundo durante a segunda metade do século XX, em decorrência dos avanços científicos associados à Guerra Fria, promoveu transformações na estrutura populacional, fazendo com que o país tenha reduzido a 6,08 mortes (permilagem) no ano de 2015.

A redução da TBM também influencia na redução da taxa de mortalidade infantil (TMI), classificada ainda como TMI primária, que diz respeito às crianças que nascem vivas, mas não chegam a completar um ano de vida, bem como à taxa de mortalidade na infância, ou TMI secundária, que diz respeito aos nascidos vivos que não chegam a completar cinco anos de vida. O cálculo desse indicador é semelhante à TBM, somente alterando a idade.

$$\text{Taxa de mortalidade infantil (TMI)} = \frac{\text{Mortes/ano} \times 1.000}{\text{População absoluta}}$$

Todas as melhorias nas condições de vida relacionadas à redução das TBM, bem como os fatores que levam à redução das TBN, têm influência na redução das TMI. Esta situação pode ser comprovada observando os números do Brasil: o país registrava na década de 1930 uma média de 162,4 mortes a cada mil habitantes, reduzindo para 13,82 no ano de 2015.



O mesmo município citado no exemplo anterior, sobre as TBN, registrou no mesmo período o falecimento de 1.950 pessoas, das quais 180 eram crianças menores de 5 anos de idade e outras 85 não tinham completado 1 ano de vida.

Assim, a partir da aplicação dos cálculos, pode-se verificar que o município em questão apresentaria:

$$\text{TBM} = \frac{1.950 \times 1.000}{300.000}$$

Uma TBM de 6,5 ‰ (permilagem). Leia-se, portanto, que morreram em média 6,5 pessoas a cada 1000 habitantes.

$$\text{TMI primária} = \frac{180 \times 1.000}{300.000}$$

Uma TMI primária de 0,6 ‰ (permilagem), registrando a morte média de 0,6 crianças antes dos cinco anos de idade para cada 1.000 habitantes.

$$\text{TMI secundária} = \frac{85 \times 1.000}{300.000}$$

Uma TMI secundária de 0,25 ‰ (permilagem), registrando a morte média de menos de três crianças antes do primeiro ano de vida para cada 1.000 habitantes.

### **Expectativa de vida**

Também classificado como esperança de vida ou vida média em uma idade x qualquer, a expectativa de vida é um indicador que aponta o número de anos que uma determinada pessoa, no conjunto da população, viverá em média. Este indicador serve para interpretar

o envelhecimento da população que, segundo as Nações Unidas, está ocorrendo na maioria dos países do mundo.

Para o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) (UNFAP, 2012), o envelhecimento da população é uma conquista da humanidade e tem como principal fator o triunfo do desenvolvimento sobre modelos de vida que apresentavam características tão insalubres no passado, ainda que o aumento da vida média das populações não se consolide de forma homogênea em todas as regiões do planeta. Isto significa dizer que os países desenvolvidos já convivem com uma população de idosos que cresce cada vez mais, mas, uma vez que o progresso técnico também tem chegado a essas regiões do mundo, esta realidade tem se estendido aos países em desenvolvimento, o que se pode observar quando, entre os 15 países com mais de 10 milhões de idosos, 7 estão entre os em desenvolvimento.

Os fatores que levam a esse aumento da expectativa de vida da população estão associados às melhorias na dieta nutricional, nas melhorias e nos avanços médico-sanitários, com a democratização de políticas de prevenção e acompanhamento, que reúnem melhores condições de vida, além evidentemente das melhorias registradas no ensino e no bem-estar econômico das populações.

Após a virada para o século XXI, muitos países passaram a registrar um aumento na expectativa de vida, registrando a idade média de 80 anos ou mais. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) (UNFAP, 2012), o Japão já conta nessa década com uma população de idosos que supera os 30% da população do país e, seguindo nessa perspectiva, até 2050 outros 64 países podem chegar a este índice.

Mas qual é o impacto do aumento da expectativa de vida para os países?

Com as pessoas vivendo mais, os governos devem promover planejamento de médio e longo prazo para as mudanças que virão na estrutura demográfica das sociedades. As políticas de atendimento aos idosos na área da saúde, de mobilidade na área urbana, de lazer e entretenimento, além do debate sobre as alterações no sistema previdenciário, em geral visam apenas aumentar o tempo de contribuição, sem levar em conta as diferenças regionais e o desgaste do trabalho sobre a pessoa, afinal a ONU preconiza que todas as pessoas devem envelhecer com dignidade e segurança, tendo a

plena realização dos seus direitos fundamentais garantidos de forma igualitária.

No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2017) registra que na primeira metade do século XX a expectativa de vida da população brasileira era de 45 anos em média, mas, com as melhorias devido ao processo de industrialização e urbanização, além das melhorias nas áreas de saúde e alimentação, chegou a obter 75,44 anos de vida em 2015, perspectiva que se manterá em progressão se as melhores condições de vida se prolongarem de maneira igual sobre o território nacional.



### Pesquise mais

Busque no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>> (acesso em: 22 maio 2018) informações sobre as características regionais das taxas de natalidade, mortalidade, mortalidade infantil e expectativa de vida para estabelecer uma comparação sobre as diferenças regionais. Assim, você poderá refletir sobre quais fatores explicam as diferenças entre os indicadores e, além disso, fazer um exercício de pensar quais são as ações necessárias para reduzir a desigualdade da realidade demográfica brasileira.

## Sem medo de errar

Você se lembra de Roberto? Ele é nosso analista que trabalha na ONG Contornos do Brasil e está encarregado de elaborar um relatório no qual precisa interpretar as características demográficas de dois municípios em regiões distintas do país: Estrada dos Rochedos, no estado de São Paulo, e Mata dos Capões, no Pará.

A partir dos dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roberto precisa interpretar a situação demográfica dos municípios para fornecer elementos que auxiliem na elaboração de políticas públicas voltadas às melhorias da qualidade de vida da população.

## Contextualizando...

O município de Mata dos Capões possui uma densidade demográfica baixa, pois sua população de 7.326 habitantes ocupa uma área territorial de 55.791,9 km<sup>2</sup>. A maior parte da população está na área rural (63%), segundo as pesquisas feitas por Roberto para o relatório desse município. Como é bastante comum na Região Norte, essa população rural está difusa entre uma grande área de vegetação e de rios caudalosos. Apesar de a floresta dispor de parte da alimentação necessária para o autossustento, ainda há carência no atendimento médico-hospitalar tanto na área rural, quanto na área urbana. Além disso, na área urbana há problemas de saneamento e de falta de alimentação adequada que precisam ser resolvidos. Agora Roberto precisa comprovar que essa dispersão da população rural associada aos problemas urbanos somam-se e, com isso, pontuar em seu relatório os possíveis cenários futuros do município, afim de garantir que as ações sejam efetivas. Dessa forma, é preciso buscar a relação que essas informações podem ter a dados populacionais no município de Mata dos Capões.

Ao verificar que Mata dos Capões apresenta um grande território e uma população pequena, com altos índices de ruralidade, Roberto precisa compreender como essa condição demográfica tem influência sobre a situação do município. A falta ou ineficiência de atendimento e acompanhamento médico hospitalar somado às condições insalubres de vida têm influência sobre todos os indicadores apresentados nesta unidade, e este foi o percurso que Roberto utilizou para explicar a situação e sugerir onde as políticas públicas devem se intensificar para minimizar os problemas.

Isto porque a falta de atendimento e acompanhamento médico está associada, por exemplo, ao aumento dos índices de mortalidade, uma vez que, quando as doenças não são diagnosticadas no tempo devido, podem elevar os índices de mortalidade, até mesmo de mortalidade infantil, pois as crianças nos anos iniciais ainda não têm um sistema imunológico tão resistente.

Roberto lembrou que os países europeus, quando ingressou na era industrial, promoveram uma maior urbanização e buscaram solucionar os problemas associados à insalubridade de seus habitantes. Tal processo levou à diminuição das taxas brutas de mortalidade e das taxas de mortalidade infantil. Além disso, no longo prazo, permitiu

paulatinamente o aumento da expectativa de vida da população, uma vez que a melhoria das condições de vida está diretamente associada ao aumento dos anos de vida.

Neste sentido, em seu relatório, Roberto propõe ao governo do município de Mata dos Capões um investimento na contratação de médicos e agentes de saúde comunitários para atingir um maior contingente da população com atendimento médico-hospitalar, com o devido acompanhamento à área rural, que, em geral, torna-se de difícil acesso devido às distâncias. Propõe também o investimento em saneamento público na área urbana e vacinação para toda a população, de maneira a aumentar a imunização e diminuir os riscos de óbitos por doenças associadas a vetores locais, como mosquitos, por exemplo. Roberto sugere ainda que o município invista no treinamento e na capacitação dos agentes de saúde para informar a população sobre dietas mais saudáveis e adequadas para evitar a desnutrição infantil ou outras doenças que possam estar associados à má alimentação, mesmo que para isso o governo municipal deva investir na distribuição de itens de primeira necessidade alimentar para famílias carentes.

Por fim, Roberto ainda indica a necessidade de o município investir e acompanhar a situação das crianças e dos adolescentes na escola, uma vez que o aumento dos índices de escolaridade está diretamente associado à redução das taxas de natalidade relacionadas à gravidez na adolescência, bem como à qualificação da mão de obra, o que leva à obtenção de empregos com melhor remuneração e, com isso, ao usufruto de melhores condições de uma vida digna e segura.

## Faça valer a pena

**1.** Leia atentamente o excerto de texto que segue:

“Uma breve conceituação e delimitação das principais características e variáveis inerentes a Demografia é seguida por uma abordagem mais específica dos conceitos e medidas de algumas dessas principais variáveis: mortalidade, natalidade e fecundidade [...]”.(CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998, p. 6)



Com base no trecho do texto exposto e em seus conhecimentos em estudos de Geografia da População, é correto afirmar que:

- a) A fecundidade é um índice associado única e exclusivamente aos nascimentos registrados por mulheres na idade adulta.
- b) A natalidade é um indicador equivalente à fecundidade, portanto ambos podem ser utilizados para medir a quantidade de crianças nascidas em um determinado local.
- c) Para os estudos populacionais, só interessa o registro das taxas de natalidade, pois não há o que se planejar para a população em óbito.
- d) A mortalidade infantil é a razão entre os nascidos mortos em uma população absoluta no período de um ano.
- e) A expectativa de vida é um índice que está associado às melhorias nas condições de vida da população.

## 2.

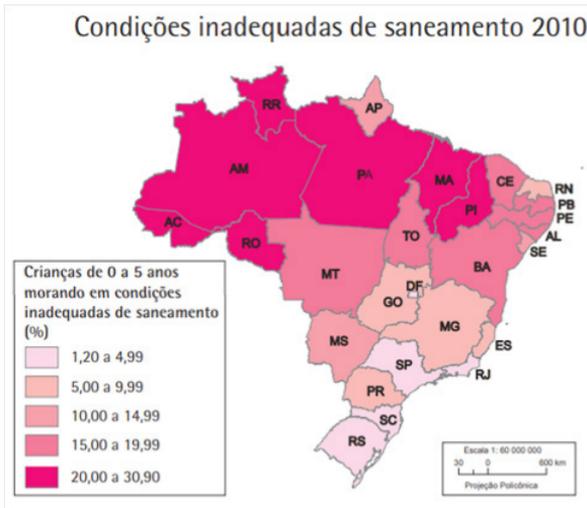
O envelhecimento populacional é uma das mais significativas tendências do século XXI. Apresenta implicações importantes e de longo alcance para todos os domínios da sociedade. No mundo todo, a cada segundo 2 pessoas celebram seu sexagésimo aniversário – em um total anual de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos. Uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050: o envelhecimento da população é um fenômeno que já não pode mais ser ignorado. (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); HELPAGE INTERNATIONAL, 2012, p. 3)

Sobre o envelhecimento da população mundial, indique a alternativa correta.

- a) O envelhecimento da população mundial está ocorrendo em todo o mundo de forma homogênea.
- b) O envelhecimento da população ocorre em função da diminuição das taxas brutas de mortalidade, sobretudo infantil, e do aumento das taxas brutas de natalidade.
- c) O processo de envelhecimento da população é verificado com o aumento proporcional da população de idosos em relação à população absoluta.
- d) Os países subdesenvolvidos não apresentam população idosa, visto que as condições de vida não favorecem o envelhecimento dos habitantes.
- e) O aumento da população de idosos não apresenta desafios para o poder público, uma vez que sua ocorrência só se registra entre os países desenvolvidos.

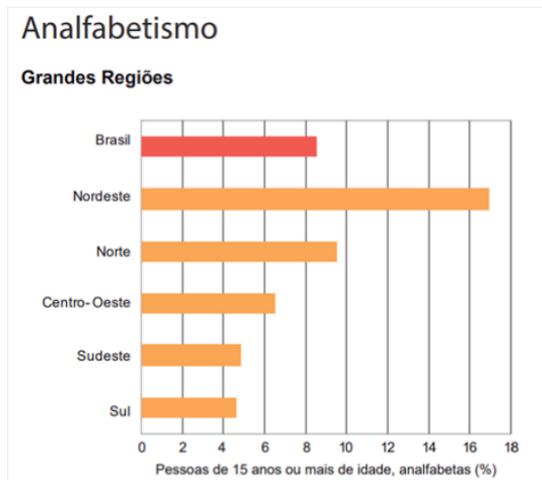
**3.** Os indicadores demográficos constituem uma importante ferramenta de interpretação das condições socioeconômicas, servindo até mesmo como base para avaliação e planejamento das políticas sociais dos governos em nível nacional, regional, estadual e municipal.

Figura | Condições inadequadas de saneamento no Brasil (2010)



Fontes: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_infancia.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_infancia.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2018.

Figura | Taxas de analfabetismo (por regiões)



Fonte: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_alfabetizacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_alfabetizacao.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2018.

Figura | Taxa de mortalidade infantil média, segundo anos de estudo da mãe Brasil - 1986/1995

Anos de estudo da mãe	Taxa de mortalidade infantil (%)	Anos de estudo da mãe	Taxa de mortalidade infantil (%)
Menos de 1	93,0	5 a 8	38,0
1 a 3	70,0	9 a 11	28,0
4	42,0	12 ou mais	9,0

Fonte: IBGE (1999, p. 37).

Com base nas figuras apresentadas, escolha a alternativa que melhor explica a relação entre elas.

- a) Os indicadores demográficos de saneamento e analfabetismo não influenciam nos índices de mortalidade infantil.
- b) A regionalização constitui o melhor modelo para interpretar os indicadores demográficos, pois estes só podem ser interpretados na escala grande.
- c) Comparando as condições inadequadas de saneamento e analfabetismo, compreende-se que ambas são inversamente proporcionais entre a metade norte e a metade sul do país.
- d) O maior percentual de alfabetizados e a salubridade dos ambientes urbanos e rurais representam condições favoráveis para a redução das taxas de mortalidade infantil.
- e) Os melhores níveis de desenvolvimento socioeconômicos associados às Regiões Sul e Sudeste não são suficientes para reduzir as taxas de mortalidade infantil no Brasil.

## Seção 1.3

### Crescimento e estrutura populacional

#### Diálogo aberto

Os conceitos que estudamos até o momento, relacionados aos fundamentos da Geografia da População, constituem um primeiro contato com a base teórica em demografia. É evidente que estamos apenas no início, e muitos outros novos conceitos e classificações serão apresentados. À medida que ampliar seus conhecimentos nos estudos demográficos, você perceberá que as divisões são apenas metodológicas, uma vez que a base teórica constitui um amplo campo científico. Entretanto a divisão metodológica contribui para uma melhor observação e interpretação dos fenômenos demográficos.

Isto foi o que Roberto fez. Ele precisou compartimentalizar os conceitos para, aos poucos, dar conta de sua tarefa: produzir um relatório para a ONG Contornos do Brasil para duas prefeituras de regiões diferentes, Estrada dos Rochedos, em São Paulo, e Mata dos Capões, no Pará, que apresentam características demográficas distintas, mesmo pertencendo ao mesmo país.

Nesta etapa Roberto precisa relacionar a situação da estrutura e do crescimento natural e populacional com os padrões internacionais, procurando explicar as diferenças apresentadas entre os dois municípios.

Nos relatórios, para contextualizar os municípios no cenário nacional e internacional, Roberto constatou que o município de Estrada do Rochedo possuía um alto número de idosos e uma alta taxa de natalidade. Já o município de Mata dos Capões contava com um baixo número de idosos. Dessa forma, ele deve relacionar essas informações aos cenários e tendências da população mundial para contextualizar a situação de tais municípios, afim de promover a reflexão sobre as tendências e a estrutura da população mundial. Seu desafio é consolidar os dados até então trabalhados para que os municípios em questão se alinhem às propostas colocadas pela UNESCO.

Então, vamos estudar a base teórica e entender como Roberto vai finalizar esse relatório.

Bons estudos!

## Não pode faltar

A sociedade contemporânea representa o estágio de maior complexidade da história da humanidade. Ultrapassamos os 7 bilhões de habitantes e ocupamos praticamente a maior parte dos continentes e dos territórios do planeta. Só para ilustrar, enquanto você lê este parágrafo introdutório, segundo o site Worldometers (disponível em: <<http://www.worldometers.info/pt/>>. Acesso em: 29 maio 2018), a população mundial aumentou em 349 pessoas, nasceram 596, morreram 247 e, até chegar ao ponto final, a população mundial aumentou em 364 pessoas. Agora pense nessa dinâmica no tempo de uma hora, um dia, uma semana, um mês, um ano ou uma década. Certamente que essas mudanças são mais intensas.

Estes números absolutos, quando relativizados, demonstram a complexidade populacional que os estudos demográficos precisam interpretar. Não significa apenas o crescimento populacional, mas diz respeito igualmente ao crescimento das cidades e ao aumento da mancha urbana, à mudança na estrutura populacional, à ocupação e aouso do solo, aos impactos sobre o ambiente rural e urbano, à mobilidade, à comunicação, à distribuição da população, entre outros inúmeros fatores que a ciência geográfica em seus vários ramos se dedica a estudar e que se inter-relacionam.

Por este motivo a compreensão da realidade desde a escala grande até a escala pequena é uma tarefa desafiadora e necessária para os geógrafos, em todas as dimensões da vida, entre as quais estão os estudos populacionais.



### Assimile

As definições de escala dizem respeito às representações cartográficas, as quais são bastante utilizadas pelos estudos demográficos para representar graficamente dados estatísticos da população.

Assim, a escala grande é considerada a escala do local, que, apesar de abranger áreas menores, permite ao leitor observar um maior detalhamento da área cartografada, por exemplo guias de ruas ou mapas turísticos; já a escala pequena está associada a uma maior área de abrangência da representação cartográfica, não permitindo ao leitor observar detalhes, por exemplo os mapas-múndi temáticos.

Também chamado de crescimento natural, o crescimento vegetativo corresponde a uma subtração simples entre diferença no número de nascimentos (nascidos vivos) e mortes. Assim, a taxa de crescimento natural ou vegetativo será obtida por este cálculo:

$$\text{Crescimento natural ou vegetativo} = \text{Natalidade ( - ) Mortalidade}$$

Quando o número de nascimentos é maior que o número de óbitos, significa que o crescimento vegetativo é positivo. Se, no entanto, o número de óbitos supera o número de nascimentos, significa que o crescimento vegetativo é negativo. Assim sendo, tem-se respectivamente um superávit ou déficit populacional. Existe, ainda, a possibilidade de o crescimento ser nulo, ou seja, quando o número de nascimentos se iguala ao de óbitos – mas isso dificilmente será registrado nos grandes centros urbanos ou mesmo nas cidades médias.

Não obstante a importância de números e estatísticas, estes não são úteis se não forem adequadamente interpretados para efetivamente servirem como informações pertinentes para analisar as consequências deste comportamento populacional, até mesmo para o planejamento governamental. Vejamos!

Se o crescimento vegetativo é positivo, significa que a reposição da mão de obra para a próxima geração está garantida, ou seja, haverá uma população adulta suficiente para suprir o mercado de trabalho. Ocorrendo o contrário, faltará mão de obra para suprir o mercado, gerando a necessidade de investir na atração de trabalhadores de outras regiões, como será visto em nossos estudos sobre migração mais adiante.

Contudo, não se trata apenas de pensar na reposição da mão de obra. Em geral, o crescimento vegetativo positivo está associado aos países subdesenvolvidos, onde o acesso à informação, à formação, à saúde e ao emprego é mais precário e não atinge a totalidade da população, ou seja, este indicador está diretamente ligado à realidade socioeconômica dos países, regiões ou municípios. Além disso, nessas economias subdesenvolvidas, apesar de registrarem altos índices de taxa bruta de natalidade, não proporcionam as condições adequadas para uma vida plena e digna asua população, o que explica, nesta categoria de países, expectativas de vida com idades mais baixas.

Situação oposta ocorre nos países desenvolvidos, geralmente de industrialização consolidada, que apresentam ótimo índice de desenvolvimento humano (IDH), o que significa menores taxas de natalidade e expectativa de vida mais elevada, ou seja, registram um envelhecimento da população ao mesmo tempo em que acompanham a redução das taxas de fecundidade. Tal processo demandará dos governos um planejamento que dê conta do aumento dos gastos governamentais com a terceira idade, até mesmo a necessidade de reformas nada populares, como a reforma previdenciária, que é um tema que gera muita polêmica em vários países e cujas reformas e mudanças, na maioria das vezes, são feitas por aqueles que estão no comando político dos países, sem informar ou consultar adequadamente a população que será diretamente atingida.



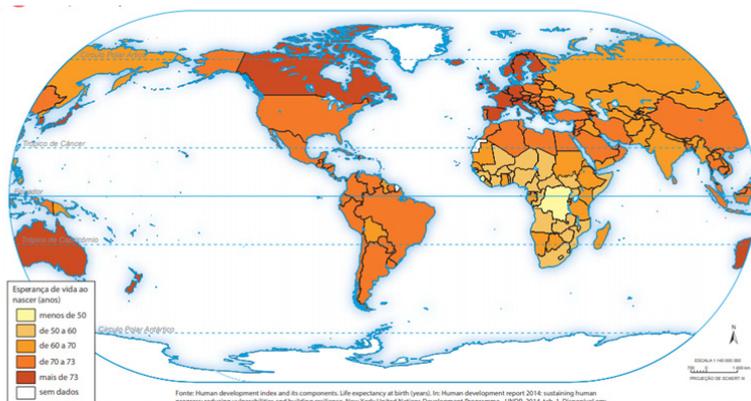
### Assimile

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador medido de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. Quanto mais próximo do zero, pior. Este índice, que será melhor trabalhado a posteriori na disciplina, mede o progresso de uma nação nas dimensões relativas à renda, à saúde e à educação.

Os países emergentes, por sua vez, estão numa fase de transição, registrando paulatinamente a diminuição das taxas de natalidade e vendo aumentar a expectativa de vida da sua população. Em outras palavras, aos poucos a população de adultos tende a superar a de jovens, e os índices da população idosa registram sucessivos aumentos.



Figura 1.5 | Esperança de vida ao nascer - 2013



Fonte: <[https://atlas-escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_mundo/mundo\\_esperanca\\_de\\_vida\\_ao\\_nascer.pdf](https://atlas-escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_esperanca_de_vida_ao_nascer.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2018.

A esperança de vida ao nascer é um índice obtido a partir da observação do comportamento da população com o passar dos anos. Com base em crescimentos socioeconômico, as pessoas garantem melhores condições de vida e, sendo assim, vivem mais.

Dessa forma, observe o mapa e estabeleça uma relação entre a esperança de vida dos países associada aos níveis de desenvolvimento. É notório que os países desenvolvidos em geral apresentam melhores índices enquanto os subdesenvolvidos, piores. Tal relação está associada à manutenção das condições socioeconômica dos países? Há exceções ou isto é uma regra? Como podemos relacionar esses dados?

A existência de países em nível de desenvolvimento diferente distribuídos pelos continentes, demonstrando diversos indicadores populacionais, está associada à teoria da transição demográfica, ou transição da vida, proposta pelo demógrafo estadunidense Warren Thompson (1887-1973) no ano de 1929. Seu principal objetivo era contestar a teoria demográfica malthusiana de maneira a demonstrar que não existe um crescimento populacional acelerado, mas que este crescimento apresenta oscilações periódicas, de acordo com determinado conjunto de eventos que poderiam influenciar nas taxas de natalidade ou de mortalidade.



A teoria malthusiana foi formulada pelo economista inglês Thomas Robert Malthus (1776-1834), publicada em 1798 em seu livro **Ensaio sobre o princípio da população**. Para Malthus, a população mundial crescerá em um ritmo acelerado, equivalente à ordem da progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...), enquanto que a produção de alimentos tenderá a crescer em um ritmo mais lento, na ordem da progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...). Logo a população crescerá mais que sua capacidade de produção de alimentos, equação que levaria necessariamente à fome.

Com base nessa teoria, foi proposto um gráfico que demonstrasse a transição demográfica dos países, em seus diferentes estágios populacionais, a qual veremos nas próximas unidades.

Diferente do crescimento vegetativo, o **crescimento populacional**, ou **crescimento demográfico**, é o resultado da diferença entre o crescimento vegetativo e as taxas de migração. Esta última, por sua vez, é obtida pela diferença entre repulsão (emigração) e atração (imigração), sendo assim calculado:

**Crescimento populacional** = crescimento vegetativo (+) taxa de migração

Assim, um país, uma região, um estado ou um município que registre um crescimento vegetativo negativo pode, mesmo assim, estar aumentando sua população. Para isso basta que sua taxa de migração seja positiva, o que significa que, nesse lugar, há mais pessoas chegando do que saindo.

Esse fenômeno aconteceu com a Alemanha, por exemplo. Este país registrava um crescimento vegetativo muito baixo em decorrência da contínua diminuição das taxas de fecundidade. No entanto, em decorrência do conflito na Síria, a Alemanha recebeu muitos imigrantes, fazendo com que seu crescimento populacional registrasse saldo positivo. Por outro lado, a Síria, em função do conflito que já dura anos, registra um crescimento vegetativo e um populacional negativo ao mesmo tempo.



Segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH) e as Agências da ONU, os sete anos de Guerra da Síria já somam mais de 500 mil mortos e mais de 6 milhões de refugiados, muitos dos quais buscam refúgio em países vizinhos, além de outro grande contingente que se aventura para chegar à Europa.

Portanto, esse conflito tem larga influência sobre a dinâmica e o crescimento populacional na Síria, onde se registra um crescimento populacional negativo com a redução de taxas de natalidade e o aumento do número de óbitos. Da mesma maneira, países do Oriente Médio e da Europa registram a chegada de um grande contingente de imigrantes, muitos dos quais ilegais.

O tema da migração, no entanto, será melhor abordado mais adiante nos nossos estudos. Sabemos, de antemão, que há diversas causas e consequências associadas a este fenômeno demográfico e suas tipologias. A sociedade mundial é marcada pela heterogeneidade, ou seja, uma grande diversidade de etnias, sistemas de crenças, saberes, comportamentos, entre diversos outros fatores físicos e culturais associados à história dos diferentes lugares, que compõe as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais dos grupos sociais espalhados pelo mundo.

Isto significa que nas diferentes escalas ou unidades político-administrativas (país, região, estados ou municípios) cabe à Geografia da População interpretar o comportamento e as características demográficas. Suas contribuições constituem um importante arcabouço, não apenas para conhecer o comportamento da população, mas, sobretudo, que serve de instrumento essencial a ser utilizado pelos governos para promover o planejamento e a gestão do território.

Essa ideia corrobora com o que temos estudado até o momento. Veja bem: em termos de **tendências mundiais**, à medida que o país se consolida industrialmente, tende a crescer economicamente, por conta da renda geral produzida por essa atividade econômica, além de desenvolver sua sociedade, processo relacionado à distribuição per capita da renda e às melhorias socioeconômicas associadas ao processo de urbanização, tais como investimento em saneamento

básico, transporte, educação, saúde, entre outros benefícios, que, mesmo insuficientes ao conjunto da população, promovem mudanças na estrutura da sociedade. Mas como se classifica? Como se estrutura essa população?

Existem muitas maneiras de se dividir e classificar a população para se obter a melhor leitura possível da realidade. A variação, portanto, depende da metodologia que se aplica para atingir os resultados esperados. Um demógrafo pode dividir a população por etnia, gênero, idade, renda, setor da economia, entre outros. Suas escolhas dependerão de quais informações ele pretende analisar.

Em termos metodológicos, a população é classificada por sua estrutura etária, uma vez que as diferentes faixas de idade constituem uma importante fonte de informação para interpretar seu comportamento. Não existe, contudo, uma única classificação etária. A classificação dependerá dos objetivos que determinadas instituições (ONU, IBGE, governos...) pretendem atingir, podendo apresentar as seguintes variações (Tabela 1.2):

Tabela 1.2 | Classificações de faixas etárias

		Faixa de idade			
		Crianças	Jovens	Adultos	Idosos
Classificação			de 0 aos 14 anos	de 15 aos 59 anos	dos 60 em diante
			de 0 aos 14 anos	de 15 aos 64 anos	dos 65 em diante
			de 0 aos 19 anos	de 20 aos 59 anos	dos 60 em diante
		de 0 aos 14 anos	de 15 aos 29 anos	de 30 aos 59 anos	dos 60 em diante

Fonte:elaborada pelo autor.

Você consegue perceber, observando a tabela anterior, que a divisão está associada à conveniência de quem a propõe. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza mais de uma metodologia para analisar a estrutura etária da população. Contudo, é a partir do levantamento e da organização dos dados estatísticos que será possível analisar as características de determinada população e classificá-la, compondo a chamada pirâmide etária populacional, que será trabalhada posteriormente.

A classificação e a interpretação dos dados, por exemplo, permite conhecer: a tendência da redução ou o aumento das taxas de natalidade, exigindo assim mais ou menos investimento em educação; a disponibilidade de mão de obra que irá compor a população em idade ativa (PIA), que influenciará no mercado de trabalho, ou população economicamente ativa (PEA), que terá relação com o sistema de arrecadação do governo (IR, INSS...), ou a população economicamente inativa (PEI), que gera gastos (seguro desemprego, diminuição da arrecadação...); o envelhecimento da população, que, conforme já dissemos, relaciona-se ao aumento dos gastos com aposentadoria, saúde, mobilidade urbana, entre outros, associado à diminuição da arrecadação, o que leva os governos a uma tendência de aumento dos anos de contribuição, alterando a idade mínima para se aposentar.

Assim, a classificação da população em faixas etárias ao longo dos anos e décadas possibilitará interpretar e comparar as informações, de maneira a verificar a tendência do crescimento vegetativo ou populacional das unidades político-administrativas.



### Pesquise mais

Acesse a página População do site do IBGE, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>> (acesso em: 29 maio 2018) e selecione um estado brasileiro para fazer a comparação gráfica do crescimento populacional em relação ao país.

Compare as pirâmides etárias do Brasil com os estados, a evolução dos grupos etários, a distribuição por sexo e os indicadores de natalidade, mortalidade, fecundidade e expectativa de vida, de maneira a perceber as mudanças na estrutura etária da população brasileira.

### Sem medo de errar

Chegamos ao ponto de resolver nossa última situação-problema desta unidade de ensino.

Recordamos que Roberto, analista econômico que trabalha para uma organização não governamental (ONG), está empenhado em verificar alguns indicadores demográficos de dois municípios em

regiões diferentes do Brasil: Estrada dos Rochedos, no estado de São Paulo, e Mata dos Capões, no Pará, com a finalidade de produzir um relatório que servirá como instrumento de planejamento para os governos locais, além de uma importante ferramenta de pesquisa para se vislumbrar cenários futuros do comportamento da população nesses locais.

Nos relatórios, para contextualizar os municípios no cenário nacional e internacional, Roberto constatou que o município de Estrada do Rochedo possuía um alto número de idosos e uma alta taxa de natalidade. Já o município de Mata dos Capões contava com um baixo número de idosos. Dessa forma, ele deve relacionar essas informações aos cenários e às tendências na população mundial para contextualizar a situação de tais municípios, a fim de promover a reflexão sobre as tendências e a estrutura da população mundial. Seu desafio é consolidar os dados trabalhados até então, para que os municípios em questão se alinhem às propostas colocadas pela UNESCO. Vamos acompanhar Roberto e suas conclusões e considerações na apresentação de seu relatório de pesquisa.

Roberto observou que o município de Estrada dos Rochedos (SP) apresenta elevado índice de idosos. Neste quesito significa dizer que o município apresenta boa qualidade de vida, tendência característica dos países desenvolvidos de industrialização consolidada ou daqueles em desenvolvimento, uma vez que o aumento da expectativa de vida reflete melhores condições de saúde da população, atendimento médico, condições salubres de vida, entre outros fatores que aumentam a longevidade humana e que refletem em alterações ao longo do tempo na mortalidade. Contudo, não é comum que um município no qual se verifique um envelhecimento da população apresente, da mesma forma, elevados índices de natalidade – o que não significa que isso não possa acontecer. Isto porque, em geral, o aumento da expectativa de vida também está associado aos índices de educação mais elevados, e, neste caso, tem-se a perspectiva de ingresso da mulher no mercado de trabalho e a diminuição das taxas de fecundidade. No entanto, os elevados índices de natalidade podem ser justificados quando o governo promove campanhas de incentivo à natalidade, como é o caso de alguns países desenvolvidos que, aliás, ajudam financeiramente famílias que tiverem mais filhos, pois estes farão parte do grupo de adultos da próxima geração, estrutura que garante a reposição da mão de obra para manter a economia ativa.

Neste caso, a manutenção das altas taxas de natalidade significa que o município de Estrado dos Rochedos manterá um saldo positivo do crescimento vegetativo e, possivelmente, do crescimento populacional, uma vez que há uma tendência de que os nascimentos sejam maiores que os óbitos.

Não é o mesmo que ocorre em Mata dos Capões, no Pará. Este município apresenta baixo índice de população idosa. Nestes casos, quando a expectativa de vida não atinge idade muito elevada, significa que esta população não tem acesso a condições médico-sanitárias adequadas. Sua qualidade de vida não lhes garante ambiente salubre o suficiente, influenciando assim no aumento dos índices de mortalidade. Neste caso cabe ao governo local investir em política de prevenção e acompanhamento a doenças, bem como disponibilizar atendimento médico e fornecer remédios para a população quando necessário. Se isso acontecer, em médio e longo prazo, possibilitará o aumento dos índices de longevidade, permitindo que as pessoas vivam mais e com melhor qualidade de vida.

No momento, o quadro que se apresenta em Mata dos Capões é possivelmente de um crescimento vegetativo e populacional tímido, pois os índices de mortalidade são mais elevados, e, neste caso, a cidade não se torna atrativa para que pessoas de outros lugares possivelmente firmem residência. Em outras palavras, não atrai imigrantes.

## Faça valer a pena

### 1.

A população brasileira vem passando por processos de transformação caracterizados por alterações significativas em seu regime demográfico. Os níveis e padrões dos eventos vitais – fecundidade e mortalidade – experimentados em todas as regiões do País vêm alterando-se de forma acelerada nas últimas décadas, implicando desafios e oportunidades para nossa sociedade. (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015, p. 8)



Com base no fragmento de texto e em seus conhecimentos, é possível afirmar que:

- a) As transformações na sociedade brasileira constituem características demográficas únicas do Brasil, uma vez que em estudos demográficos não se pode criar padrões.
- b) A fecundidade é o melhor indicador para interpretar o crescimento populacional.
- c) O crescimento vegetativo representa o saldo diferencial entre natalidade e mortalidade no período de um ano.
- d) O cálculo do crescimento natural leva em consideração o número de nascidos vivos, enquanto que o crescimento vegetativo considera os índices de fecundidade.
- e) Crescimento vegetativo e natalidade são termos trazidos das ciências da natureza, pois estas foram o ponto de partida dos estudos demográficos.

## 2. Leia atentamente o trecho a seguir:

Antes de mim vieram os velhos / Os jovens vieram depois de mim / E estamos todos aqui / No meio do caminho dessa vida / Vinda antes de nós / E estamos todos a sós / No meio do caminho dessa vida / E estamos todos no meio / Quem chegou e quem faz tempo que veio / Ninguém no início ou no fim.

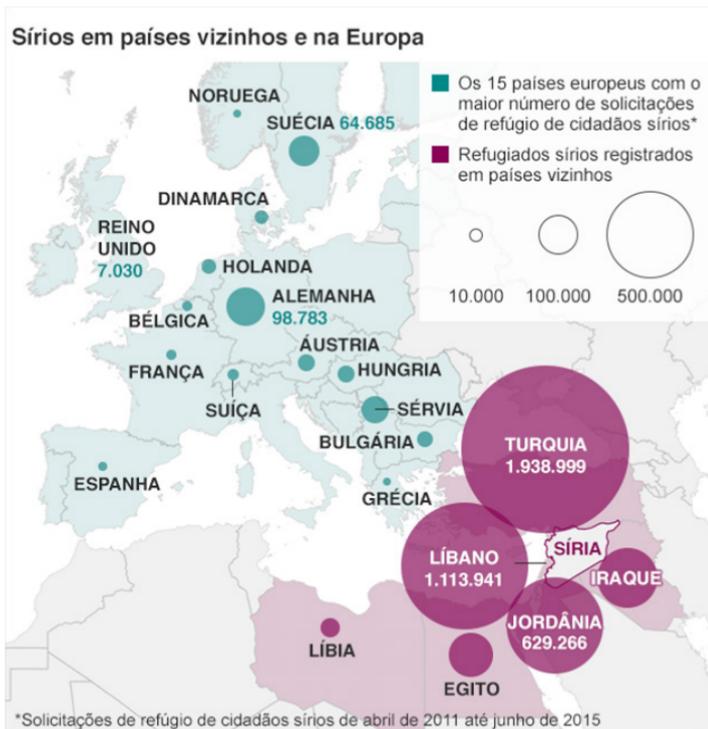
Fonte: CALCANHOTO, A. **Velhos e Jovens**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/adriana-calcanhotto/87092/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Fazendo uma relação entre a música e a dinâmica demográfica, indique a alternativa correta.

- a) A canção faz alusão ao comportamento do crescimento populacional, revelando o comportamento sedimentado da população.
- b) Fala de passado e presente, mas de modo algum tem relação com a dinâmica demográfica.
- c) Interpreta a dinâmica populacional de forma invertida, sintetizando que a vida começa idosa e acaba jovem.
- d) Quando afirma "estamos todos aqui", refere-se ao fato de que a expectativa de vida tende a aumentar.
- e) Faz referência à estrutura populacional, possibilitando compreender a divisão entre jovens, adultos e idosos.

**3.** O conflito na Síria, resquício do movimento intitulado Primavera Árabe, já perdura por mais de seteanos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), este conflito já constitui uma das maiores crises humanitárias desde a Segunda Guerra Mundial. Observe:

Figura | Sírios em países vizinhos



Fonte: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910\\_vizinhos\\_refugiados\\_1k](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_vizinhos_refugiados_1k)>. Acesso em: 29 maio 2018.

Com base na interpretação da figura e a partir das teorias demográficas, pode-se dizer que:

- Os elevados índices de refugiados da população síria representa a diminuição da mortalidade.
- Os sírios refugiados em outros países constituem um saldo populacional positivo.
- Os países europeus evitam receber os sírios, porque apresentam elevados índices de população jovem.
- O longo conflito promove um crescimento vegetativo e populacional negativo na Síria.
- Apesar de a Síria apresentar crescimento populacional negativo, os países vizinhos que recebem refugiados apresentam um crescimento natural positivo.

# Referências

ALVES, J. E. D. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil**: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10)

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores e dados básicos – Brasil, 2012: IDB-2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/matriz.htm>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CAMINHA, P. V. de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional, [s.d.]. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CARVALHO, J. A. M. de; RODRIGUEZ-WONG, L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 597-605, mar. 2008.

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y JUSTICIA PENAL A.C. **Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. Disponível em: <<https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/summary/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>>. Acesso em: 2 maio 2018.

DAMIANI, A. **Geografia e população**. São Paulo: Contexto, 1998.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Geográfico Escolar**. Versão on-line. Disponível em: <<https://atlasescolar.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI**: subsídios para projeção da população. Estudos e Análises, n. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. IBGE Teen. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Brasil em síntese. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Departamento da população e indicadores sociais. Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

\_\_\_\_\_. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil**: 2016: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Indicadores sociodemográficos**: prospectivos para o Brasil 1991-2030. Rio de Janeiro, 2006.

INDEX MUNDI. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

JAMES, O. T.; MENDES, I. L. **Geografia geral e do Brasil**: estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, T. C. R. de; LATORRE, M. do R. D. de O. Tendências da internação e da mortalidade infantil por diarreia: Brasil, 1995 a 2005. In: **Revista Saúde Pública**, v. 44, n. 1, pp. 102-11, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Population Division**: World PopulationProspects. 2017. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

RAMOS, L. R.; VERAS, R.; KALACHE, A. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 211-224, jun. 1987.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

UNFPA – FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mundos distantes**: saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdades. Relatório: Brasil, 2017.

\_\_\_\_\_. HELPAGE INTERNATIONAL. **Envelhecimento no século XXI**: celebração e desafio. Nova York: Londres: 2012.



# Teorias demográficas e estruturas populacionais

### Convite ao estudo

Caríssimos estudantes da disciplina de Geografia da População, estamos iniciando a segunda unidade de nossos estudos populacionais.

Na medida em que avançamos, vamos percebendo como os conteúdos estão interligados e os conceitos demográficos são utilizados para estruturar o pensamento e proporcionar uma melhor leitura da realidade que nos rodeia, tanto local quanto em escala mundial.

Ainda que se trate de uma disciplina teórica, a realidade que se descortina ao nosso redor se apresenta como campo de análise prática, em que é possível observar e interpretar as transformações do comportamento populacional.

Tal tarefa será executada pela equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) ao longo dessa unidade de estudos para que as situações-problemas que estão sendo propostas aqui sejam resolvidas.

A pedido da diretora do Fundo, a panamenha Natalia Kanem e sua equipe deverão selecionar um país desenvolvido, um em desenvolvimento e um subdesenvolvido, de diferentes continentes, para promover um projeto piloto, em que, em um primeiro momento, serão analisados os níveis de desenvolvimento associados às fases da transição demográfica. Em seguida, a equipe buscará interpretar as características demográficas contemporâneas dos países a partir das diferentes teorias demográficas, de maneira a saber se as condições socioeconômicas são explicáveis por essas bases

teóricas. Finalmente, como última tarefa, a equipe buscará interpretar as pirâmides etárias dos países selecionados, que constituem uma representação gráfica da estrutura etária populacional, de modo a traçar um paralelo entre a dinâmica demográfica e as condições socioeconômicas dos países, sempre buscando indicar ações necessárias para promover a melhoria das condições de vida das populações.

Os países selecionados pela equipe, que atendem aos critérios estabelecidos de serem de continentes distintos e apresentarem níveis de desenvolvimentos diferentes, foram: Austrália, como país desenvolvido; Brasil, como em desenvolvimento, e Angola, para os subdesenvolvidos.

Assim, vamos acompanhar Natalia e sua equipe ao longo desta unidade e verificar como resolvem os desafios a fim de ampliarmos e aprofundarmos o conhecimento teórico a partir da utilização de exemplos que permitem uma melhor visualização dos conteúdos trabalhados.

Sem mais delongas, vamos dar continuidade aos nossos estudos populacionais.

Bons estudos!

# Seção 2.1

## As fases do crescimento demográfico

### Diálogo aberto

Estamos iniciando uma nova seção de estudos sobre a Geografia da População.

À medida que avançarmos nos conteúdos, você perceberá as mudanças na percepção do mundo ao seu redor e na forma como interpreta o espaço geográfico e a sociedade, produto e produtora do mesmo.

Nesta seção, você estudará sobre a teoria da transição demográfica, ou transição da vida, que se constitui em um importante marco na interpretação do comportamento populacional vinculado às transformações de caráter socioeconômico, sobretudo no que diz respeito aos processos de industrialização e urbanização nos países, e que serve também como instrumento de análise e compreensão da sociedade, não apenas para os governos como também para entidades, como a Organização das Nações Unidas – ONU, como veremos em nossa situação-problema.

A situação-problema que se apresenta para esta seção diz respeito a um pedido da diretora do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a panamenha Natália Kanem, para que sua equipe selecione três países para a promoção um projeto piloto.

Os países selecionados pela equipe do UNFPA foram: Austrália, Brasil e Angola, um que está entre os melhores índices de desenvolvimento até um que apresenta problemas socioeconômicos mais profundos, respectivamente.

A primeira tarefa da equipe será compreender a atual condição dos países associada às fases da transição demográfica, ou seja, associar a situação populacional de Austrália, Brasil e Angola aos índices demográficos de natalidade, mortalidade e expectativa de vida, tecendo uma leitura a partir de informações econômicas básicas, relacionadas aos setores econômicos produtivos, bem como as respectivas situações de desenvolvimento apresentadas, tais como índices educacionais e de saúde.

As perguntas que irão nortear o trabalho da equipe são: a fase da transição demográfica que o país se encontra está relacionada com as condições socioeconômicas? Quais orientações devem ser dadas para que os países melhorem suas condições demográficas?

Assim, vamos nos dedicar ao estudo e à interpretação dos conteúdos que serão desenvolvidos ao longo do texto para, dessa forma, acompanharmos a resolução da situação-problema proposta.

Bons estudos!

## Não pode faltar

Desde o advento da sociedade industrial as transformações na sociedade e no espaço se tornaram mais dinâmicas e rápidas. Isso posto, significa dizer também que, salvo em situações de desastres naturais ou guerras, há uma tendência no comportamento demográfico em relação ao desenvolvimento da industrialização e urbanização nos países do mundo.

A primeira Revolução Industrial ocorreu em Manchester, na Inglaterra, durante o século XVIII. Essa revolução foi responsável pela mudança na estrutura produtiva, passando do trabalho artesanal para a manufatura e para a maquinofatura, em que as máquinas a vapor passaram a compor parte do processo produtivo, agora coletivo e não mais individual, além de alterarem as formas de transporte, passando da tração animal para os motores a vapor das locomotivas e navios, permitindo, para distâncias maiores, o transporte de pessoas, matérias-primas e produtos.



### Assimile

O trabalho **artesanal** se caracterizava por ser desenvolvido por uma pessoa, o mestre-artesão, com um ajudante, por vezes, denominado aprendiz. O artesão efetuava o trabalho em sua própria oficina e era responsável por todo o processo produtivo, desde a compra da matéria-prima, passando pela confecção do produto, até a sua comercialização.

A partir da expansão do comércio marítimo e, por consequência, da necessidade de se produzir mais, tem início a produção coletiva, denominada **manufatura**, na qual o artesão passou a trabalhar para

o comerciante, em espaços coletivos, para suprir a demanda por determinados produtos, perdendo o controle de suas ferramentas e do seu tempo de trabalho, estipulado pela unidade produtiva.

Finalmente, com o advento das máquinas a vapor, essas unidades produtivas passaram a se caracterizar pela **maquinofatura**, marcada pela produção coletiva com o uso de máquinas que permitiam a produção de maiores volumes em menos tempo, alterando por completo o processo produtivo.

Cerca de um século depois, em meados do século XIX, o processo de industrialização se alastrou por outros países da Europa, chegando também à América e à Ásia, respectivamente aos EUA e ao Japão. Nesse tempo, no entanto, já havia o incremento dos motores à combustão, que, somados à eletrificação e à comunicação por telefone, constituíram um conjunto de transformações que marcaram definitivamente a transição da sociedade moderna.

Mas, qual a relação entre o processo de industrialização e as mudanças na estrutura populacional?

O momento em que houve a mudança da estrutura produtiva, passando do trabalho artesanal e individual para o trabalho mecanizado e coletivo, marcou a transição para a industrialização. A principal característica da atividade industrial é o trabalho em unidades de produção, as chamadas fábricas, onde as pessoas passaram a se reunir para efetuar determinadas funções específicas para a produção de artigos industrializados. Esse processo intensificou a divisão social do trabalho.



### Assimile

A **divisão social do trabalho** diz respeito às atribuições que cada indivíduo tem nas estruturas socioeconômicas, ou seja, o fracionamento do trabalho.

Ao mesmo tempo em que tal processo permitiu o aumento da capacidade e da eficiência produtiva, por meio da especialização da mão de obra, intensificou também a divisão de classes, pois passou a

distinguir o trabalho intelectual do trabalho físico, levando, portanto, a desigual divisão dos ganhos e, por consequência, a desigual acumulação das riquezas.

Nesse processo, as fábricas necessitavam de muita mão de obra em suas unidades de produção. Era necessário, então, que o trabalhador morasse próximo a elas. Nessa medida, amalgamado à industrialização estava o processo de urbanização, caracterizado pela concentração habitacional situada próxima às fábricas, que cresciam à medida em que aumentava a atividade industrial.

Tal processo promoveu grandes movimentos migratórios do campo para as cidades, fazendo com que, aos poucos, a maior parte da população se concentrasse nas áreas urbanas, em que, diferentemente do espaço rural, não havia produção de gêneros primários, portanto, as pessoas compravam todos os itens necessários para o seu consumo. Assim, as cidades se tornaram grandes centros de produção industrial e de comércio, elevando o custo de vida das famílias.

Também associados à urbanização, cresceram os problemas urbanos relacionados ao saneamento, ao planejamento do espaço e ao aumento da demanda por saúde e educação. Todos os países que se desenvolveram ou estão se desenvolvendo superaram ou precisam superar esses desafios para alcançar melhores índices socioeconômicos.

Importante ressaltar que tanto o processo de industrialização como o de urbanização se efetivaram e se efetivam de maneira desigual pelos países do mundo. Com isso, conforme foi possível estudar na unidade anterior, a estrutura populacional das sociedades foi se alterando aos poucos, interferindo nas taxas de natalidade, mortalidade e expectativa de vida ao nascer.



**Refleta**

Sabe-se que a estrutura populacional e socioeconômica mundial é dinâmica, além de adquirir peculiaridades regionais e locais. Entretanto,

cabe um questionamento: é possível que em um cenário futuro todos os países do mundo atinjam condições socioeconômicas semelhantes? Se sim, que impacto tal processo teria sobre o comportamento da população mundial?

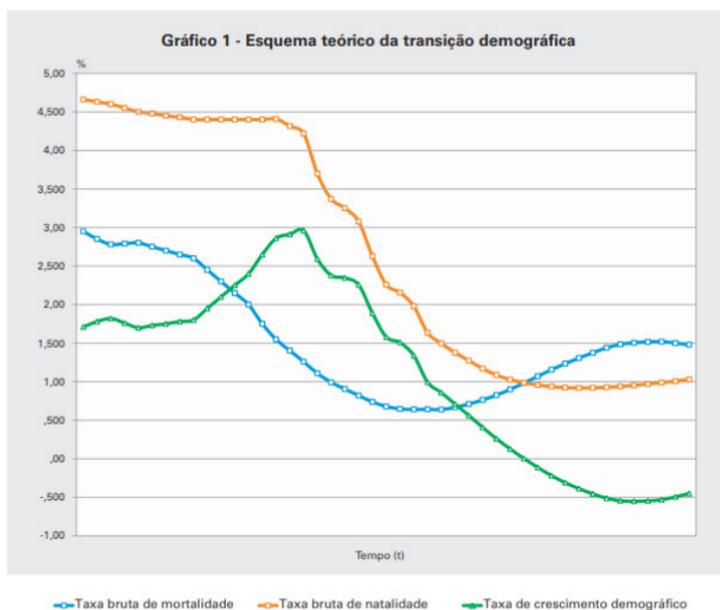
Ao serem observadas as transformações de ordem socioeconômica, que igualmente promoveram consequências na estrutura demográfica, construiu-se uma proposição teórica que demonstrava a **transição demográfica** dos países, também denominada de transição da vida ou vital, observando diferentes fases da estrutura populacional de acordo com as influências das transformações socioeconômicas.

Mesmo que as transformações na estrutura demográfica já fossem conhecidas, a teoria da transição demográfica foi inicialmente elaborada pelo economista francês Adolphe Landry (1874-1956), em 1909, contudo, foi efetivamente organizada pelo demógrafo estadunidense Warren Thompson (1887-1973), no ano de 1929, constituída de quatro fases que serão apresentadas a seguir.

Antes de explicá-las, no entanto, cabe uma ressalva: a teoria da transição demográfica é do início do século XX. Isso significa que em sua elaboração inicial não se considerou o maior conflito da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, tampouco a Guerra Fria, a revolução técnico-científico-informacional, entre outros fenômenos que influenciaram profundamente o comportamento populacional no mundo. Por esse motivo, já existem propostas que consideram uma quinta fase na teoria da transição, que acrescenta condições contemporâneas recentes na estrutura demográfica.

O gráfico que representa a teoria da transição demográfica demonstra uma mudança de um regime com elevadas taxas brutas de mortalidade, fecundidade e natalidade, para um regime no qual essas taxas tendem a diminuir a níveis relativamente mais baixos, em decorrência de transformações provocadas pelo processo de industrialização e o que dele decorre, influenciando, por consequência, nas taxas de crescimento demográfico.

Figura 2.1 | Esquema teórico da Transição Demográfica



Fonte: IBGE (2015, p. 139).

A primeira fase, também denominada de pré-industrial, situada numa sociedade baseada no trabalho artesanal e agrícola, principais características econômicas, apresenta elevados níveis de natalidade e de mortalidade, o que significa um baixo crescimento vegetativo, sobretudo devido às condições médico-sanitárias, de guerras e epidemias que atingiam constantemente a população, promovendo elevados níveis de óbitos. Além disso, é importante sinalizar o período em que o país se caracterizava por uma economia agrária, prevalecendo as atividades primárias.

A segunda fase, denominada transicional, é marcada pelo processo de industrialização, mas se caracteriza por dois períodos distintos entre si, que podem ser considerados na verdade a segunda e terceira fase da transição demográfica. Num primeiro período ocorre o crescimento vegetativo da população, em decorrência da redução da mortalidade promovida pelas melhorias associadas ao processo de industrialização e de urbanização, os quais promoveram melhorias nas condições de salubridade da população. Contudo, as taxas de natalidade ainda se mantiveram elevadas.

No período seguinte o que se observou foi a continuidade da redução da mortalidade em virtude da manutenção das melhorias de vida conquistadas, bem como da redução da natalidade, caracterizada pelo fenômeno da transição da fecundidade, em que tendencialmente se registra a diminuição do número médio de filhos por mulheres em idade reprodutiva. Esse processo ocorre por fatores já mencionados, tais como o aumento da escolaridade, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a democratização dos métodos contraceptivos, entre outros. O fato é que nesse período voltou-se a registrar a diminuição do crescimento vegetativo e, por consequência, a diminuição do nível de reposição da população, uma vez que as taxas de natalidade também caíram.

Os países que estão nessa fase são industrializados, porém, ainda mantêm características industriais subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, com parques industriais tradicionais associados a enclaves industriais tecnológicos, bem como problemas ambientais em decorrência da atividade do setor secundário.

A fase evoluída, assim denominada a quarta fase da transição demográfica, apresenta baixas taxas de natalidade e de mortalidade, promovendo a manutenção do baixo crescimento vegetativo, inclusive podendo ser negativo em alguns casos. Os países nessa fase apresentam industrialização consolidada, marcada pelo alto desenvolvimento tecnológico e humano.

Mais recentemente, em decorrência da elevada expectativa de vida apresentada pelos países desenvolvidos combinada às baixas taxas de fecundidade e de natalidade, nota-se uma tendência ao envelhecimento populacional, já que esses países apresentam um crescimento vegetativo negativo, cujas taxas brutas de mortalidade tendem a ultrapassar as taxas de natalidade, características que estão sendo associadas à quinta fase da transição demográfica.



### Exemplificando

Perceba que o gráfico da transição demográfica não apresenta escala temporal, ou seja, apesar de estar associado a processos históricos, os países podem estar, ao mesmo tempo, em fases distintas na transição entre elas.

Ainda que alguns acreditem que não existam mais países na primeira fase, lugares como Zimbábue, Eritréia, Etiópia, entre outros, apresentam fortes características associadas a essa fase.

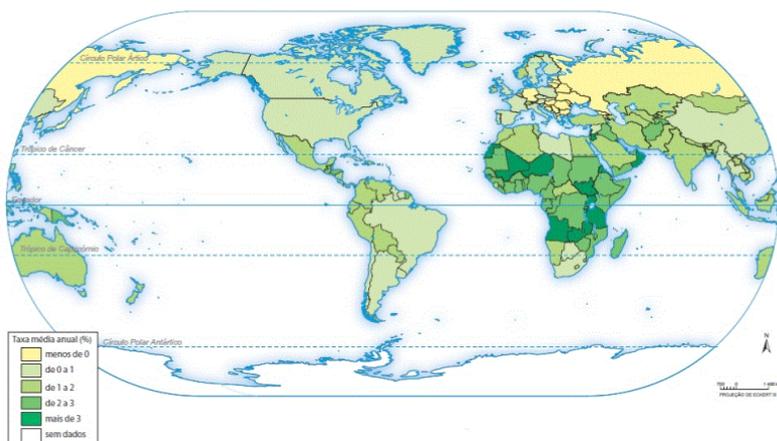
Entre a segunda e a terceira fase estão a maior parte dos países do mundo, apresentando diferentes níveis de industrialização.

O Brasil tem apresentado uma tendência cada vez maior de envelhecimento da população, o que significa que estamos na passagem entre a terceira e a quarta fase da transição demográfica.

Por sua vez, países como Japão e Alemanha apresentam características da quinta fase, na qual existe um grande contingente de população idosa e manutenção de reduzidas taxas de fecundidade e natalidade.

Se observarmos a Figura 2.2, que apresenta a taxa de crescimento populacional entre 2010 e 2015, pode-se verificar como a teoria da transição demográfica realmente permite elaborar uma leitura do comportamento demográfico associado às condições socioeconômicas dos países do mundo.

Figura 2.2 | Taxa de crescimento populacional entre 2010 e 2015



Fonte: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_mundo/mundo\\_taxa\\_de\\_crescimento\\_da\\_populacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_taxa_de_crescimento_da_populacao.pdf)>. Acesso em: 5 maio. 2018.

A figura é ilustrativa ao demonstrar como os países desenvolvidos, que possuem industrialização e urbanização consolidadas, bem como aqueles que estão em desenvolvimento, também denominados de subdesenvolvidos industrializados, entre os quais está o Brasil, apresentam elevados índices de população urbana, demonstrando baixo crescimento populacional, ou seja, uma tendência de manutenção das baixas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade.

A transição demográfica, muito mais do que apenas promover alterações na estrutura etária da população, promove um impacto socioeconômico considerável nos países. Esse processo pode apresentar dois fenômenos que são conhecidos nos estudos populacionais: o bônus ou o dividendo demográfico.

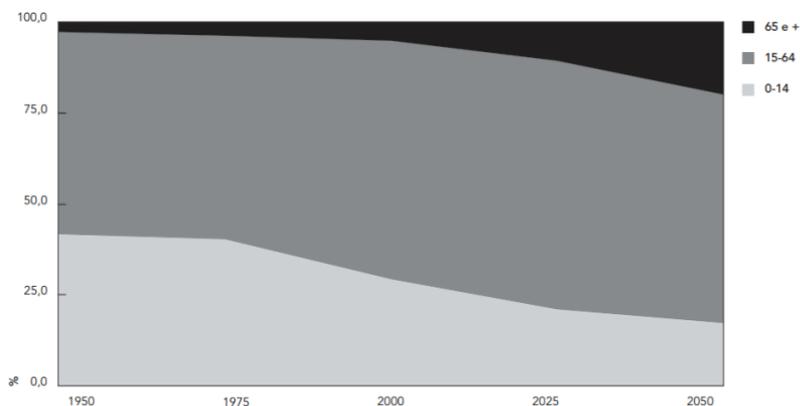
O bônus demográfico está associado àqueles países que apresentam uma população adulta, em idade economicamente ativa, maior em comparação aos grupos etários teoricamente dependentes, ou seja, crianças e idosos.

Com maior proporção de população economicamente ativa – PEA, esses países criam as condições de melhorar seus índices de desenvolvimento econômico por meio da produção de riquezas, evidentemente que esse fenômeno somente será favorável ao país se houver investimento em setores educacionais, para formação de uma mão de obra qualificada, bem como de políticas de pleno emprego, que favoreçam o ingresso das pessoas economicamente ativas no mercado de trabalho. De outro lado, o dividendo demográfico estaria associado tanto ao aumento da expectativa da vida como à redução das taxas de natalidade. Evidentemente que não se pode descartar que em uma sociedade em que a população viva mais tempo com saúde também seja favorecida sua manutenção no mercado de trabalho, contudo, isso não garante que haverá uma reposição satisfatória da PEA.

A Figura 2.3 demonstra que apesar de o Brasil estar entre o grupo de países que apresenta queda nas taxas de fecundidade e natalidade, bem como um aumento na expectativa de vida nos últimos 50 anos, ainda consegue manter um bônus demográfico com uma considerável PEA, contudo, é importante que se diga, continuando nesse rumo, a partir da segunda metade do século XXI é possível

que o país passe a enfrentar sérios problemas socioeconômicos associados ao fenômeno da transição demográfica, uma vez que essa geração de crianças será a próxima de adultos.

Figura 2.3 | Distribuição percentual da população, por grandes grupos etários. Brasil, 1950-2000



Fonte: Carvalho e Rodríguez-Wong (2008, p. 600).

OBS: 65 e +; 15-64; 0-14 correspondem às faixas etárias estabelecidas no gráfico.

Essas transformações que ocorreram e continuam ocorrendo na estrutura demográfica dos países são ao mesmo tempo produto e produtoras das transformações socioeconômicas; por esse motivo, os governos precisam, mais do que apenas pensar estratégias de controle populacional, investir em ações de médio e longo prazo, que incluam as mudanças no comportamento demográfico, afim de aos poucos adequar as estruturas urbanas, o planejamento econômico e, até mesmo, as ações ambientais, de maneira a promover ações que paulatinamente se antecipem a essas mudanças demográficas.



### Pesquise mais

Você certamente já observou que entre os países desenvolvidos e os países menos avançados (PMA) há diferentes características socioeconômicas que influenciam nas tendências populacionais.

Frente a isso, faça uma pesquisa e verifique os índices de alfabetização e escolaridade, IDH, renda *per capita* e expectativa de vida entre

alguns países desenvolvidos e alguns PMA's e trace um panorama para identificar se há diferenças entre eles.

## Sem medo de errar

Nossa situação-problema desta unidade diz respeito a um desafio dado à equipe do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, a pedido da diretora da instituição, a panamenha Dr<sup>a</sup>. Natalia Kanem, no qual deve selecionar três países de diferentes continentes e que se apresentem em fases de transição demográfica distintas; portanto, os países também estarão em níveis de desenvolvimento diferentes, de maneira a interpretar seus níveis de desenvolvimento associados às fases da teoria da transição demográfica, igualmente compreendidas à luz das teorias demográficas, e, por fim, compreendidos a partir da apresentação das pirâmides etárias.

### Contextualizando a situação-problema

Os países selecionados pela equipe do UNFPA foram: Austrália, Brasil e Angola, do que está entre os melhores índices de desenvolvimento até o que apresenta problemas socioeconômicos mais profundos, respectivamente.

A primeira tarefa da equipe será compreender a atual condição dos países associada às fases da transição demográfica, ou seja, associar a situação populacional de Austrália, Brasil e Angola aos índices demográficos de natalidade, mortalidade e expectativa de vida, tecendo uma leitura a partir de informações econômicas básicas, relacionadas aos setores econômicos produtivos bem como às respectivas situações de desenvolvimento apresentadas, tais como índices educacionais e de saúde.

As perguntas que irão nortear o trabalho da equipe são: a fase da transição demográfica que o país se encontra está relacionada com as condições socioeconômicas? Qias orientações devem ser dadas para que os países melhorem suas condições demográficas?

## Resolvendo a situação-problema

Os três países selecionados pela equipe do UNFPA, Austrália, Brasil e Angola, representam respectivamente um país desenvolvido, um em desenvolvimento e um menos avançado, outra denominação para os subdesenvolvidos.

Apesar de terem certa relação histórica em comum, pelo fato de todos os três terem sido colônias europeias, suas atuais condições socioeconômicas se distinguem profundamente, influenciando no comportamento demográfico.

Entre as semelhanças que são possíveis destacar entre os três países está a grande riqueza mineral, que, com suas especificidades, abastece o mercado interno e externo e o desenvolvimento urbano-industrial dos mesmos. Agora, vamos observar o quadro seguinte:

Quadro 2.1 | Indicadores socioeconômicos e demográficos da Austrália, Brasil e Angola

País	População (em milhões)	Expectativa de vida (em anos)	Fertilidade (por mil)	Mortalidade (por mil)	IDH	Alfabetização (em %)
Austrália	24,13	82,45	1,83	7,20	0,933	99,2
Brasil	207,7	74,68	1,78	6,08	0,744	93,5
Angola	28,81	52,67	6,00	25,8	0,533	68,0

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Notadamente é possível perceber que a Austrália apresenta os melhores índices em relação aos outros dois países. No caso do Brasil, país em desenvolvimento, pode-se perceber que possui índices mais próximos aos da Austrália do que da Angola, país que está entre os mais pobres ou menos avançados do mundo.

Cruzando esses dados apresentados na tabela com a teoria da transição demográfica, a equipe percebeu que a Austrália se encontra na fase evoluída, de economia industrializada e urbanizada, promovendo a manutenção de baixos índices de mortalidade e fecundidade, o que sugere um baixo crescimento natural. A boa situação dos índices de desenvolvimento humano – IDH, somados à elevada expectativa de vida e ao elevado índice

de alfabetização, sugere que esse país já resolveu grande parte dos problemas socioeconômicos.

No caso do Brasil, observando os mesmos índices apresentados, a equipe compreende que o país está no segundo período da fase transicional da teoria da transição demográfica, uma vez que já registra baixos índices de mortalidade e diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade, por consequência, característica de países com elevados índices de industrialização e urbanização. Contudo, seu IDH, sua taxa de alfabetização e de expectativa de vida sugerem que o país ainda precisa investir em políticas públicas para a população, possibilitando um melhor acesso a níveis mais elevados de qualidade de vida.

Finalmente, em relação a Angola, a equipe percebe que esse país amarga índices nada bons, apresentando expectativa de vida média bastante baixa, com elevadas taxas de mortalidade e fecundidade. Esses índices, somados aos índices insatisfatórios de alfabetização, condizem com a realidade de um baixo índice de desenvolvimento humano – IDH, o que sugere uma qualidade de vida insatisfatória para a população.

A equipe, observando esses índices, acredita que o país ainda está ancorado no primeiro período da fase transicional da teoria da transição demográfica, o que sugere que a Angola apresenta sérios problemas no processo de industrialização e urbanização.

Nesse sentido, a equipe da UNFPA discorre a respeito das seguintes orientações para os países analisados: a Austrália deve dar continuidade às políticas que possibilitam a manutenção dos índices de qualidade de vida favoráveis à população, contudo, o país deveria pensar, em médio prazo, políticas de planejamento populacional que viabilizem o aumento dos índices de fecundidade, pois, em vista de sua pequena população absoluta, o país tende a enfrentar problemas de dividendo demográfico, em que a população produtiva (PEA) tenderá a ser menor do que o segmento etário dependente (de crianças e idosos).

No caso do Brasil, a equipe verifica que o país está evoluindo no que diz respeito às melhorias socioeconômicas, e com sua população absoluta elevada, ainda mantém um bônus demográfico. Contudo, a equipe orienta que o país deve

aumentar a promoção de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida, possibilitando que a médio e longo prazo o país atinja índices mais elevados de alfabetização e de expectativa de vida, o que possibilitará ao Brasil o estágio evoluído da transição demográfica.

No que diz respeito à Angola, a equipe interpreta que o país apresenta baixa qualidade de vida para sua população, compreendidos por meio dos baixos índices de alfabetização e expectativa de vida, somados aos elevados índices de mortalidade e fecundidade, o que denota elevada taxa de natalidade da mesma forma. Traçando um paralelo com a teoria da transição demográfica, a equipe concebe que Angola está no primeiro período da fase transicional, uma vez que apresenta condições socioeconômicas e características demográficas que remontam a países com qualidade de vida insatisfatória.

Para esse país, as orientações da equipe se situam no pesado investimento governamental em políticas públicas de saúde e educação, por meio da promoção de melhorias médico-sanitárias e ambientais (saneamento, água potável, vacinação, entre outros) bem como em educação pública e de qualidade para a população, em fortalecimento e na modernização da indústria nacional, permitindo que essa gere ganhos econômicos que sejam convertidos em benefícios para a população do país.

## Faça valer a pena

**1.** O Brasil é um país que nos últimos cem anos presenciou grandes transformações territoriais, em grande medida associadas ao processo de urbanização, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, processo que fez com que a maior parte da população passasse a viver nas cidades, como na atualidade.

Figura | Urbanização no Brasil (2010)



Fonte: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_urbanizacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_urbanizacao.pdf)>. Acesso em: 5 maio, 2018.

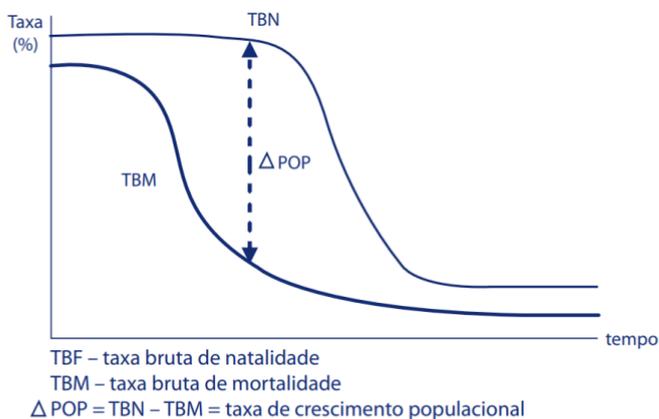
Com base no mapa apresentado e em seus conhecimentos sobre a teoria da transição demográfica, é possível afirmar que:

- a) A urbanização brasileira está homoganeamente distribuída pelo território.
- b) Como a industrialização no país se inicia na primeira metade do século XX, esse fenômeno não está associado à urbanização.
- c) Por ser um país de características urbanas, o Brasil está na fase evoluída da transição demográfica, cujo crescimento populacional é elevado.
- d) A urbanização no Brasil está associada a elevadas taxas de fecundidade na atualidade.
- e) Por suas características urbano-industriais, o Brasil está na fase transicional da teoria da transição demográfica.

**2.** A teoria da transição demográfica, inicialmente elaborada pelo economista francês Adolphe Landry (1874-1956), em 1909, foi efetivamente

organizada pelo demógrafo estadunidense Warren Thompson (1887-1973), no ano de 1929. Em sua abordagem, a teoria apresenta um gráfico em que é traçada uma relação entre os níveis de desenvolvimento socioeconômicos e o comportamento demográfico.

Figura | Gráfico da Teoria da Transição Demográfica



Fonte: Alves, Vascocelos e Carvalho (2010, p. 8).

Observando o gráfico da teoria da transição demográfica, compreende-se que:

- A fase pré-industrial diz respeito às sociedades mercantis não industrializadas, caracterizadas pelo elevado crescimento populacional.
- A fase transicional é marcada por dois períodos: pela queda das taxas brutas de mortalidade e, posteriormente, pela queda das taxas de natalidade.
- Na segunda fase da teoria da transição demográfica, denominada transicional, registrou-se a maior diferença entre mortalidade e natalidade, gerando o menor crescimento populacional.
- A fase evoluída está associada às sociedades industriais e desenvolvidas, caracterizadas por baixo crescimento populacional, devido a elevados índices de natalidade e mortalidade.
- Na fase evoluída, os países menos avançados (PMA's) registram a redução das taxas de natalidade e de mortalidade, proporcionando um baixo crescimento populacional.

**3.** A razão de dependência é a razão entre os diferentes segmentos etários da população, em que se estabelece aqueles que são, em teoria, economicamente dependentes (crianças e idosos) em relação ao

segmento etário produtivo (adultos) e a uma determinada escala espacial em um ano considerado.

Gráfico | razão de dependência (total e por grupos etários) - Brasil (2000 a 2050)



Fonte: Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010, p. 19)

Tomando o gráfico como referência, escolha a alternativa que explica as características demográficas no Brasil.

- a) A relação entre a diminuição das crianças e o aumento dos idosos variou apenas em cada índice, permanecendo igual na totalidade.
- b) O aumento da expectativa de vida é proporcionalmente inverso à diminuição das taxas de natalidade.
- c) O gráfico demonstra uma tendência à anulação do crescimento vegetativo.
- d) Entre 2020 e 2030 há uma expectativa do país de registrar o maior bônus demográfico no período, o que permitirá a menor razão de dependência.
- e) O bônus demográfico entre 2020 e 2030 acarretará na estabilização etária a partir de 2050.

## Seção 2.2

### Teorias demográficas

#### Diálogo aberto

A situação-problema que esta seção de estudos nos coloca está associada a uma proposta da equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) de interpretar as transformações do comportamento populacional em três países, sendo um desenvolvido, um em desenvolvimento e um subdesenvolvido.

Nesta seção especificamente, a equipe deverá refletir a respeito das teorias demográficas que foram utilizadas no passado e são utilizadas no período contemporâneo para explicar a dinâmica populacional dos países selecionados pelo estudo da equipe: Austrália, Brasil e Angola.

As teorias demográficas são conceitos e conhecimentos produzidos a partir da observação do comportamento demográfico dos países associados às condições socioeconômicas num dado momento histórico. Elas foram utilizadas para explicar e justificar a forma como os governos deveriam promover as políticas demográficas, interferindo diretamente na composição da população. As principais teorias foram produzidas entre os séculos XIX e XX, sendo constantemente revisadas e renovadas a partir da realidade de cada tempo.

Assim, o segundo desafio da equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) será associar a atual situação demográfica dos países a partir das teorias demográficas.

Os principais questionamentos aqui são: as teorias demográficas servem como justificativa para se compreender a situação demográfica dos países? Se sim, como elas devem ser utilizadas pelos governos dos países para orientar a tomada de decisões e a promoção de políticas que visem atender à população?

Após estudar e compreender as teorias vamos buscar as respostas possíveis para esses questionamentos propostos pela equipe.

## Não pode faltar

Todas as transformações que ocorrem nas sociedades, desde a escala local até a escala mundial, afetam o comportamento da população, sendo que os resultados, por sua vez, promovem mudanças de ordem políticas, econômicas, ambiental, cultura, etc., ou seja, o comportamento demográfico é, ao mesmo tempo, produto e produtor das transformações espaciais.

Casos como epidemias, pandemias ou endemias, por vezes, podem influenciar a estrutura populacional de uma geração inteira, como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. O mesmo pode ser dito para conflitos ou guerras que atingem profundamente a organização socioeconômica das sociedades, sem contar a grande quantidade de vítimas que, sem sombra de dúvidas, provocará efeitos sobre a estrutura etária nos locais onde ocorrem, inclusive, podendo produzir alterações em países não envolvidos nos conflitos, como é o caso recente das nações que recebem milhares de refugiados sírios, fenômeno que promove um crescimento populacional onde ocorre.

Outras vezes, são as mudanças socioeconômicas que ocorrem em determinadas sociedades que podem influenciar na estrutura populacional, como é o caso das revoluções industriais e de todas as transformações técnico-científicas associadas a este processo ao longo das décadas que se sucederam, a partir do século XVIII.

O fato é que os fenômenos populacionais são de extrema complexidade e, por este motivo, constituem desafios governamentais constantes, que envolvem a produção de alimentos, o processo de urbanização e de desenvolvimento de infraestruturas, os investimentos em educação e saúde bem como o planejamento do orçamento e arrecadação – questões que não podem ser pensadas apenas no tempo da conjuntura, mas compreendidas como fenômenos estruturais das sociedades.TV



### Assimile

**Conjuntura e estrutura** são conceitos associados às ciências sociais, em geral, vinculados às questões econômicas e políticas. São semelhantes entre si, mas diferenciados pelo aspecto da temporalidade.

A **conjuntura** diz respeito aos acontecimentos ou às ocorrências dos fenômenos políticos ou econômicos no tempo curto, no tempo de um governo, por exemplo, podendo estar associada à valorização ou desvalorização da moeda, à produção industrial ou agropecuária, a alguma crise política ou econômica de algum governo nacional, estadual ou municipal. Assim, a conjuntura tem um tempo curto de ocorrência.

A **estrutura**, por sua vez, está associada às transformações que estruturam a economia e a política de determinadas sociedades. Constituem a espinha dorsal que sustenta as ações político-econômicas de médio e longo prazo, normalmente orientada por pensamentos filosóficos que sustentam as decisões, como, por exemplo, a opção em apoiar o setor primário em um modelo baseado na grande propriedade, monocultural e agroexportadora.

Por esse motivo que, ao longo da história, sempre houve pensadores e estudiosos que se debruçaram sobre os efeitos das mudanças na estrutura populacional, da mesma maneira que procuraram, a partir da interpretação do comportamento demográfico, estruturar ideias que dessem conta dos desafios socioeconômicos associados às transformações demográficas. É aí que estão situadas algumas das teorias demográficas dos estudos populacionais.

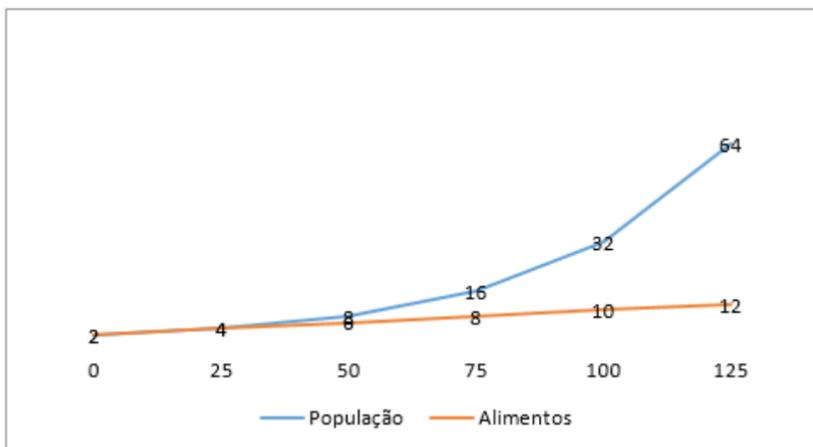
O pastor anglicano e economista inglês **Thomas Robert Malthus**, que viveu entre 1776 e 1834, foi um dos primeiros a publicar teorias sobre a população.

Suas ideias são fruto de observações das transformações de caráter econômico e social promovidas pela primeira Revolução Industrial, somadas às preocupações socioeconômicas em relação ao desemprego, à fome, ao êxodo rural e ao rápido crescimento populacional, que tiveram forte influência sobre a estrutura e o comportamento da população na época.

Em sua obra *Ensaio sobre o princípio da População*, publicada originalmente em 1798, Malthus acreditava que a população tinha potencial de crescimento ilimitado, em contrapartida, a natureza tinha recursos limitados, o que, invariavelmente, levaria a problemas de escassez.

Foi a partir dessas ideias que o princípio básico da teoria malthusiana foi estabelecido, para quem o ritmo do crescimento populacional tenderia a duplicar a cada 25 anos, crescendo numa progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32, 64...) enquanto a produção de alimentos cresceria apenas em progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...), o que levaria a problemas para suprir as populações (Figura 2.4).

Figura 2.4 | Demonstração da Teoria Malthusiana



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Para evitar profundos problemas na sociedade, Malthus propunha um “controle moral”, composto por uma série de normas, entre as quais estavam a abstinência sexual e o adiamento de casamentos, somente sendo permitidos àqueles que comprovassem sua capacidade de sustentar a família. Importante lembrar que por causa dos vínculos religiosos, Malthus não era a favor de métodos contraceptivos, pois, para ele, a relação sexual entre os casais objetivava apenas a procriação. Não por acaso, essas orientações de Malthus atingiam apenas a população carente, pois, para ele, eram essas as pessoas responsáveis pelos casamentos precoces e pela reprodução elevada, chegando até a considerar as classes econômicas mais pobres como as mais promíscuas.

Entre os motivos para a não comprovação da teoria de Malthus sobre a duplicação da população a cada 25 anos, estão as melhorias promovidas na sociedade em função do desenvolvimento urbano-industrial. Ele não levou em conta o progresso tecnológico,

por exemplo, que permitiu obter maior produtividade em uma mesma área agricultável. Nem mesmo previu a redução das taxas brutas de natalidade e fecundidade associadas às melhorias de condição de vida urbana.

Contudo, é importante que se diga que os postulados de Malthus serviram e servem como base para a produção de novas teorias, próprias de cada época, que visam interpretar o comportamento e a dinâmica populacional.

Com a consolidação da industrialização na Europa e no mundo, muitas transformações político-econômicas ocorreram, alterando a dinâmica da sociedade contemporânea, ampliando, inclusive, a dimensão dos conflitos e das guerras.

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, sem dúvida, foi o conflito que marcou a humanidade, tanto por suas dimensões como por seus resultados entre mortes e destruições.

Após o final do conflito, em uma Conferência de Paz que ocorreu em São Francisco, em 1945, foi fundada a Organização das Nações Unidas – ONU, que deveria cumprir o papel de evitar novos conflitos dessa dimensão, coisa que sua antecessora, a Liga das Nações, não foi capaz. Entre as principais preocupações dos governos e das organizações reunidas estava a promoção de uma paz duradoura, contudo, concluíram que a harmonia entre os povos somente seria possível se diminuíssem as desigualdades socioeconômicas no mundo, sobretudo relacionadas à fome e à miséria, sendo estas uma marca dos países do então terceiro mundo.



### Assimile

A classificação de países de primeiro, segundo e terceiro mundo é relativa ao período da Guerra Fria, quando o mundo passou a ficar dividido entre o capitalismo e o socialismo.

O primeiro mundo era composto por países ricos que se alinhavam com os EUA e as ideias do capitalismo, em contraposição ao segundo mundo, que era composto pelos países que faziam parte ou estavam alinhados ao bloco socialista da União Soviética.

O terceiro mundo, por sua vez, era constituído pela maioria dos países pobres, em sua maioria na América, na Ásia e na África, e apesar de não

estarem alinhados diretamente aos anteriores, cumpriam o papel de produtores de matérias-primas, bem como serviam como mercados consumidores para os produtos dos países industrializados.

Com o fim da Guerra Fria e, por consequência, da divisão entre capitalistas e socialistas, convencionou-se chamar de países desenvolvidos, em desenvolvimento, assim denominados os subdesenvolvidos industrializados, e subdesenvolvidos.

Com base nessas ideias, surgiu a teoria **Neomalthusiana**.

Para os apoiadores dessa teoria, a fome e a miséria que existiam nos países subdesenvolvidos eram resultado dos elevados índices de natalidade e fecundidade registrados nessas sociedades, que, obviamente, elevavam as taxas de crescimento populacional, o que influenciava no ritmo de crescimento da população mundial e, por consequência, nas migrações regionais e internacionais.

Em suma, para os neomalthusianos, eram os países pobres os responsáveis pela fome e miséria, uma vez que não adotavam políticas adequadas de planejamento populacional e permitiam que, em geral, as famílias fossem numerosas. Contudo, os adeptos dessa teoria em nenhum momento questionavam a desigualdade, a concentração de renda e as péssimas condições socioeconômicas dessas populações.

Para os neomalthusianos, ainda, países pobres com elevada população tenderiam a ter renda per capita menor. Além disso, os governos não teriam condições de atender as demandas de saúde, educação e urbanização para o conjunto da população, portanto, segundo os defensores dessas ideias, os governos deveriam investir em políticas de controle da natalidade com a difusão em massa de métodos contraceptivos, de esterilização da população e, até mesmo, do aborto, de maneira a diminuir as taxas de natalidade e fecundidade da população.

Os adeptos dessas teorias ainda recomendavam o estabelecimento de metas demográficas e políticas restritivas de crescimento populacional, ou seja, um controle firme por parte do Estado. Isto significa dizer que eram, e no período contemporâneo muitos ainda são, contra os direitos sexuais e reprodutivos da população, previstos a partir da Conferência Internacional sobre

População e Desenvolvimento, promovida pelo Fundo de População das Nações Unidas na cidade do Cairo, em 1994.

Assim, na segunda metade do século XX, muitos países do então terceiro mundo adotaram medidas de controle de natalidade, colocando em prática o receituário dos neomalthusianos, contudo, as condições de miséria e fome continuaram existindo, o que prova que apenas políticas de controle de natalidade não são suficientes para resolver os problemas socioeconômicos, mas é preciso diminuir a concentração de renda e a desigualdade nesses países.

A despeito das preocupações dos neomalthusianos, o fato é que a partir da década de 1970 grande parte dos países subdesenvolvidos do mundo passaram pelo processo de transição demográfica, no qual se verificou a manutenção da queda das taxas brutas de mortalidade seguida da queda das taxas de natalidade.

Tal processo não ocorreu, no entanto, por conta das políticas de controle de natalidade, mas sim pela redução natural do número de filhos por família associados a vários contextos socioeconômicos distintos, entre eles o elevado custo de vida das pessoas nas cidades e o ingresso cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, formal ou informal.

Após os dois conflitos mundiais na primeira metade do século XX e a consolidação da industrialização em escala mundial, surgiu, na segunda metade do século, as principais preocupações ambientais que, inclusive, fundaram todo o pensamento ambientalista moderno.

Nesse período, o desenvolvimento industrial já se constituía na base de um modelo econômico irreversível, contudo, até esse momento, nenhum país do mundo tinha de fato qualquer política ou leis ambientais que estipulassem limites para essa atividade. Além disso, a industrialização crescia cada vez mais, baseada num modelo consumista divulgado pela economia capitalista em escala global. Tal modelo não considerava o impacto que o consumo irracional e desenfreado poderia provocar a médio e longo prazo no planeta. É nesse contexto que surgem as primeiras preocupações ambientais, entre as quais estavam a conservação dos recursos naturais e o seu uso racional, pensamento que foi a base para o estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual previa o uso racional dos recursos para essa geração, sem colocar em risco os recursos para as próximas gerações. Essas ideias, sobre os limites do planeta e os impactos da atividade humana sobre o ambiente têm

sido debatidas constantemente, nas diversas conferências sobre clima, ambiente e desenvolvimento ao longo dos últimos 50 anos, inclusive, serviram como base para a produção da Agenda 21.

É nesse contexto que, já no último quartel do século XX, surgiram os defensores das ideias **ecomalthusianas**, para quem o crescimento acelerado e sem controle aumenta a retirada dos recursos naturais, o que leva necessariamente ao impacto, por vezes irreversível, sobre a biodiversidade.

Para os postulantes dessa teoria, no entanto, é a pobreza que causa maior impacto e degradação ambiental, uma vez que nos países subdesenvolvidos por vezes se verificam os maiores impactos aos biomas e a diversidade natural. Portanto, segundo eles, o controle do crescimento populacional seria uma condição necessária para preservar os recursos ambientais do planeta.

Observe que de todas as teorias que seguiram as de Thomas Malthus seguem um mesmo padrão: de alguma forma culpabilizam as populações pobres do planeta e indicam o controle populacional como forma de solucionar os problemas, sem, no entanto, adotar posturas mais firmes de enfrentamento da desigualdade e de distribuição de renda, que promoveria melhorias socioeconômicas para todos.



## Refleta

A chamada **Agenda 21** é um documento elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada de Eco92 ou Rio92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.

Esse documento apresenta um plano de ações necessárias cuja adoção deve ocorrer desde a escala local até a global, afim de garantir um padrão de desenvolvimento mundial que respeite a sustentabilidade ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Como forma de interpretar a complexidade ambiental associada às teorias demográficas, leia o capítulo 5 da Agenda 21, intitulado **Dinâmica demográfica e sustentabilidade**, e reflita: o conteúdo do capítulo está associado à teoria ecomalthusiana?

Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 29 maio. 2018.

Nos estudos demográficos **a teoria Reformista** é a principal vertente que se contrapõe às ideias malthusianas ou as que dela derivaram. Seus estudos e interpretações a respeito do desenvolvimento da economia capitalista, do materialismo e dialética, constituem a fundamentação teórica basilar para estudiosos que interpretam as condições socioeconômicas associadas às teorias demográficas.

Os reformistas, na contramão do que argumentamos malthusianos e seus adeptos, atribuem o crescimento populacional elevado à pobreza e à miséria que caracterizam os países subdesenvolvidos, ou seja, enquanto para os malthusianos a situação de fome e miséria das populações pobres promovem o crescimento demográfico elevado, para os reformistas esse é o resultado da fome e da miséria. Neste caso, a principal crítica dos que defendem a teoria reformista é que a concentração de renda promove as condições de desigualdade e de acesso díspar às condições mínimas de uma vida digna, nesse caso, segundo os reformistas, é necessário que haja a adoção de reformas socioeconômicas por parte do Estado para que sejam superados esses graves problemas.

Para os adeptos dos argumentos reformistas, os países desenvolvidos, que oferecem condições de vida com elevada qualidade a seus habitantes, só atingiram esse patamar porque investiram profundamente em políticas públicas de caráter socioeconômico, que visavam diminuir a desigualdade social. Contudo, ainda argumentam, que grande parte desses países ricos ou desenvolvidos é responsável por explorar os países subdesenvolvidos e pobres, contribuindo para a manutenção dos baixos índices de qualidade de vida dos mesmos, aspecto que é compreendido observando a Divisão Internacional do Trabalho – DIT.

De acordo com os reformistas, portanto, a redução dos índices de natalidade e fecundidade, que por consequência reduziriam o crescimento populacional, ocorreria por meio de políticas que fornecessem à população melhores condições de vida, tais como acesso à educação, à saúde pública de qualidade bem como a uma vida cultural que enriqueça a população em seu conjunto, não apenas para a população economicamente favorecida dos países.

Para os apoiadores dessa vertente teórica, as melhorias socioeconômicas da população teriam um caráter transformador

nas dimensões política, econômica, ambiental e cultural da sociedade, uma vez que, dirimindo as desigualdades e amenizando os problemas socioeconômicos, não apenas as taxas de natalidade e fecundidade seriam reduzidas, como a melhoria dos níveis educacional e cultural se estenderiam à população em geral.



### Exemplificando

Traçando um paralelo entre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos entre o último quartel do século XX com projeção até 2100, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta uma tabela de todos os países do mundo na qual é possível verificar a queda das taxas de fecundidade dos países associados ao seu desenvolvimento socioeconômico, ou seja, quanto mais os governos dos países cumprem seu papel de promover uma melhor distribuição de renda e políticas de acesso à educação e saúde da população, tal processo influencia diretamente na dinâmica e no comportamento demográfico.

Você pode verificar essas informações acessando a publicação das Nações Unidas intitulada *World Population Prospects - The 2017 Revision*, a partir da página 32 da obra, disponível em: <[https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf)>. Acesso em: 29 maio. 2018.

Ainda que seja um programa questionado por alguns setores da sociedade, por ser considerado paternalista por parte do Estado, o Programa Bolsa Família (PBF) se consolidou como um programa de transferência direta de renda do Governo Federal, servindo como complementar dos ganhos das famílias de renda baixa que, comprovadamente, influenciou no aumento dos anos de escolarização, bem como na redução das taxas de fecundidade, sobretudo entre as famílias mais pobres que, objeto desse programa, estão entre aquelas que tradicionalmente apresentavam maior número de filhos por mulher (ALVES e CAVENAGHI, 2012).

Em termos demográficos, o PBF vai de encontro às ideias da teoria reformista, para a qual as melhorias das condições socioeconômicas

da população, que também melhoram os índices de qualidade de vida, promovem um processo natural de redução das taxas de natalidade e fecundidade, desacelerando, por consequência, o crescimento natural dos países.

É importante ressaltar que as teorias demográficas constituem um conjunto de postulados, formulados a partir da interpretação do comportamento da população dos países. Esse comportamento é dinâmico e se altera com o tempo devido à influência de inúmeros fatores políticos, econômicos, ambientais e culturais; portanto, nenhuma teoria é permanente ou definitiva, mas deve sempre buscar se renovar para promover melhores interpretações da dinâmica populacional.



### Pesquise mais

Verifique mais informações sobre o PBF e sua influência na redução das taxas de fecundidade e natalidade. Os sítios indicados a seguir apresentam números e informações de como programas de distribuição de renda, como o PBF, podem impactar a dinâmica demográfica.

Portanto, observe atentamente as informações sobre essa relação nos seguintes sítios disponíveis em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/11/07/o-programa-bolsa-familia-incentiva-a-fecundidade-no-brasil/>>; <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm>>; <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager227.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

## Sem medo de errar

### Contextualizando a situação-problema

As teorias demográficas são conceitos e conhecimentos produzidos a partir da observação do comportamento demográfico dos países associados às condições socioeconômicas num dado momento histórico. Elas foram utilizadas para explicar e justificar a forma como os governos deveriam promover as políticas demográficas, interferindo diretamente na composição da população. As principais teorias foram produzidas entre o século XIX e XX, sendo constantemente revisadas e renovadas a partir da realidade de cada tempo.

Assim, o segundo desafio da equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) será associar a atual situação demográfica dos países a partir das teorias demográficas.

Seus questionamentos são: as teorias demográficas servem como justificativa para se compreender a situação demográfica dos países? Se sim, como elas devem ser utilizadas pelos governos dos países para orientar a tomada de decisões e a promoção de políticas que visem atender à população?

### **Resolvendo a situação-problema**

Como se pode observar ao longo dos estudos desta seção, as teorias demográficas constituem um conjunto de postulados apresentados a partir da observação do comportamento da população de determinado lugar ou país em determinado período histórico.

Não obstante a importância das formulações teóricas nos estudos populacionais, cabe-nos ressaltar que as teorias revelam, da mesma forma, determinadas visões da sociedade por parte de seus proponentes, tanto no que diz respeito à interpretação da dinâmica demográfica como na indicação de soluções e alternativas para a resolução dos problemas populacionais que se apresentam. Além disso, nenhuma teoria demográfica é completa e definitiva. O que significa reforçar a importância da observação constante da dinâmica populacional dos países para promover uma melhor interpretação da realidade que se descortina e pensar soluções necessárias e viáveis para os países. No caso dos países selecionados pela equipe da UNFPA, pode-se verificar que a teoria reformista é a que melhor comprova seus postulados.

No caso da Austrália, trata-se de um país desenvolvido que investiu profundamente em educação para a formação de uma mão de obra qualificada, que, além de contribuir com o desenvolvimento tecnológico, constitui-se como um trabalhador que obtém melhores rendimentos no mercado de trabalho, podendo, a partir disso, investir em melhores condições de vida da família.

Além disso, tal condição está associada à redução das taxas de fecundidade, atualmente na faixa de 1,76 filhos por mulher, condição que se assemelha a todos os países desenvolvidos, em

que predominam as atividades dos setores secundário e terciário da economia.

No caso do Brasil, país em desenvolvimento, exemplo que, inclusive, está mais próximo de nossos estudos, é tangível as transformações promovidas na dinâmica demográfica devido ao desenvolvimento industrial e ao crescimento urbano que incluíram a mulher no mercado formal e/ou informal de trabalho, bem como promoveram maior acesso à escolarização e o aumento dos anos de estudo. Ou seja, as melhorias socioeconômicas obtidas na segunda metade do século XX foram as responsáveis pela redução de uma taxa de fecundidade de cerca de 6 filhos, em 1940, para 1,7 filhos no início do novo milênio. Isso significa que o aumento dos anos de estudo, por consequência a redução do analfabetismo, ainda que estejamos longe de resolver esse desafio por completo, contribuíram para essas melhorias socioeconômicas sem que o Estado tivesse que adotar políticas antinatalistas entre a população pobre como forma de frear o crescimento populacional do país.

Angola, no entanto, está entre o grupo de países com maiores problemas socioeconômicos do mundo. Trata-se de um país que apresenta sérios desafios para erradicar o analfabetismo, ou seja, aumentar os anos de estudos médio da população como forma de qualificar a mão de obra nacional e, com isso, proporcionar condições para a obtenção de melhores rendimentos familiares por meio do acesso a melhores postos de trabalho.

De acordo com a teoria reformista, tal processo promoveria a redução das taxas de fecundidade entre as mulheres angolanas, atualmente na faixa de 5,3 filhos por mulher, lembrando que o cálculo da taxa de fecundidade se aplica apenas à parcela das mulheres em idade reprodutiva.

Portanto, observando a base conceitual das teorias demográficas, compreende-se que a teoria **reformista** é a que mais se aproxima da dinâmica populacional vivida, tanto nas últimas décadas como no período contemporâneo, por Austrália, Brasil e Angola.

Evidentemente que seus postulados teóricos não se aplicam *ipsis litteris* aos países, servindo, isto sim, como base para orientar a interpretação das transformações da estrutura populacional dos países e, a partir disso, direcionar as orientações para o rumo das políticas públicas e as ações necessárias dos países.

## Faça valer a pena

**1.** O pastor anglicano inglês Thomas Robert Malthus (1776-1834) foi um dos pioneiros na produção de teorias demográficas. Sua principal obra foi intitulada Ensaio sobre o princípio da população, em que apresentou sua principal consideração, segundo a qual a população cresceria mais que a produção de alimentos.

Com base na teoria de Malthus, é possível afirmar que:

- a) Concretizou-se porque o processo de urbanização eliminou a produção no campo.
- b) Confirmou-se após a segunda revolução industrial, quando o processo de industrialização se consolidou em todo mundo.
- c) Não se concretizou, uma vez que a igreja católica não apoiou o controle moral proposto por um anglicano.
- d) Não se confirmou porque ele não considerou o progresso tecnológico que permitiu obter mais produção na mesma área cultivada.
- e) Não se confirmou, uma vez que a população cresceu em progressão aritmética enquanto a produção de alimentos em progressão geométrica.

**2.** As teorias demográficas constituem um conjunto de postulados que, de certa forma, representam uma interpretação do comportamento populacional de um determinado país em um certo momento histórico ao mesmo tempo em que buscam servir como instrumentos da ação governamental.

Analise as sentenças e combine com a teoria demográfica correspondente.

### Teorias demográficas

- I. Teoria Malthusiana.
- II. Teoria Neomalthusiana.
- III. Teoria Ecomalthusiana.
- IV. Teoria Reformista.

### Sentenças:

- A. Fundada na segunda metade do século XX, essa teoria argumenta que as populações pobres são responsáveis pelo elevado crescimento vegetativo, devendo o Estado adotar políticas anti-natalistas.
- B. Segundo suas ideias, a fome e a miséria são o resultado do elevado crescimento natural da parcela pobre da população, devendo o Estado adotar um mecanismo de controle moral para dirimir tal processo.

C. Para os defensores dessa teoria, o crescimento da população é produto da concentração de renda e de condições díspares de vida digna, condição superável com o investimento em reformas socioeconômicas que diminuam a desigualdade.

D. Elaborada na segunda metade do século XX, seus defensores acreditam que a população pobre dos países subdesenvolvidos são os principais responsáveis pelo impacto aos ambientes naturais.

Com base nas assertivas e nas teorias demográficas, assinale a alternativa que apresenta a correta associação

- a) I-D, II-C, III-B, IV-A.
- b) II-A, I-B, IV-C, III-D.
- c) II-B, IV-A, III-D, I-C.
- d) III-C, I-A, II-B, IV-C.
- e) IV-C, II-B, III-A, I-D.

### 3. Leia atentamente ao texto que segue:

*“Nas últimas décadas, o Brasil passou por grandes transformações em diversas áreas; entre elas, a urbanização. A concentração e densidade urbanas têm sido apontadas por muitos como vilãs da desorganização do ambiente, produção de resíduos e consumo voraz de recursos. No entanto, essa tendência não é inexorável, podendo a própria cidade, forma e processo onde todos esses problemas ocorrem, ser também o lócus de alternativas, equacionamento e superação.*

*Enquanto algumas transformações no País ocorreram de forma progressiva e em um lapso de tempo relativamente longo, outras foram mais drásticas e operaram em tempo relativamente curto. Independentemente da dimensão temporal, diversas dessas transformações foram significativas e mudaram a feição do País. Esse é o caso da dinâmica demográfica, que não só teve impactos diretos sobre o perfil e distribuição da população no território, como também teve implicações importantes no padrão de desenvolvimento do País e as perspectivas para as próximas décadas.”*

SYDENSTRICKER-NETO, J., SILVA, H.; MONTE-MÓR, R. L. **Dinâmica populacional, urbanização e meio ambiente: subsídios para o Rio+20.** [livro eletrônico], Brasília: UNFPA, 2015. (Série população e desenvolvimento sustentável), p. 8-9.

A partir da leitura do fragmento de texto ”, é possível afirmar que se trata de:

- a) Uma afirmação malthusiana, pois aponta a urbanização desordenada como o principal problema demográfico brasileiro.
- b) Uma afirmação com tendência neomalthusiana, pois afirma que a desorganização urbana é provocada única e exclusivamente pelos pobres nos grandes centros urbanos.
- c) Exclusivamente da teoria ecomalthusiana, pois associa os problemas ambientais urbanos à elevada concentração urbana nas áreas periféricas, onde predomina o processo de favelização.
- d) De predomínio marxista, uma vez que reconhece que as transformações que mudaram as feições do país estão associadas à dimensão econômica desigual que influenciou o comportamento populacional.
- e) De tendência reformista, uma vez que verifica a complexidade entre os aglomerados urbanos, questões ambientais e a distribuição da população nos territórios como desafios contemporâneos associados ao conjunto da sociedade e não resultado das populações pobres do país.

## Seção 2.3

### Pirâmides etárias

#### Diálogo aberto

A observação da dinâmica demográfica através dos anos é uma tarefa importante para interpretar a relação entre as mudanças na estrutura populacional associada às transformações socioeconômicas de um país. Tal exercício possibilita, ainda, reorganizar o planejamento estatal de maneira a responder às demandas e os desafios impostos pela dinâmica demográfica.

Este é o contexto ao qual está associada a situação-problema desta seção de estudos.

A terceira tarefa da equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) será a de observar a estrutura etária dos países selecionados para o projeto, comparando as pirâmides etárias de cada país por duas décadas ou mais, de maneira a interpretar o comportamento da população através do tempo.

É importante lembrarmos que a pirâmide etária é uma forma de representação gráfica produzida a partir da coleta e leitura de informações básicas de gênero e faixa etária da população, neste caso dos países. Assim, a partir da montagem da pirâmide é possível interpretar a situação demográfica de um país e, comparando-a com outras pirâmides produzidas a partir de períodos anteriores, entender o comportamento populacional para justificar as decisões políticas dos governos relacionadas ao controle populacional, incentivo a migrações, entre outros fatores.

Neste caso, as questões que servirão como orientações para a equipe são: existe uma mudança no comportamento demográfico dos países? Quais seus efeitos na população do país? Quais ações devem ser tomadas pelos governos para se obter melhores resultados no comportamento demográfico dos países?

Vamos acompanhar o desenvolvimento do conteúdo para ao final resolvermos esta situação-problema.

Bons estudos!

## Não pode faltar

Como já foi estudado, a estrutura etária diz respeito à divisão por idade e gênero da população de um país, região, estado ou município. Tal técnica permite visualizar o perfil da população num dado momento histórico, passado ou presente, que revela a composição da sociedade entre homens e mulheres, divididos de acordo com a faixa etária. Essas informações são a base para a constituição da pirâmide etária, que é, em si, uma representação gráfica do perfil populacional de determinado país, em que se observa a estrutura da população por idade e sexo.

A pirâmide etária é constituída da seguinte forma: um eixo horizontal (eixo da abscissa), que representa o número absoluto ou a proporção da população (percentual), e um eixo vertical (eixo da ordenada), que representa os grupos etários, geralmente divididos em intervalos de cinco anos de vida. O lado direito do eixo horizontal da pirâmide representa o valor absoluto ou a proporção de mulheres, enquanto que o lado esquerdo representa os homens. Quando o eixo horizontal estiver representado em termos de proporção, é importante que se diga, diz respeito ao total da população, e não apenas o total por sexo.

Além disso, a pirâmide etária é dividida em três partes básicas: a base, que corresponde à parte inferior, em que está agrupada a população jovem; o corpo, na parte intermediária, composta pela população adulta, em que se situa a maior parte da população em idade ativa – PIA, e o topo, também denominado ápice, que corresponde à população idosa da pirâmide etária.



### Assimile

A população em idade ativa (PIA) é considerada aquela que está entre 15 e 64 anos de idade, ou seja, composta por uma parcela de jovens e, em sua maioria, adultos.

A PIA se diferencia da população economicamente ativa (PEA) e da população economicamente inativa (PEI), também denominada

população não economicamente ativa (PNEA), que constituem classificações da população em relação à atividade econômica, sendo a primeira para pessoas em idade de trabalho que estejam empregadas ou não empregadas por um curto período de tempo e, a segunda, para pessoas que estão incapacitadas de trabalhar, que desistiram de buscar trabalho ou não querem trabalhar

O termo pirâmide foi cunhado num período em que predominavam altas taxas de fecundidade e de mortalidade nas sociedades, o que significa que sua representação adquiria uma forma piramidal, com uma base larga e um topo estreito ao mesmo tempo, indicando elevada população jovem, mas pequena população idosa. Essa estrutura etária da população, contudo, muda dinamicamente ao longo do tempo, revelando transformações qualitativas que influenciaram mudanças quantitativas devido ao processo de transição demográfica.

As pirâmides etárias constituem um importante instrumento de interpretação e análise da dinâmica demográfica de um país, refletindo o comportamento da população entre homens e mulheres e em faixas etárias específicas, possibilitando tanto a observação do comportamento histórico como a verificação de tendências no comportamento populacional à projeção de cenários futuros. Evidentemente que, para que isso aconteça, é necessário que a coleta estatística de informações ocorra de maneira sistemática, ou seja, a cada período os países devem promover censos demográficos para a obtenção de informações mais precisas para registro e compreensão da realidade demográfica.

O conhecimento da história dos países é um importante tópico a ser considerado para a interpretação da pirâmide etária. Isso porque países que passaram ou passam por guerras e conflitos, diminuindo as taxas de natalidade e aumentando as taxas de mortalidade durante o período, como foi o caso da Segunda Guerra Mundial ou o presente conflito da Síria, que perdura por anos, promovem alterações em uma geração inteira,

podendo ser verificada na representação gráfica da pirâmide. O mesmo pode se dizer de doenças endêmicas, pandêmicas ou epidêmicas que atinjam expressiva parcela da população.

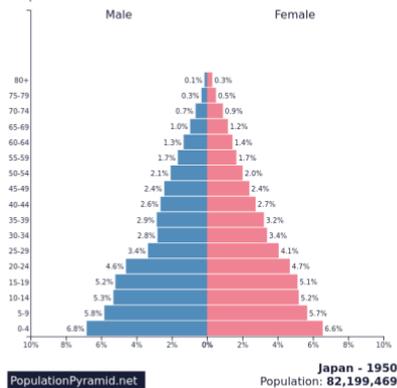
Afora de tais acontecimentos, as pirâmides etárias constituem um importante instrumento de interpretação da evolução demográfica dos países, permitindo verificar se a população está em etapa de expansão, com elevada taxas de fecundidade e natalidade; em etapa de declínio, na qual se registra a redução dessas taxas e o envelhecimento da população, ou numa etapa de estabilidade, na qual não há bônus ou dividendo demográfico e o crescimento vegetativo é próximo de zero.

Sabe-se que em termos de população mundial não existe homogeneidade, ou seja, nenhum país do mundo tem um comportamento demográfico igual a outro, contudo, isso não significa que entre as características heterogêneas da população dos países não possa haver semelhanças, neste caso, permitindo que os países sejam classificados de acordo com o chamado regime demográfico.

São três os regimes demográficos estabelecidos nos estudos populacionais: população envelhecida, população em fase de envelhecimento e população jovem. Esses regimes demográficos, em geral, estão associados aos níveis de desenvolvimento socioeconômico dos países, ou seja, para conhecê-los não se pode prescindir a interpretação das transformações no tempo e no espaço dessas sociedades.

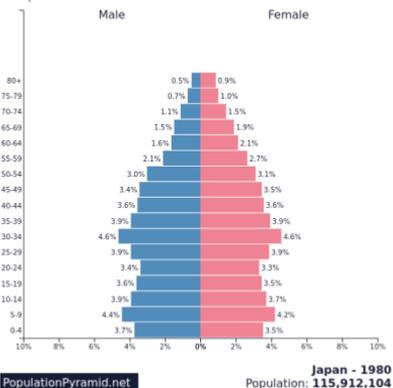
O primeiro Regime demográfico, denominado População Envelhecida, é característico dos países em que sua população apresenta elevada expectativa de vida, bem como reduzidas taxas brutas de natalidade e taxas brutas de mortalidade, como consequência, apresentando baixo crescimento natural. Países como Japão, Alemanha e Inglaterra, por exemplo, estão entre os que apresentam regime demográfico de população envelhecida, sendo esta uma parcela considerável da população. Este grupo de países, classificados como desenvolvidos, que já consolidaram seu processo de industrialização e urbanização, encontram-se na última fase da transição demográfica (Figura 2.5 à 2.8).

Figura 2.5 | Pirâmide etária do Japão - 1950



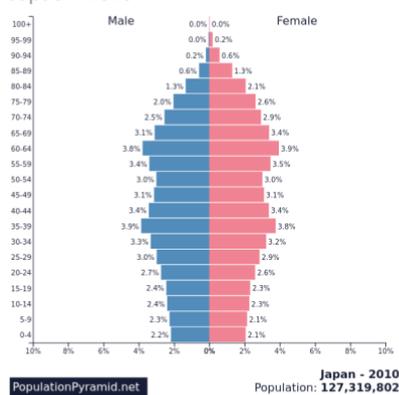
Fonte: <<https://goo.gl/JswcyN>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.6 | Pirâmide etária do Japão - 1980



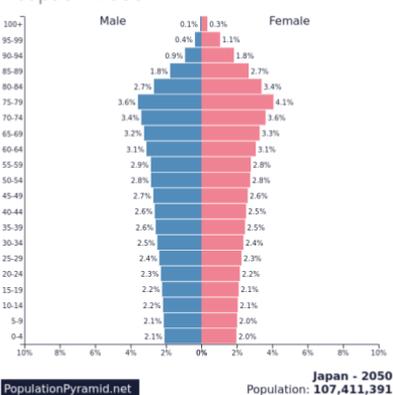
Fonte: <<https://goo.gl/RU3KyX>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.7 | Pirâmide etária do Japão - 2010



Fonte: <<https://goo.gl/fyu1wl>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.8 | Pirâmide etária do Japão - 2050



Fonte: <<https://goo.gl/Wo3TjE>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Nas pirâmides pode-se perceber as transformações ocorridas no intervalo de cem anos, o que demonstra a transição demográfica no Japão. É possível verificar que na década de 1950 o país apresentava elevada taxa de natalidade, que foi diminuindo com o passar dos anos. Como o Japão é um país de industrialização e urbanização consolidadas, com elevados índices educacionais e de qualidade de vida, é possível perceber que o país promoveu o aumento da expectativa de vida da população, não apenas na quantidade de

peças, como também nos anos de vida, uma vez que as pirâmides de 1950 e 1980 apresentavam 80 anos como a última faixa etária, já as de 2010 e a projeção para 2050 apresentam 100 anos para a faixa etária mais elevada, ou seja, mais pessoas estão atingindo idade mais avançada nesse país.



### Exemplificando

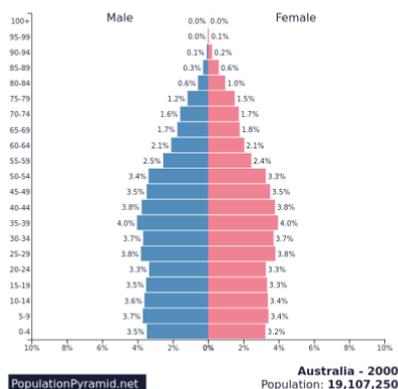
Os países que apresentam regime demográfico de população envelhecida, em geral, são os mesmos que promoveram a Segunda Revolução Industrial em seus territórios, ou seja, são países que primeiro tiveram que resolver os problemas socioeconômicos e, portanto, os primeiros a colher os benefícios desse processo, entre os quais estão Inglaterra, França, Bélgica, e Alemanha, na Europa, e os EUA e o Japão na América e Ásia, respectivamente.

Inevitavelmente o governo do Japão terá que fazer planejamento de médio e longo prazo para evitar que sua economia entre em colapso, uma vez que a elevada população idosa aumentará os custos das políticas públicas, ao mesmo tempo em que a contínua redução da população jovem não suprirá a necessidade de mão de obra para a produção da riqueza necessária ao país.

O segundo regime demográfico, intitulado População em fase de envelhecimento, também denominado população madura ou intermediária, diz respeito ao grupo de países que promoveram seu desenvolvimento na segunda metade do século XX, e também dos países que estão consolidando seu processo de industrialização, os chamados em desenvolvimento.

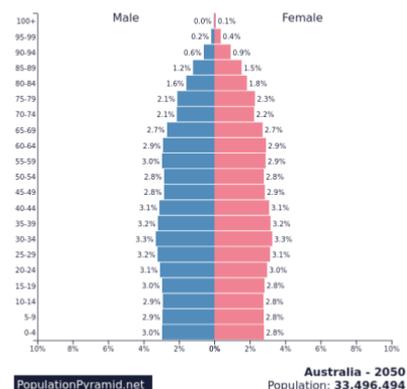
Os países desenvolvidos recentemente já apresentam nas últimas décadas a redução significativa das taxas de natalidade e fecundidade, sendo constituídos de elevada população adulta que está em fase de envelhecimento, caracterizado por um crescimento natural insuficiente para repor a mão de obra nas próximas gerações, sendo que também já consolidaram sua transição demográfica, entre os quais podemos destacar Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Vejamos o exemplo da Austrália (Figuras 2.9 e 2.10).

Figura 2.9 | Pirâmide etária da Austrália - 2000



Fonte: <<https://goo.gl/6dA4HE>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.10 | Pirâmide etária da Austrália - 2050



Fonte: <<https://goo.gl/S87NRS>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Notadamente a Austrália é um país desenvolvido, industrializado, que apresenta pequena população absoluta. Esse país conta com elevada qualidade de vida e ótimos indicadores socioeconômicos, motivo pelo qual demonstra um aumento na expectativa de vida e reduzidas taxas brutas de natalidade, o que significa que na projeção para 2050 a Austrália estará no grupo dos países com regime de população envelhecida. Isso significa que o governo da Austrália, bem como dos países que estão em fase de envelhecimento, devem incluir esse cenário de aumento da população idosa em seu planejamento de médio e longo prazo, preparando sua economia para as mudanças sociais que virão.

Os países em desenvolvimento constituem o grupo dos que tiveram uma industrialização tardia, que apesar de registrarem a diminuição das taxas de natalidade e fecundidade bem como o aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, ainda não conseguiram promover um desenvolvimento socioeconômico para o conjunto da sociedade, sendo ainda dependentes econômica e tecnologicamente dos desenvolvidos, apresentando elevado grau de pobreza e desigualdade social. Entre os países desse grupo podemos destacar o Brasil, Cuba, Chile, China, Argentina e México, como se pode ver da Figura 2.11 à 2.14.



Reflita

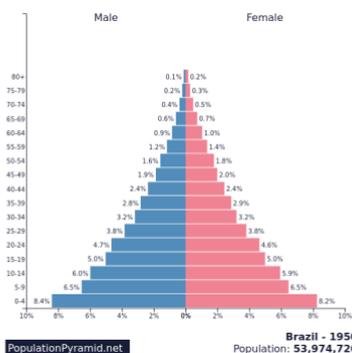
Cuba é um país paradoxal nesse sentido. Mesmo vivendo há mais de 60 anos sob o regime Castrista, em que predomina o controle rígido do Estado

e a baixa renda per capita da população, este país apresenta alguns dos melhores índices em educação e saúde da América, superando inclusive países desenvolvidos, como os EUA e o Canadá, levando Cuba a um elevado IDH à frente, inclusive, do Brasil.

Mesmo com uma população pobre, tem uma taxa de fecundidade média de 1,61 filhos por mulher e um índice de expectativa de vida de cerca de 79 anos.

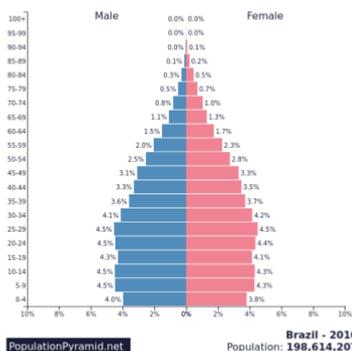
Então, como um país com um regime de exceção pode, ao mesmo tempo, proporcionar índices socioeconômicos tão satisfatórios para sua população?

Figura 2.11 | Pirâmide etária do Brasil - 1950



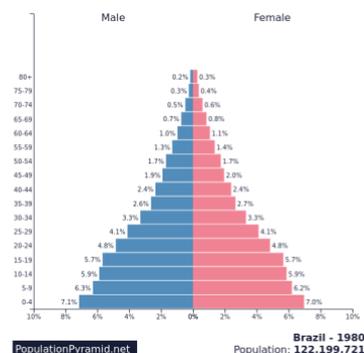
Fonte: <<https://goo.gv/nF6KSE>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.13 | Pirâmide etária do Brasil - 2010



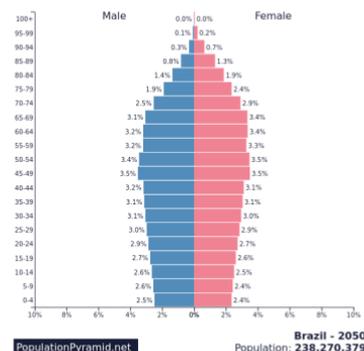
Fonte: <<https://goo.gl/3TPkC9>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.12 | Pirâmide etária do Brasil - 1980



Fonte: <<https://goo.gl/1tpKuf>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2.14 | Pirâmide etária do Brasil - 2050



Fonte: <<https://goo.gl/m225Kd>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Nota-se como este grupo de países em desenvolvimento, aqui representado pelas pirâmides etárias do Brasil, apresentam mudanças visíveis no comportamento populacional, sobretudo, em função do processo de urbanização associada à industrialização e às melhorias socioeconômicas que ocorrem conjuntamente. Esses países, em geral, importam técnicas e tecnologias produzidas nos países desenvolvidos. Tal processo acelera o desenvolvimento econômico-industrial, contudo os mantém na dependência das economias ricas. Porém esse processo atinge o comportamento demográfico em seu âmago: por ser visto, promoveu em cerca de cem anos a transição demográfica, diminuindo as taxas brutas de mortalidade, num primeiro momento, promovendo um espantoso crescimento natural, e, em seguida, a diminuição das taxas brutas de natalidade. Esse processo, associado a melhorias das condições de vida, visualizado no aumento da expectativa de vida, levará o Brasil a um processo de envelhecimento populacional no futuro.

Atualmente, o país ainda registra um bônus demográfico, portanto, é o momento de investir nas melhorias socioeconômicas e na constituição de uma longa poupança para, no futuro, evitar que um elevado contingente de população adulta que esteja transitando para uma população idosa se torne um empecilho para a promoção de uma sociedade com melhor qualidade de vida.

Finalmente, o terceiro regime demográfico é denominado Regime Demográfico de População Jovem e é composto por países que ainda estão nas primeiras fases da transição demográfica, pois apresentam elevadas taxas brutas de natalidade e mortalidade, e, por consequência, caracterizam-se por elevado crescimento natural, com uma população de crianças e jovens proporcionalmente maior que as outras faixas etárias.

Em geral, os países que apresentam regime demográfico de população jovem são considerados subdesenvolvidos, com baixo grau de industrialização, com sérios problemas socioeconômicos e com o predomínio da macrocefalia urbana, muitos dos quais fazem parte do continente africano, tais como Níger, Moçambique, Angola, Eritréia, Serra Leoa, entre outros.

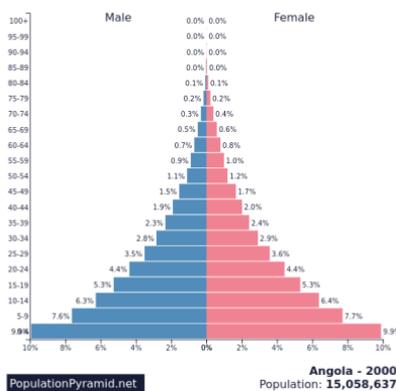


A **macrocefalia urbana** é um conceito associado ao crescimento desordenado das cidades, com total ausência de qualquer tipo de planejamento, ou seja, primeiro ocorrem os aglomerados humanos e somente depois o Estado promove algumas melhorias estruturais e de saneamento.

Esse fenômeno é típico dos países subdesenvolvidos, industrializados ou não, e ficou mais evidente a partir da segunda metade do século XX, quando foi possível verificar a multiplicação do processo de favelização associado ao crescimento populacional mundial e à desigualdade socioeconômica desses países.

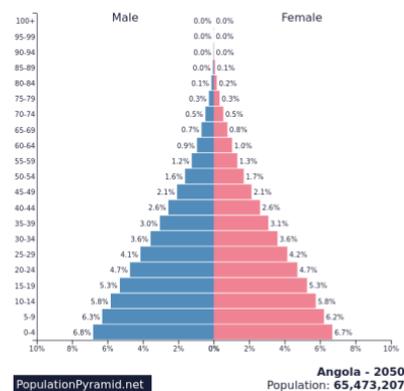
Observe as pirâmides etárias da Angola, país do grupo dos subdesenvolvidos, também denominado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como países menos avançados (PMA), que representam a formação clássica da pirâmide etária (Figuras 2.15 e 2.16).

Figura 2.15 | Pirâmide etária de Angola - 2000



Fonte: <<https://goo.gl/koKuEv>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Figura 2. 16 | Pirâmide etária de Angola - 2050



Fonte: <<https://goo.gl/8AFAC8>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

Observe que em pleno século XXI, Angola apresenta características de elevada taxa bruta de natalidade, apresentando uma base piramidal larga, contudo, seu ápice representa o oposto, com uma pequena

proporção da população, ou seja, esse país ainda apresenta elevada taxa bruta de mortalidade, inclusive, de mortalidade infantil.

Quando projetada a pirâmide para 2050, verifica-se que esse país continuará apresentando considerável taxa de natalidade e de mortalidade, sem conseguir resolver os problemas associados à baixa expectativa de vida.

Tal realidade se deve certamente a problemas socioeconômicos profundos – desde questões mais básicas, como acesso às condições sanitárias adequadas, até políticas de acompanhamento médico ou atendimento da população com vacinas – que contribuem com os elevados índices de óbito da população, em geral, por efeito da desigualdade e pela falta de recursos governamentais para investimento em políticas públicas que atendam minimamente às necessidades básicas das populações desses países.

Para este grupo, portanto, não basta apenas que os governos tentem minimizar os problemas associados às elevadas taxas de natalidade e mortalidade, mas sim invistam profundamente na redução das desigualdades, por meio de políticas de distribuição de renda, de acesso à educação e cultura, de atendimento médico-hospitalar bem como da melhoria das condições sanitárias da população.

Somente assim os países subdesenvolvidos conseguirão, paulatinamente, dirimir as desigualdades socioeconômicas e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, processo que certamente refletirá na dinâmica e no comportamento populacional.

Contudo, é importante que se diga: essas transformações no regime demográfico em direção ao envelhecimento ocorrem também em escala global, isso porque na previsão do planeta atingir 11 bilhões de habitantes em 2100, a estrutura etária da sociedade mundial será predominante de adultos e pessoas idosas, ou seja, é necessário que todos os países do mundo comecem a planejar políticas em médio e longo prazo para as mudanças na estrutura etária mundial no futuro.



**Pesquise mais**

Acesse e leia o documento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre o *Envelhecimento no Século XXI*, que aponta

uma tendência ao envelhecimento da população mundial, ou seja, grande parte do mundo está ingressando no regime demográfico de população envelhecida ou em envelhecimento. No documento constam alguns desafios que os países devem superar para garantir um envelhecimento digno da população. Acesse os links disponíveis em: <<https://bit.ly/2MDFpir>> e <<https://www.populationpyramid.net/>> (Acesso em: 18 jun. 2018) e verifique as mudanças na estrutura etária mundial, demonstradas nas pirâmides etárias; nelas, também é possível notar como tais mudanças podem inferir nas projeções de futuro no regime demográfico mundial.

Para fazer esse exercício no Brasil, comparando as regiões, acesse o sítio do IBGE, no link <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. (Acesso em: 8 jun. 2018).

Após a leitura, busque responder as seguintes perguntas: o Brasil está no rumo do envelhecimento? O país está adotando as recomendações da UNFPA para promover um envelhecimento adequado a sua população?

## Sem medo de errar

### Contextualizando a situação-problema

A terceira tarefa da equipe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) será a de observar a estrutura etária dos países selecionados para o projeto (Austrália, Brasil e Angola), comparando as pirâmides etárias de cada país por duas décadas ou mais, de maneira a interpretar o comportamento da população através do tempo.

### Resolvendo a situação-problema

A dinâmica demográfica de um país pode ser visualizada por meio da interpretação e análise de sucessivas pirâmides etárias, que constituem representações gráficas obtidas a partir da coleta e sistematização de informações da população dos países.

Ao longo desta seção, foram apresentadas as pirâmides etárias de Austrália, Brasil e Angola, que servem como referência para a resolução da situação-problema apresentada.

Observando a estrutura demográfica da Austrália, pode-se verificar que no início do século XX este país já apresentava uma pirâmide etária de base estreita, o que significa que as taxas de natalidade e fecundidade mantinham-se baixas, com tendência a diminuir ainda mais se projetadas para 2050. O corpo da pirâmide, que agrega a população em idade produtiva, ainda mantém um pequeno bônus demográfico que não se manterá até a metade deste século, uma vez que a manutenção do baixo crescimento natural promoverá a redução da população economicamente ativa nos próximos 30 ou 40 anos. Contudo, é o topo da pirâmide que projeta melhores resultados acompanhado de preocupações. Por se tratar de um país desenvolvido, que oferece melhores condições socioeconômicas para sua população, que possui elevados índices de alfabetização, boa renda *per capita* e serviço de saúde, tal processo reflete no aumento de número de pessoas vivendo mais, ou seja, a Austrália é um país em regime demográfico de envelhecimento e, se mantidas as baixas taxas de fecundidade, entrará num regime de país envelhecido, devendo o governo começar a pensar estratégias para preparar sua economia para essa realidade.

No caso do Brasil, país classificado como em desenvolvimento, a equipe verificou, por meio da análise das pirâmides etárias apresentadas, que esse país passou por um rápido processo de transformação em sua estrutura demográfica, sobretudo influenciado pelo processo de industrialização e urbanização.

Na década de 1950, o Brasil apresentava uma pirâmide clássica, de base larga e topo estreito, portanto, com elevadas taxas de natalidade, que, na época, chegavam a cerca de 6%, mas com baixa expectativa de vida, na média de 50 anos, ou seja, regime demográfico de população jovem. Já em 2010, ou seja, em pouco mais de 50 anos, o país estreitou a base da pirâmide e elevou o topo, o que significa a redução das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida, respectivamente 1,84% e 74 anos, resultado das melhorias socioeconômicas promovidas pelo processo de urbanização e industrialização.

A equipe da UNFPA verifica que nesse momento o Brasil apresenta um considerável bônus demográfico, que não se manterá favorável na projeção para 2050, ou seja, o país está

passando por um processo de envelhecimento e, por esse motivo, precisa fazer planejamento de médio e longo prazo para evitar problemas futuros associados ao elevado número de idosos, tais como promover uma reforma de previdência justa e que atenda aos interesses da sociedade e não apenas de determinados setores, além de um investimento em saúde e qualidade de vida para a terceira idade, para promover um envelhecimento digno para sua população, sem, contudo, deixar de lado políticas necessárias para outras faixas etárias.

O caso de Angola, que se assemelha a outros países pobres no mundo, é o mais preocupante para a equipe da UNFP; isso porque a comparação entre a pirâmide etária de 2000 e de 2050 demonstra pouca alteração na estrutura demográfica do país, ou seja, serão mantidas as elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, cerca de 6% e 15%, respectivamente, bem como a reduzida expectativa de vida, média de 50 anos, revelando que esse país apresenta um regime demográfico de população jovem, o que, por consequência, está associado a sérios problemas socioeconômicos e à falta de investimento governamental.

Frente a isso, é preciso que se invista em profundas mudanças sociais neste momento para que, na metade do século, a Angola, junto aos demais países pobres, deixe de figurar entre os países que apresentam sérios problemas humanitários.

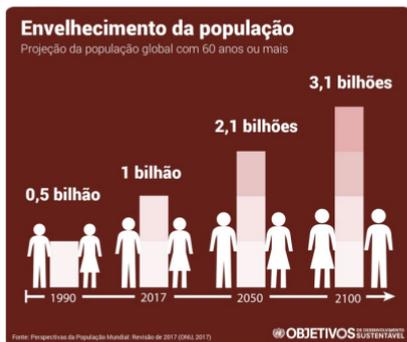
É necessário, portanto, que sejam propostas políticas de informação e saúde pública que levem à diminuição dos elevados índices de natalidade e também mortalidade e que, a médio prazo, promovam, inclusive, o aumento da expectativa de vida. Além disso, o investimento na formação da mão de obra, associado ao aumento dos anos de escolaridade, é fundamental para promover melhorias na distribuição da renda *per capita*, por consequência, influenciando na melhora da qualidade de vida da população.

Para a equipe, portanto, deve haver um empenho global em promover investimentos em áreas de saúde, educação e políticas de distribuição de renda, de maneira a melhorar as condições de vida da população dos países, sobretudo menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, promovendo benefícios para a sociedade em escala global.

## Faça valer a pena

**1.** Desde o advento da sociedade industrial o processo de urbanização em escala global se tornou irreversível. As cidades se multiplicaram bem como se multiplicou o número de habitantes em seus territórios. Além disso, as cidades se tornaram o lócus de uma vida com melhores condições socioeconômicas.

Infográfico 1 | Envelhecimento da população mundial



Infográfico 2 | Crescimento da população mundial



Fonte: <<https://nacoesunidas.org/apesar-de-baixa-fertilidade-mundo-tera-98-bilhoes-de-pessoas-em-2050/>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

Observando os infográficos é possível dizer que:

- O processo de industrialização e urbanização desacelerou o crescimento populacional mundial.
- Apesar do crescimento da população mundial, a população de idosos se manteve constante.
- O envelhecimento da população é uma condição associada apenas à redução das taxas de natalidade da população mundial.
- Em 2100 os idosos representaram um contingente menor do que em 1990 na estrutura etária mundial.
- Em 1990, enquanto a população de idosos representava cerca de um décimo da população mundial, em 2100 representará próximo de três décimos.

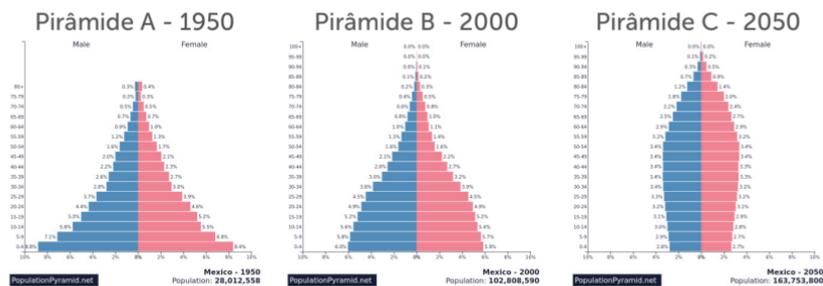
**2.** As pirâmides etárias são uma forma de representação gráfica do perfil populacional dos países; nela podemos verificar a quantidade ou proporção dos indivíduos distribuídos de acordo com os diferentes gêneros e grupos etários, com intervalos de tempo definidos. Observe as três pirâmides etárias seguintes:

Observando os infográficos é possível dizer que:

- O processo de industrialização e urbanização desacelerou o crescimento populacional mundial.
- Apesar do crescimento da população mundial, a população de idosos se manteve constante.
- O envelhecimento da população é uma condição associada apenas à redução das taxas de natalidade da população mundial.
- Em 2100 os idosos representaram um contingente menor do que em 1990 na estrutura etária mundial.
- Em 1990, enquanto a população de idosos representava cerca de um décimo da população mundial, em 2100 representará próximo de três décimos.

**2.** As pirâmides etárias são uma forma de representação gráfica do perfil populacional dos países; nela podemos verificar a quantidade ou proporção dos indivíduos distribuídos de acordo com os diferentes gêneros e grupos etários, com intervalos de tempo definidos.

Observe as três pirâmides etárias seguintes:



Fonte: <<https://www.populationpyramid.net/>>. Acesso em: 16 maio, 2018.

Analisando as pirâmides etárias, é possível afirmar que:

- São de um país desenvolvido de industrialização consolidada.
- Representam um país subdesenvolvido que mantém a estrutura demográfica e apenas está aumentando sua população absoluta.
- Diz respeito a um país em desenvolvimento que na atualidade que está passando pela transição demográfica e tende a um regime de envelhecimento.
- É um país subdesenvolvido industrializado que manteve elevada taxa de fecundidade e investiu em mudanças socioeconômicas profundas, aumentando a expectativa de vida.

e) É um país desenvolvido novo, caracterizado pela predominância de uma população idosa, mas com tendência à manutenção do crescimento vegetativo

### 3. Leia atentamente o excerto de texto que segue:



“Foi a partir de 1970 que o Brasil teve seu perfil demográfico transformado: de uma sociedade majoritariamente rural e tradicional, com famílias numerosas e alto risco de morte na infância, passou-se a uma sociedade principalmente urbana, com menos filhos e nova estrutura nas famílias brasileiras. De uma população predominante jovem em um passado nem tão distante, observa-se, nos dias atuais, um contingente cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais de idade”.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro: UniATI, p. 507-519, 2016.

Com base no fragmento do texto e em seus conhecimentos é possível afirmar que:

- a) O Brasil passou de uma etapa de expansão para uma etapa de estabilidade na estrutura populacional devido ao processo de industrialização e urbanização ocorrido na segunda metade do século XX.
- b) Devido a esse processo o país apresenta uma pirâmide invertida, de base estreita e topo alargado, demonstrando que se trata de um regime de população envelhecida, última etapa da transição demográfica.
- c) Há um visível processo de envelhecimento da população brasileira, demonstrado por meio do aumento da expectativa de vida, o que leva o país a apresentar uma pirâmide em etapa de estabilidade, com tendência a um dividendo demográfico.
- d) O país se caracteriza por um regime demográfico em fase de envelhecimento, apresentando uma etapa de declínio populacional, efeito da industrialização e urbanização a partir da segunda metade do século XX, que alterou a dinâmica demográfica do país.
- e) O regime demográfico de envelhecimento pelo qual o país está passando se deve a redução das taxas de mortalidade associadas ao aumento da expectativa de vida ao nascer e à manutenção das taxas de fecundidade elevadas.

# Referências

- ALVES, J. E. D. **A Polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O programa bolsa-família: fecundidade e a saída da pobreza. In: ARILHA, M. et al. (org). **Diálogos transversais em gênero e fecundidade – Articulações contemporâneas**. Campinas: Librum, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p. 27-48.
- ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. de S.; CARVALHO, A. A. de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10).
- BRAGA FILHO, H.; LESSA, M. B. Estrutura e conjuntura econômica: mercado de trabalho e o diferencial de salários nos municípios de franca e sertãozinho. **Desenvolvimento e Gestão**. Franca: Uni-FACEF Pesquisa, v.14, n.2, p. 192-206, maio/jun./jul./ago. 2011.
- BRASIL, Comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.
- CAETANO, A. J.; AMORIM, F. A. Classe social, reprodução e contracepção no Brasil contemporâneo. In: ARILHA, Margareth et al. (org). **Diálogos transversais em gênero e fecundidade – Articulações contemporâneas**. Campinas: Librum, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p. 17-26.
- CAMARGO, A. A. A hipótese de convergência dos níveis de fecundidade nas projeções populacionais. **Em Perspectiva**, São Paulo: USP, n. 10 v. 2, 1996, p. 18-25.
- CARVALHO, J. A. M. de. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. - São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.
- CARVALHO, J. A. M. de; RODRIGUEZ-WONG, L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008.
- D'ANTONA, Á. de O. Do mito malthusiano ao das relações recíprocas - a constituição interdisciplinar do campo de População e Ambiente. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v.34, n.2, p.243-270, maio/ago. 2017.
- DAMIANI, A. **Geografia e população**. São Paulo: Contexto, 1998.
- ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. de P. (ORGS). **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI - Subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE (Estudos & Análises), 2015.

FONTANA, R. L. M.; COSTA, S. S.; SILVA, J. A. B. da; RODRIGUES, A. de J. Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. **Cadernos de Graduação**. Aracaju: Ciências Humanas e Sociais, v. 2, n.3, p. 113-124, mar. 2015.

HOBBSBAWN, E. **As Origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas Geográfico Escolar. Disponível em: <<https://atlasescolar.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 maio. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010** – Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE (Coleção Teoria e Estudos, n. 25), 2009.

\_\_\_\_\_. **Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI** – Subsídios para projeção da população. Rio de Janeiro: IBGE, Estudos e Análises, n. 3, 2015.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE (Coleção Estudos e Pesquisa, n. 36), 2016.

JAMES, O. T.; MENDES, I. L. **Geografia geral e do Brasil**: estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2004.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UNB, v. 27, n. 1, Jan/Abr, 2012, pp. 165-180.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro: UniATI, 2016; 19(3), pp. 507-519.

ONU, United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division 2017. **World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance**. New York: ONU, Tables. Working Paper, 2017.

SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. (orgs). **Dinâmica da população** - teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociodemográficos**: Prospectivos para o Brasil 1991-2030, São Paulo: Rio de Janeiro: Arbeit, 2006.

# Fluxos populacionais internos e externos

### Convite ao estudo

Estamos iniciando nossa terceira unidade de estudos sobre a Geografia da População.

As seções subsequentes desta unidade estarão voltadas para o fenômeno migratório, o movimento populacional pelo espaço geográfico. A migração constituiu, e ainda constitui, uma das principais características da população mundial. Desde os primórdios, quando éramos caçadores e coletores, passando pelo processo de fixação do território, até chegar ao período contemporâneo fluido e dinâmico, a mobilidade espacial sempre constituiu uma condição humana, seja por necessidade, seja pelo desejo de buscar novos horizontes para a vida.

À medida que a população mundial foi aumentando e fomos transformando as dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais da vida, o fenômeno migratório foi ficando mais complexo, o que justifica a necessidade de constantes estudos a fim de que sejam interpretadas as causas que levam um indivíduo ou um grupo de pessoas a migrar.

Para isso, vamos acompanhar Pedro ao longo desta unidade de estudo, professor visitante que está desenvolvendo uma pesquisa no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO), unidade de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar que se dedica aos estudos populacionais e demográficos, da Universidade Estadual de Campinas.

O objetivo principal de sua pesquisa será produzir um Dossiê sobre a migração no Brasil, que será intitulado **Deslocamentos**

**humanos no Brasil – motivações e características**, que futuramente será publicado sob a forma de um livro, o qual abordará tanto os aspectos teóricos da migração, passando por diferentes períodos históricos associados aos variados fatores que levam à migração humana, até chegar ao período contemporâneo, de maneira a promover uma leitura da atual condição dos movimentos populacionais na escala mundial, contudo, dando ênfase ao caso brasileiro.

O movimento populacional, denominado migração, pode variar de acordo com diferentes fatores que levam aos deslocamentos humanos, desde fatores naturais, que em geral não são controlados pelas populações, até fatores socioeconômicos, estes sim produzidos no processo de (re)produção do espaço geográfico nas diferentes dimensões da vida.

Portanto, Pedro precisará compreender a complexidade dos movimentos populacionais para interpretar a relação entre origens e destinos, cada qual com suas características de atração ou repulsão, para produzir seu Dossiê sobre os deslocamentos humanos.

Vamos acompanhar Pedro em seus estudos e suas interpretações para verificar como ele propõe a resolução das problemáticas que se apresentam.

Bons estudos!

# Seção 3.1

## Movimentos migratórios

### Diálogo aberto

Caríssimos estudantes, sejam bem-vindos a mais uma seção de estudos sobre a Geografia da População.

O convite agora está direcionado aos estudos sobre a migração, fenômeno complexo associado ao movimento das pessoas pelo espaço geográfico e que, por esse motivo, exige a dedicação dos cientistas que se voltam aos estudos humanísticos para ser interpretada.

Essa é a tarefa de Pedro, pesquisador visitante no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que está produzindo um dossiê intitulado **Deslocamentos humanos no Brasil – motivações e características**, em que pretende interpretar o fenômeno migratório no país.

Sua primeira tarefa será se dedicar à definição das bases teóricas sobre a migração dentro dos estudos populacionais. A partir da delimitação conceitual, Pedro buscará entender quais os diferentes fatores que levam ao movimento populacional e, a partir disso, inferir as formas de deslocamento pelo espaço e a temporalidade do processo migratório.

Frente a isso, vamos acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos ao longo desta seção para entendermos como Pedro contextualiza os fluxos migratórios a uma base conceitual e, então, amplia sua interpretação acerca do tema.

Bons estudos!

### Não pode faltar

A história da humanidade é marcada pelo movimento humano pelo território.

Inicialmente, como nômades, a migração era uma condição imperativa na busca de satisfazer as necessidades mais básicas, tais como proteção e alimentação, basicamente por meio da pesca, coleta e caça. Como não havia territórios demarcados politicamente, a preocupação era essencialmente em não perecer frente às condições climáticas extremas ou a ataques de animais perigosos.

Em um segundo momento, o homem passou a ser caracterizado como seminômade, quando permanecia por maiores períodos acampado em determinado lugar, geralmente mudando para outros acampamentos de acordo com as variações climáticas, mas retornando a cada tempo.

Mais tarde, a domesticação dos animais e o domínio das práticas agrícolas marcam a sedentarização dos grupos humanos, fixando-os em um único lugar, com habitações permanentes que ofereciam melhor segurança às intempéries do tempo e aos ataques de animais selvagens. Tal processo levou ao aumento das populações nos lugares, à delimitação de domínios territoriais, à produção de ferramentas e outros utensílios de usos variados que compreendem as primeiras expressões culturais humanas e, com isso, à evolução das técnicas, além, evidentemente, da vida comunitária, que está na origem da formação dos primeiros vilarejos e cidades, por consequência, na organização da sociedade.



### Assimile

Esses períodos fazem parte do que se convencionou chamar de pré-história, que compreende a idade da pedra e a idade dos metais.

No paleolítico, também chamado de idade da pedra lascada, os homens viviam em bandos de nômades, muito mais suscetíveis à mudança do ambiente natural. No neolítico, por sua vez, denominado idade da pedra polida, por conta das alterações climáticas ocorridas no planeta, que influenciou plantas e animais, foi permitida a fixação próxima às margens de rios e a sedentarização, o que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura, além do desenvolvimento das técnicas com cerâmica e tecelagem.

Já a idade dos metais é o período em que os povos passaram a adotar técnicas de fundição de metais, permitindo a produção de instrumentos de trabalho, caça e defesa do território.

Importante ressaltar que o termo “sedentarismo” é utilizado na atualidade para se referir às pessoas que não praticam exercícios físicos, é uma alusão à fixação das populações em determinados lugares com habitações definitivas; contudo, mesmo as pessoas daquele período, que não dispunham de muitos equipamentos ou ferramentas modernas, empenhavam grande esforço físico para desenvolver as atividades necessárias para a (re)produção social.

Não obstante ao processo de sedentarização das populações, a mobilidade espacial nunca findou. Inúmeros são os motivos pelos quais um indivíduo ou um grupo de pessoas migra de um lugar para outro.



### Assimile

É preciso lembrar que a migração é o movimento entre diferentes territórios, o processo de deslocamento de um indivíduo ou de um grupo de pessoas de um lugar para outro. Contudo, sua classificação será diferente de acordo com a origem e a chegada, podendo ser o viajante um **emigrante** ou um **imigrante**.

Para ilustrar melhor vamos utilizar o exemplo da grande migração italiana para o Brasil no final do século XIX.

Em relação a sua origem, os italianos eram considerados **emigrantes**, pois estavam deixando o país. Após a travessia pelo Oceano Atlântico, ao desembarcarem no Brasil, esses mesmos italianos foram considerados **imigrantes** pelos brasileiros, tendo em vista que constituíam indivíduos que não pertenciam ao país.

Para melhor classificar as migrações, é preciso levar em consideração quatro variáveis: o deslocamento pelo espaço; o tempo de permanência; a forma como ocorre a migração e os fatores que levam à migração.

## Deslocamento pelo espaço

No que diz respeito ao deslocamento pelo espaço, o movimento pode ser classificado como **migração internacional** ou **externa**, quando ultrapassa a fronteira de um país para outro, e **migração nacional** ou **interna**, quando esse deslocamento ocorre dentro do próprio país. Sobretudo em um país como o Brasil, de grande extensão territorial, a migração interna é bastante comum e pode ser classificada como **inter-**

**regional**, quando se desloca de uma região para outra, por exemplo, saindo de São Paulo, região Sudeste, para Santa Catarina, região Sul, e **intrarregional**, quando o deslocamento ocorre dentro da própria região, por exemplo, saindo de Rio Branco, no Acre, para Macapá, no Amapá. Apesar da elevada distância, mais de 2000 quilômetros em linha reta, o que seria suficiente para atravessar mais de dois países no continente europeu, ainda assim, trata-se de uma migração intrarregional.

Ainda, no que diz respeito às migrações internas, o deslocamento de pessoas pode ocorrer em outras escalas espaciais, podendo assumir o caráter de **rural-urbano**, fenômeno também denominado de **êxodo rural**, quando há uma migração em massa de habitantes do campo para as cidades, geralmente está associada ao processo de industrialização, que tende a criar inúmeras oportunidades de trabalho no espaço urbano.

A migração interna pode ainda promover deslocamento **rural-rural**. Em geral, tal processo está associado à busca de famílias por climas mais favoráveis, por terras de melhor qualidade para o cultivo agrícola ou, ainda, pode estar vinculado ao avanço da fronteira agrícola. No período contemporâneo, em que todos os territórios constituem propriedades particulares, mesmo que não sejam utilizados com tal finalidade, ou representam áreas de reserva natural, portanto, protegidas por lei, esse movimento é menos comum de observar.

Por variados motivos que promovem o deslocamento humano, a migração interna ainda pode assumir um caráter **urbano-urbano**. Em geral, esse movimento está associado a razões econômicas que constituem forte fator de atratividade para as populações, como, por exemplo, a formação de um complexo industrial que absorve grande quantidade de mão de obra, grande parte oriunda de outros municípios ou, até mesmo, de outros estados e países.

O período contemporâneo em que a poluição, a insegurança e o trânsito congestionado passaram a constituir marcas da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, favorece o deslocamento **urbano-rural**, caracterizado por pessoas que trabalham nas cidades e se deslocam para sítios ou campo aos finais de semana, em alguns casos até diariamente, onde possuem residências fixas ou as chamadas segundas residências. Tão menos comum é o movimento de pessoas que deixam as cidades para viverem definitivamente no campo, denominado de êxodo urbano, geralmente associado à busca de melhor qualidade de vida.



O **êxodo rural** é um fenômeno que ocorreu amplamente com o advento da industrialização e, por consequência, da urbanização. Além disso, tal processo foi potencializado pela revolução tecnológica, que promoveu a mecanização e o aumento da produtividade no campo, obtendo maiores safras sem necessariamente aumentar a área produtiva.

No período contemporâneo, contudo, um número cada vez maior de pessoas tem buscado Ecovilas para viver, lugares de convivência coletiva que buscam harmonizar a habitação e a produção de gêneros alimentícios com os preceitos ambientais sustentáveis.

Assim, reflita: seria possível promover um novo modelo de habitar o espaço fomentando uma migração urbano-rural no período contemporâneo?

### Tempo de permanência

A questão da temporalidade também é um fator importante a ser observado no movimento migratório. Isso porque o crescimento populacional positivo ou negativo de uma determinada região, de um determinado país, estado ou município influencia diretamente na ordem política, econômica e cultural dos territórios.

Em relação ao tempo, a migração pode ser classificada como **definitiva** quando o indivíduo ou um grupo de pessoas passa a residir definitivamente em outro local. Evidentemente que não há como saber se o migrante irá (re)migrar, ou seja, se dentre cinco, dez ou quarenta anos vá se deslocar, ou não, para outro destino ou retornar para seu lugar de origem, neste caso denominada **migração de retorno**. Assim, enquanto tiver residência fixa e não ser nativo de determinado lugar, ele será considerado um migrante definitivo, como é o caso dos imigrantes alemães, italianos, japoneses ou das mais diversas origens que vieram para o Brasil e fixaram residência definitiva no país.



A migração de retorno é um fenômeno bastante recente no país. Até o final do século XX, o movimento do Nordeste para o Sudeste se constituía como um dos principais fluxos internos de pessoas. Contudo, a partir

de do início do século XXI, influenciado pela Guerra Fiscal, o Nordeste passou a atrair mais investimentos e instalação de indústrias que visam a diminuição do custo de produção e, por consequência, o aumento imigratório em decorrência do surgimento de novas oportunidades e do aumento da empregabilidade. Segundo Baptista, Campos e Rigotti (2017), entre 1995 e 2000, cerca de 40% da migração de retorno no Brasil era direcionada para os estados nordestinos.

Na atualidade, marcada pelo período técnico-científico-informacional, é bastante comum o desenvolvimento de novas tecnologias que exigem mão de obra cada vez mais qualificada. Nesses casos, pessoas que possuem elevada qualificação tendem a adotar uma mobilidade espacial de acordo com as oportunidades de melhores ganhos econômicos, permanecendo, por vezes, em um determinado lugar e se deslocando conforme as oportunidades se apresentam.

A esse tipo de movimento dá-se o nome de **migração circular**, bastante comum entre os jovens, sendo este o fator, na maioria das vezes, que facilita a mobilidade espacial.

A outra categoria de classificação temporal é denominada de **migração temporária**, ocorrendo quando o migrante permanece por tempo determinado no destino, geralmente inferior a um ano. A **migração pendular**, também denominada **migração diária**, diz respeito ao indivíduo cujo município de residência e de trabalho são distintos, promovendo, portanto, um movimento migratório de ida e vinda cotidiano. Tal fenômeno se tornou bastante comum nos grandes centros urbanos que reúnem as regiões metropolitanas que, por sua dinâmica econômica, promovem intensa mobilidade espacial horizontal. Bastante comum, nestes casos, que a cidade mãe, que normalmente dá o nome à região metropolitana, atraia o maior número de pessoas diariamente dos municípios vizinhos para os mais variados postos de trabalho ou para o consumo no comércio. Quanto maior a dinamicidade econômica do município, maior também será sua capacidade de atrair migrantes, como é o caso da cidade de São Paulo (Figura 3.1), que está entre as maiores metrópoles mundiais, e que por sua intensa dinâmica econômica, exerce elevado poder de atração de migrantes pendulares bem como fornece migrantes pendulares para outros municípios.

Figura 3.1 | População Pendular, segundo Direção dos Fluxos para Trabalho ou Estudo Região Metropolitana de São Paulo – 2000

Direção dos Fluxos	N <sup>os</sup> Absolutos	%
<b>Total</b>	<b>1.074.407</b>	<b>100,00</b>
De Outros Municípios para São Paulo	612.222	56,98
De São Paulo para Outros Municípios	90.157	8,39
De Outros Municípios para Outros Municípios (Intra-Regional)	329.176	30,64
De Outros Municípios para Outros Municípios (Inter-Regional)	42.852	3,99

Fonte: Ántico (2005, p. 115).

Na medida em que a dinâmica econômica se intensifica, verifica-se uma tendência de aumento dos movimentos pendulares, fator inclusive associado à especulação imobiliária, uma vez que a maior dinâmica econômica tende a valorizar o solo urbano, elevando o custo do metro quadrado nas cidades, o que influencia diretamente o aumento do custo de moradia, fazendo com que as pessoas, muitas vezes, busquem as cidades vizinhas para fixar suas habitações.

Os fluxos econômicos são responsáveis por outro tipo de movimento populacional temporário: a **migração sazonal**. Grande parte das migrações sazonais estão associadas às atividades produtivas regionais, que também são influenciadas pelas estações do ano. Assim, em virtude da sazonalidade, o migrante sai de seu local de origem em determinados períodos do ano em direção a lugares onde há colheita de gêneros agrícolas, retornando ao seu ponto de origem ao final da atividade.

Grandes áreas de colheita de cítricos, café e cana-de-açúcar são exemplos típicos que ilustram a migração sazonal. Muitos desses migrantes saem do Nordeste do país para trabalhar temporariamente nessas áreas de colheita, por vezes forçados a buscar alternativas de ganhos em virtude da aridez que não permite a obtenção de produtos de origem primária, nem mesmo para sustento da unidade familiar.

A migração sazonal também pode ser chamada de **transumância**. A **transumância** está historicamente associada à migração de rebanhos guiados por pastores, vaqueiros ou outras denominações que conduziam os animais até áreas onde houvesse água e pasto.

Na maior parte das vezes, portanto, a transumância está associada a certos determinantes naturais e sempre foi utilizada como uma estratégia de sobrevivência.

A **transumância ascendente**, ou **estival**, diz respeito à condução dos rebanhos em direção aos planaltos no período do verão. Já no inverno, em virtude do frio, tem-se o movimento de **transumância descendente**, ou **invernal**, quando os rebanhos são conduzidos para as planícies para fugirem do frio e da estiagem de alimentos nas áreas de maior altitude.

Na atualidade, com o desenvolvimento tecnológico, essa prática foi abandonada em alguns lugares, uma vez que se produzem as condições para proteção dos rebanhos em lugares protegidos, além de muitas vezes estarem associadas a métodos como o confinamento.

No caso do Brasil, a transumância ainda ocorre na região do Pantanal, onde, em virtudes das cheias, o gado deve ser conduzido para áreas mais elevadas. No Sul do país tal prática também era comum no bioma do Pampa, visto que se pratica a pecuária extensiva, com o gado solto nos campos. No Nordeste, em virtude dos períodos de seca, também é comum conduzir o gado do Sertão para a Zona da Mata, onde os rebanhos encontrarão condições climáticas mais favoráveis e alimentação mais farta.

### Forma de migração

Desde que nascem, as pessoas passam a fazer parte de uma cultura que, por sua vez, está enraizada no território. Isso significa dizer que o território é, da mesma forma, a expressão das formas e os conteúdos culturais da sociedade produzidos ao longo do tempo.

Quando há o processo de migração, de saída de uma localidade com destino a outra, ocorre o que na geografia denominamos desterritorialização-reterritorialização. Desterritorializa-se ao sair do território que nasceu, onde havia uma coesão cultural própria do lugar, e se reterritorializa em outro lugar, um destino escolhido ou não, onde o indivíduo ou o grupo de pessoas leva consigo parte de sua cultura original e a incorpora ao novo território ao mesmo tempo em que incorpora elementos novos da cultura do lugar de destino a sua vida.

A opção de desterritorializar-reterritorializar é o que se costuma classificar como **migração espontânea**, ou seja, por vontade própria se deixa um local de origem em direção a um novo destino que apresenta atratividade. Em grande parte das vezes são os fatores econômicos que preponderam na atração de migrantes (melhores salários, custo de vida mais baixo, oportunidade de emprego, etc.).

Por outro lado, nem sempre há o desejo de sair do lugar onde se vive, mas por motivos alheios à vontade das pessoas, impõe-se a necessidade de migrar. Nestes casos, temos uma migração do tipo **forçada**, em que o processo de desterritorializar-reterritorializar representa uma condição imperativa, preponderando os fatores de repulsão, em geral, associados a conflitos armados, guerras, eventos climáticos ou naturais que obrigam as pessoas a migrar.

### Fatores da migração

Sabe-se que a história da humanidade é marcada pelo movimento através do espaço geográfico, contudo, tão importante quanto conhecer a mobilidade populacional, entre origens e destinos, é interpretar os fatores da migração, ou seja, quais motivos levam as pessoas, individual ou coletivamente, a se colocarem em movimento.

Um dos principais motivos que promovem a migração está associado aos **fatores econômicos**, em geral, atrelado a busca de empregos com melhor remuneração ou oferta de um custo de vida mais baixo. Lugares que dispõem de uma dinâmica econômica mais intensa tendem a atrair mais migrantes de distintas origens, contudo, é importante ressaltar que esse movimento não é permanente, podendo variar de acordo com a conjuntura econômica. Em outras palavras, um país que apresenta boas condições econômicas na atualidade pode, em anos seguintes, ingressar em uma crise econômica pelos mais variados motivos, passando de um espaço de atratividade para um espaço de repulsão para os migrantes.

Em geral, os países desenvolvidos sempre representam espaços de atração, visto que combinam dinâmica econômica com melhores condições de vida, mesmo quando os postos de trabalho não exigem elevada qualificação de mão de obra. Em contrapartida, lugares que apresentam condições socioeconômicas desfavoráveis tendem a constituir espaços de repulsão.

Um exemplo típico é a tentativa dos latino-americanos de entrar nos EUA, tanto por meios legais como ilegais, uma vez que este país apresenta boas oportunidades de geração de renda.

As migrações podem, também, ser influenciadas por **fatores políticos**. Nesses casos, as migrações estão associadas a tensões que envolvem disputas por territórios, como foi o caso da Iugoslávia, país que pertencia à região dos Bálcãs, na Europa, que se desintegrou entre o final do século XX e o início do XXI, dando origem a novos países independentes, entre os quais estão: Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia e Sérvia e Montenegro. Tal processo levou, inclusive, a disputas territoriais e conflitos armados, acontecimentos que sempre promovem a migração de pessoas que tentam evitar os efeitos da violência associados às disputas territoriais.

**Fatores culturais** também estão entre os motivos que levam pessoas ao movimento migratório, sobretudo quando estão associados a aspectos religiosos ou étnicos. A perseguição aos judeus no período da Segunda Guerra Mundial foi um dos fatos mais marcantes da história e pode ser classificado como perseguição religiosa e étnica; além da morte de milhares de pessoas, promoveu a migração de um número incalculável de pessoas para vários países da Europa e outros continentes.

Os **fatores naturais**, por sua vez, constituem, da mesma forma, motivos para a migração. Em geral, estão associados a catástrofes que não são controladas pelo homem e que levam grande perigo à vida das pessoas, tais como a erupção de vulcões, tsunamis, terremotos, secas prolongadas, enchentes, entre outros eventos naturais.

Os *retirantes*, clássica tela de Candido Portinari, pintada em 1944 e, atualmente, parte do Acervo do Museu de Arte de São Paulo – MASP, constitui uma complexa obra que retrata a migração de uma família fugindo das condições climáticas áridas da seca no sertão, situação que assolava e ainda assola inúmeras pessoas que habitam essa sub-região nordestina.

Nos casos em que os fatores de migração são preponderantes para forçar as pessoas a migrar, ou seja, promovem a expulsão da população de determinados territórios, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) classifica os migrantes como refugiados, pessoas que necessitam ser acolhidas em

outras nações, que, em geral, não possuem condições de sobrevivência e precisam ser atendidas pelas políticas sociais dos países que as acolhem.

Um exemplo desse processo são os apátridas, que constituem grupos de pessoas não reconhecidos cultural ou politicamente por representarem, por vezes, minorias étnicas em novos territórios ou mesmo em territórios já constituídos.



### Pesquise mais

Visite o sítio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e, no tópico “Quem ajudamos”, pesquise mais sobre as classificações das diferentes categorias de migrantes que, na realidade, representam uma complexa síntese de parte da realidade da mobilidade populacional no mundo.

ANCUR. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

## Sem medo de errar

### Contextualizando a situação-problema

O professor visitante Pedro está desenvolvendo uma pesquisa no NEPO, que está vinculado à UNICAMP, e tem por objetivo produzir um Dossiê sobre o movimento migratório no Brasil que será intitulado Deslocamentos humanos no Brasil – motivações e características.

A primeira tarefa de Pedro é definir as bases teóricas dos estudos populacionais vinculados ao tema da migração. Para isso, os questionamentos que irão nortear seu trabalho são: quais os diferentes fatores que levam ao movimento populacional? Quais as formas de deslocamento pelo espaço e a temporalidade do processo migratório?

### Resolvendo a situação-problema

Não há dúvidas que a história da humanidade está largamente associada ao movimento humano. Mesmo quando deixamos de

ser nômades, época na qual vivíamos da caça e da coleta, até nos tornarmos sedentários, por meio da domesticação dos animais e das práticas agrícolas, a mobilidade humana nunca deixou de ser uma das marcas da sociedade.

Pedro, em seu estudo, verifica que à medida em que a sociedade foi se transformando, por meio das revoluções técnicas, também os fenômenos associados aos movimentos populacionais foram se tornando mais complexos.

Desde períodos memoriais a decisão de migrar poderia ser um imperativo, cujo objetivo era a fuga de fatores naturais preponderantes, o que sugere um processo de migração forçada, que buscava áreas que favoreciam a instalação da comunidade junto à oferta de água e comida para promover a (re)produção social.

À medida em que o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias adentram as sociedades, permitindo mais segurança às pessoas, e que as dimensões políticas e econômicas se arraigaram definitivamente na história da humanidade, o ato de migrar passou a ser orientado também pelos domínios de outros territórios, algumas vezes ultramarinos, e pela expansão do comércio. Foi assim com as grandes navegações, que promoveram a ocupação de territórios em outros continentes por parte dos europeus; a revolução industrial, que influenciou diretamente o fenômeno do êxodo rural em escala global; as grandes guerras mundiais, responsáveis por levar à migração um grande número de pessoas por perseguição religiosa ou étnica, além dos próprios motivos econômicos e políticos que promoveram os conflitos. Mesmo na história recente da humanidade, fatores econômicos, políticos, culturais ou naturais continuam levando pessoas, isoladas ou coletivamente, a se deslocarem pelos territórios, num movimento de des-re-territorialização incessante.

Neste primeiro momento da pesquisa, portanto, o pesquisador Pedro, busca, no contexto histórico, a interpretação das mudanças no processo migratório através do tempo, ou seja, a transformação dos fatores que foram alterando os motivos da mobilidade humana pelo espaço.

No caso do Brasil, verifica-se que a formação do território está amplamente associada à migração internacional, com a vinda de portugueses e, posteriormente, de outros europeus não-ibéricos, sobretudo germânicos e italianos, além da incorporação de

milhares de indivíduos trazidos de diferentes lugares do continente africano sob o regime de escravidão. Lembre-se de que o primeiro fluxo ocorreu em função de processos migratórios espontâneos associados a fatores políticos e econômicos. Já o processo de escravidão ocorreu de forma compulsória.

Mais tarde, quando o país se industrializa e há a expansão do front agrícola, também associado à mecanização e à modernização, o fenômeno migratório adquire contornos internos; de um lado, associado aos fatores econômicos, que promovem a migração espontânea de indivíduos para as novas áreas agrícolas ou de nordestinos para a região Sudeste do país, onde a industrialização dinamizava a economia, abrindo frentes de trabalho e necessitando de ampla mão de obra; de outro, associado à atratividade do Sudeste, Pedro verifica processos de migração forçada de nordestinos, que, associados aos fatores naturais, relacionados às condições áridas do clima do Sertão, necessitam migrar para outras regiões do país onde outras oportunidades de obtenção de renda se apresentam, neste caso, o Sudeste do Brasil.

Portanto, para produção de seu dossiê, sobre os deslocamentos humanos no Brasil, Pedro busca definir adequadamente as bases teóricas a respeito da migração, associando-as aos estudos da Geografia da População, que servirá a posteriori como base de argumentação para o fenômeno migratório no Brasil, histórica e contemporaneamente.

## Faça valer a pena

### 1.

O fenômeno migratório é um fenômeno antigo, mas só assumiu grandes proporções a partir dos fins da Idade Média. Uma base conceitual pertinente se faz necessária para a interpretação dos dados levantados, seja por meio de relatos de vida, seja por meio de consulta à documentação existente nas próprias instituições pesquisadas e em arquivos disponíveis em várias cidades. (CAMPOS, 2015, p. 265-266)

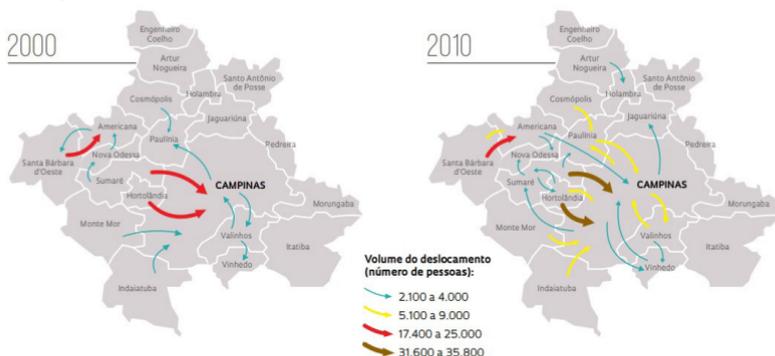
Segundo a autora, a base conceitual é importante para compreendermos o fenômeno migratório.

Com base nisso, pode-se afirmar que:

- a) O movimento populacional é um fenômeno recente, iniciado depois da Revolução Industrial.
- b) O êxodo rural é o fenômeno que dá início à migração no mundo.
- c) A migração é o movimento internacional e a mobilidade é o fenômeno nacional.
- d) Um indivíduo pode ser um emigrante e um imigrante ao mesmo tempo, desde que represente a saída e a chegada ao território, respectivamente.
- e) Toda migração é definitiva, sendo classificado como reimigrante o indivíduo que permanece pouco tempo em determinado lugar e depois migra novamente.

**2.** O fenômeno migratório ocorre no mundo a todo momento, desde o deslocamento de um indivíduo até o movimento de um grupo de pessoas.

Figura 3.2 | Deslocamento de pessoas entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas – RMC, 2000-2010



Fonte: Fioravanti (2017, p. 82).

A figura apresentada está associada:

- a) Ao aumento dos fluxos da migração internacional, visto que Campinas é uma região metropolitana que recebe pessoas do mundo todo.
- b) Ao movimento migratório circular associado à permanência temporária em um município distinto ao de residência.
- c) À migração temporária pendular responsável pelo movimento diário de pessoas entre os diferentes municípios da RMC.
- d) À migração definitiva de pessoas que se transferiram dos municípios vizinhos para Campinas no período de dez anos.
- e) Ao movimento diário forçado associado à necessidade imperiosa do trabalho dos habitantes da Região Metropolitana de Campinas - RMC.

### 3. Observe atentamente a figura que segue:

Figura 3.3 | “Retirantes” – Cândido Portinari – 1944



Fonte: <<https://masp.org.br/acervo/obra/retirantes>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

Em relação à migração, a obra “Retirantes” está associada:

- a) Aos fatores culturais e econômicos, uma vez que a migração é uma condição transmitida através das gerações das famílias nordestinas para se buscar melhores oportunidades salariais.
- b) Aos fatores políticos e naturais, pois retrata os conflitos que existem na região, sobretudo aqueles ligados ao coronelismo, que controla a distribuição de alimentos, levando as pessoas à migração permanente.
- c) Aos fatores naturais e culturais de uma região de clima tropical úmido que apresenta secas sazonais periódicas, forçando os habitantes a migrarem sazonalmente por tradição.
- d) Aos fatores econômicos e políticos de indivíduos que buscam melhores rendimentos que os oferecidos em sua região de maneira a fugir da política paternalista do estado.
- e) Aos fatores econômicos e naturais, visto que a migração sazonal é uma alternativa à obtenção da renda necessária para sobreviver aos períodos de seca intensa no Sertão nordestino.

## Seção 3.2

### Migrações internas e externas

#### Diálogo aberto

Historicamente, o Brasil é um país que se formou de acordo com a ocupação do território e a sua exploração econômica. Mas associada a este processo está a migração internacional e interna no território brasileiro, pois, conforme novas atividades econômicas eram promovidas em diferentes regiões do país, viajantes oriundos dos mais distintos lugares eram atraídos, já que buscavam, nesses destinos, oportunidades para melhorar suas condições de vida.

Assim sendo, compreender esse processo de formação territorial do Brasil é fundamental não apenas para os estudos populacionais, mas para a formação do geógrafo, responsável pela interpretação do espaço geográfico.

Esta é uma das tarefas de Pedro, professor visitante do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, que desenvolve uma pesquisa a respeito dos deslocamentos humanos no Brasil, cujo objetivo é a sua compreensão, tanto no que tange os processos históricos como os atuais. Para orientar essa segunda etapa de seu trabalho, o pesquisador se balizará pelos seguintes questionamentos: como e por que os deslocamentos ocorreram no território brasileiro, historicamente falando? É possível estabelecer uma relação entre o fenômeno migratório, a ocupação e o uso do território no país?

Nesta seção, portanto, serão apresentados elementos a respeito do fenômeno migratório ao longo da formação territorial brasileira, possibilitando a compreensão da imigração (internacional) para o país, bem como o movimento populacional interno no território.

Portanto, bons estudos a todos!

#### Não pode faltar

A história do Brasil é contada de formas diferentes, e ao longo dos anos, os acontecimentos pretéritos são revistos e reinterpretados de

forma contínua, sempre no intuito de promover uma melhor visão da história na atualidade.

A escravidão é um desses fatos que faz parte da formação do território brasileiro, deixando, inclusive, profundas marcas na sociedade, tão profundas que seus resultados ainda são reconhecidos no presente.

Quando se estabeleceram no território brasileiro, durante o século XVI, o intuito dos portugueses era a conquista de ganhos para a coroa por meio da exploração de produtos que tivessem valor no mercado europeu ou pela obtenção de metais preciosos, em especial o ouro.

Para explorar o vasto território que acabavam de ocupar, era necessária a utilização de mão de obra barata. Assim, num primeiro momento, tentaram escravizar os nativos que aqui habitavam, que foram denominados genericamente de índios, não reconhecendo a imensa diversidade cultural que aqui existia.

Os diferentes povos que tribalmente viviam nos territórios ocupados pelos portugueses pouco se adaptaram aos desmandos impostos pelos representantes da coroa e, entre trabalhos forçados, travavam batalhas fratricidas ou fugiam. Assim, os portugueses, ao longo do tempo, diminuíram ou expulsaram as populações nativas que ocupavam a região litorânea. É a partir desse contexto que são trazidos da África nativos de diferentes tribos, como escravos, para trabalharem forçadamente nas atividades exploratórias da coroa nas terras do que hoje conhecemos como Brasil.

Importante ressaltar que os portugueses constituíram a primeira leva de imigrantes brasileiros, seja de forma espontânea, para aqueles delegados pela coroa para administrarem o território e as operações econômicas nas terras além-mar, seja para aqueles forçados a vir, afim de obterem a liberdade por meio da prestação de serviços para a coroa. Entretanto, os africanos trazidos por meio do processo de escravidão não constituíram povos imigrantes uma vez que não tiveram escolha quanto aos seus destinos; não possuíam liberdade alguma para decidirem sobre os rumos de suas vidas e eram considerados mercadorias por seus possuidores.

Trazidos contra sua vontade, aos milhares, os escravos africanos constituíram a principal mão de obra das atividades produtivas portuguesas em território brasileiro. Assim, passando pela economia

do açúcar, pela economia aurífera até chegar à economia cafeeira, foi por meio do trabalho escravo africano que grande parte da fortuna portuguesa era produzida, bem como a riqueza da aristocracia brasileira, única beneficiada após a proclamação da República.

No início do século XIX, havia a necessidade de ocupação dos territórios ao Sul do país, de maneira a evitar o avanço dos domínios espanhóis. Assim, o governo do Brasil resolveu promover a colonização de terras ao Sul do país, processo que favoreceria ao mesmo tempo a ocupação e a produção de gêneros agropecuários para as vilas e cidades que ensejavam sua ascensão.

Em meio a isso, no contexto europeu, os territórios germânicos estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, portanto, havia mão de obra para ser “exportada” e o destino desses milhares de alemães era o Brasil. Foi nesse contexto que a coroa brasileira doou lotes de terras para famílias imigrantes alemãs, fundando as primeiras colônias dessa origem, em sua maioria, na região Sul do país.



### Assimile

Existe uma confusão em considerar os imigrantes que vieram na primeira metade do século XIX para o Brasil como alemães. Ocorre que os territórios que agregavam os povos germânicos formavam um grande número de estados, sendo a Pússia e a Áustria os maiores. A unificação dos estados somente ocorreu após a vitória na Guerra Franco-Prussiana, em 1871, quando Guilherme I foi coroado o Kaiser (Imperador), líder máximo do II Reich, ou Segundo Império Alemão, e Otto von Bismark, como primeiro ministro. A partir de então, a Alemanha se tornou uma grande potência europeia.

Tal processo cessa ainda antes da metade do século XIX, quando o governo corta os incentivos que financiavam a colonização. Além disso, em 1850, é promulgada a Lei de Terras, Lei nº 601, que determinava que a propriedade de terras no país só poderia ser obtida de duas maneiras: pela compra ou pela herança, o que obviamente inviabilizava a aquisição de terras por ex-escravos ou imigrantes que não tinham como adquirir lotes nas condições da lei.

Na segunda metade do século XIX, contudo, ainda havia a necessidade de continuar ocupando os territórios ao Sul do país e a Alemanha já havia estabilizado sua condição econômica interna, portanto, não necessitava mais exportar trabalhadores. Além disso, as pressões internacionais pelo fim da escravidão, especificamente por parte da Inglaterra, estavam diminuindo a disponibilidade de mão de obra nas fazendas de café no Sudeste, principal economia nacional naquele período. Havia, portanto, a imperativa necessidade de substituir a mão de obra escrava pelo trabalhador assalariado para evitar que a economia declinasse.



### Reflita

Historicamente, a pressão da Inglaterra em pôr fim à escravidão em nada se constituía como uma ação humanitária, seus interesses estavam associados à ampliação dos mercados consumidores para seus produtos industrializados. O escravo é um trabalhador que não recebe salário, portanto, não possui as condições materiais mínimas para consumir produtos; o trabalhador assalariado, por sua vez, sim, precisa participar das relações comerciais, o que justifica o emprego da mão de obra imigrante. Portanto, a ação inglesa contra a escravidão refletia os interesses do capitalismo industrial, que substituía sua fase comercial.

Com o fim da escravidão os negros foram libertos e os patrões não tinham mais nenhuma obrigação com eles, nem de lhes prover o sustento mínimo (abrigo e alimentação, por exemplo), ou seja, em geral viviam em condições de miséria e assim permaneceram.

Agora, reflita sobre esta questão: de que maneira os governos deveriam ter tratado o fim da escravidão?

No mesmo período, a Itália estava em pleno processo de industrialização. Ao Norte de seu território havia, também, um expressivo êxodo rural promovido pela concentração de terras associada à mecanização. Nesse caso, milhares de famílias italianas viviam sob condições de pobreza extrema, o que poderia promover uma convulsão social se o governo não tomasse providências.

A saída, favorável tanto para o governo brasileiro como para o italiano, foi a migração. Assim, milhares de italianos vieram

para o Brasil financiados pelo governo para trabalharem nas fazendas de café ou para ocuparem os territórios nas colônias de imigração no Sudeste e Sul do país, processo que cessou definitivamente, no caso dos italianos, com o início de Primeira Guerra Mundial.

Além de receber imigrantes de outros países, a economia brasileira também movimentava as populações no território nacional, contexto que está associado a uma complexa história da migração interna no país, que, por sua vez, relaciona-se aos movimentos migratórios intra e inter-regionais.

O Brasil, em seu processo de formação territorial, presenciou inúmeras revoltas internas, entre as quais está a Revolução Farroupilha (RS), a Sabinada (BA), a Cabanada (PE e AL), a Balaiada (MA), além de outras tantas de caráter regional. Contudo, foi o desenvolvimento econômico que promoveu os maiores movimentos migratórios no território do país, em geral, de populações que sempre buscavam melhorar suas condições de vida rumando para regiões de dinâmica econômica mais intensa.

Assim, depois da predominância da economia açucareira nos séculos XVI e XVII, que estava baseada na região Nordeste do país, a economia nacional se transfere para as Minas Gerais no século XVIII por conta de exploração das jazidas auríferas. Neste caso, o Nordeste se constituiu como uma área de repulsão e o Sudeste uma área de atração, fazendo com que milhares de nordestinos migrassem para esta, que emergia na economia nacional.

A *posteriori*, entre o século XIX e XX, a economia nacional se transferiu para o café, consolidando definitivamente a região Sudeste e parte do Sul, neste último caso baseado nas plantações paranaenses, como o principal espaço econômico nacional, que, aliás, permanece até os dias atuais, assim, a região Sudeste e a região Sul são denominadas regiões concentradas, ou seja, a parcela do território nacional que agrega a maior concentração populacional e a mais intensa atividade econômica do país, herança desse processo histórico.

Contudo, outra região também se apresentou como área de atração, sobretudo para os nordestinos, entre o final do

século XIX e início do século XX: o Norte do país, baseado na exploração do látex, denominado economia da borracha.

O século XX, no entanto, foi o período de maior intensidade de migrações inter-regionais no Brasil, tanto associado à ascensão do processo de industrialização e urbanização no Sudeste do país, que tornou esta região como a mais atrativa, como pela expansão agropecuária vinculada à ocupação produtiva de outras áreas do território brasileiro, associada, inclusive, ao processo de desenvolvimento tecnológico incorporado ao campo.

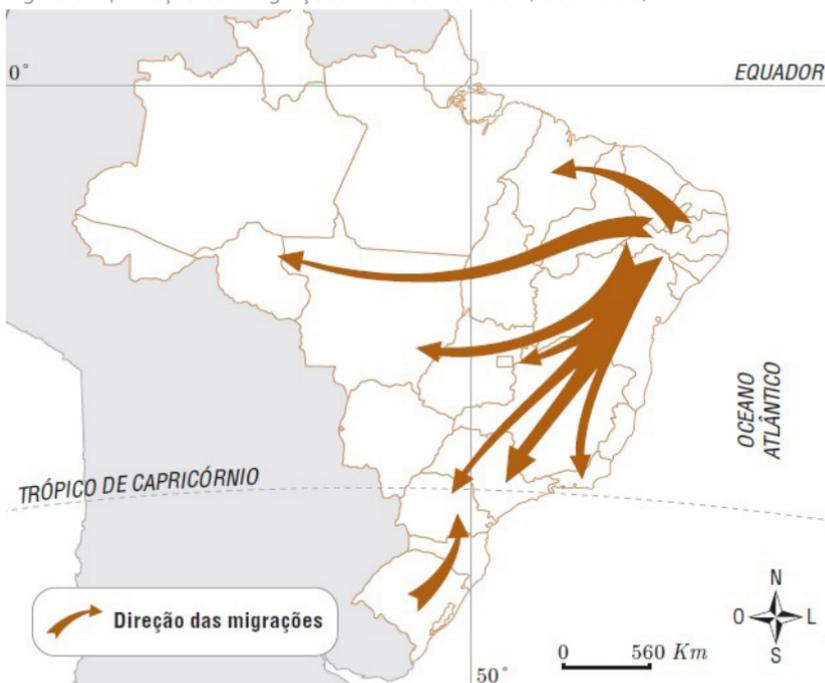
Ainda na primeira metade do século XX, o Oeste do país foi destino de muitos imigrantes do Sudeste e Sul, interessados na expansão agrícola desde o Paraná até Goiás, onde inúmeras fazendas de grande extensão territorial foram instaladas. Em relação aos nordestinos, a principal atratividade estava associada à exploração mineral de diamantes e outras pedras preciosas na Bacia do Araguaia.

Evidentemente que no período da Segunda Guerra toda a economia mundial desacelerou, com exceção dos investimentos no conflito, portanto, as migrações em escala mundial e regional estavam baseadas mais na repulsão dos lugares onde ocorria a guerra e menos em relação à migração espontânea por atratividade econômica. Findo o conflito mundial, entretanto, a economia mundial volta a se recuperar, agora, baseada na expansão da industrialização e da modernização agrícola.

Aproveitando da infraestrutura e da mão de obra disponível na região Sudeste, em virtude da economia cafeeira, o governo brasileiro passou a investir pesadamente na constituição da indústria de base criando a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942, a Petrobras, em 1953, além de outros investimentos nacionais, sobretudo visando a substituição das importações.

Esses investimentos fortaleceram a economia da região Sudeste e atraíram milhares de migrantes, em sua maioria nordestinos, para trabalharem no setor secundário e terciário da economia regional, que estava em pleno desenvolvimento (Figura 3.4).

Figura 3.4 | Direção das migrações internas no Brasil (1950-1960)



Fonte: adaptado de Dantas, Morais e Fernandes (2011, p. 155).

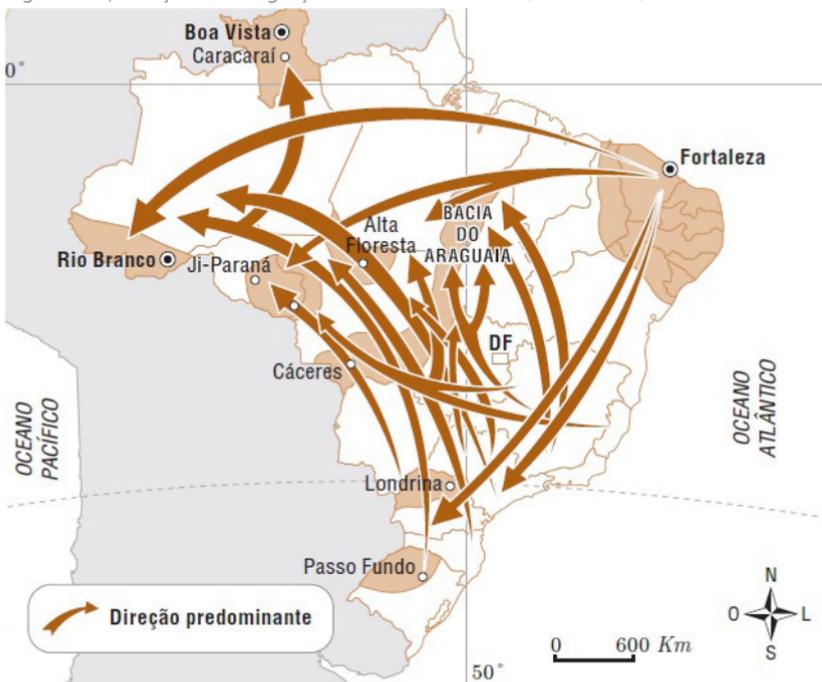
Assim, é possível verificar que as migrações inter-regionais no Brasil estavam baseadas no desenvolvimento industrial e na expansão da produção agropecuária, além da construção de Brasília, que atraiu milhares de migrantes para uma região bastante específica do Centro-Oeste brasileiro.

Essa característica de atratividade econômica dos migrantes se manteve durante a próxima década, apenas sendo ampliada em virtude da expansão do *front* agrícola em direção ao norte do Centro-Oeste, além da atração promovida pelos investimentos na Zona Franca de Manaus no ano de 1976, parte da política da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) bem como da exploração mineral que se seguiria no estado do Pará (Figura 3.5).

Tal processo se intensifica em direção à região Norte do país a partir da década de 1970, quando o governo cria o Programa de Integração Nacional (PIN), que visava ampliar a ocupação amazônica

com atividades agropecuárias e exploração mineral, promovendo o crescimento de cidades nessa região, fomentando a ligação dessa grande área isolada e pouco habitada do país com a construção de rodovias, tais como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, e também levando à ocupação irregular e ao desmatamento que perdura até os dias atuais da região.

Figura 3.5 | Direção das migrações internas no Brasil (1970-1990)



Fonte: adaptado de Dantas, Morais e Fernandes (2011, p. 158).

A partir desse contexto, o território nacional passou a apresentar maior distribuição populacional e, por consequência, um aumento no impacto antrópico nos diferentes biomas. Contudo, era o crescimento urbano o principal responsável pela atração populacional, que estava concentrada a poucas áreas, já que o território do país é vasto.

Associada a este contexto está a proposta da criação das regiões metropolitanas no Brasil. Tal ideia visava promover o desenvolvimento urbano regional para evitar que apenas o Sudeste atraísse a população de outras regiões, sobretudo do Nordeste,

processo que, inclusive, está associado à concretização do êxodo rural no país.

Ao ingressar no século XXI, o Brasil começa a presenciar um novo comportamento da mobilidade populacional em seu território, resultado de um processo de desconcentração industrial que data do final do século passado, que altera os deslocamentos migratórios, criando novas regiões de atratividade. Somado a isto está também o crescimento da concentração de terras de uma agricultura modernizada e mecanizada, ou seja, o latifúndio por característica, aumenta a produção agrícola e pecuária, mas emprega uma parcela muito pequena da mão de obra, assim sendo, reforça o deslocamento rural-urbano de pessoas para as cidades médias e regiões metropolitanas, saindo da atividade primária e buscando novas oportunidades no setor secundário e terciário da economia.

Assim, a reestruturação produtiva da economia nacional, que na verdade segue as tendências mundiais, influencia os deslocamentos internos no Brasil, promovendo um dinamismo populacional que obedece ao movimento do dinheiro e dos investimentos no território, ou seja, está amplamente associado aos fluxos dos setores econômicos que fomentam idas e vindas, reimplantações, fluxos e refluxos no território.

No caso do Nordeste, em especial, a promoção da guerra fiscal entre os estados, que favorecem a diminuição do custo de produção das empresas, somada à satisfação dos fatores locais, fez com que novas empresas ou novas unidades produtivas preferissem fixar suas unidades nessa região, o que, por consequência, aumentou a oferta de postos de trabalho e influenciou na inversão do movimento migratório de nordestinos, do Sudeste para o Nordeste, fenômeno denominado imigração de retorno.



### Assimile

Os fatores locais dizem respeito ao conjunto de benefícios que as empresas observam para decidirem onde se instalar, procurando diminuir ao máximo o custo de produção e aumentando os lucros. Entre os fatores estão: transporte, comunicação, energia, custo e disponibilidade de mão de obra, matérias-primas, mercado consumidor, incentivos fiscais, entre outros.

Assim sendo, no caso brasileiro, país que não apresenta conflitos internos ou eventos naturais bruscos, tais como vulcanismos ou tectonismos, apenas o aspecto climático árido do Nordeste representa um fator de migração forçada, predominando as migrações associadas aos fatores econômicos, ou seja, os movimentos populacionais internos ocorrem de acordo com o dinamismo da economia, portanto, uma região que em um dado momento apresenta atratividade, anos depois pode representar um local com déficit migratório, aspecto que, evidentemente, influencia na dinâmica demográfica de um município, estado, região ou país.

Tal processo pode ocorrer nas mais variadas escalas, como é o caso da Europa, continente que historicamente sempre representa um espaço de atratividade aos migrantes das mais diversas origens.

A Europa é um continente composto por muitos países desenvolvidos, sobretudo em sua metade ocidental. Depois da queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, com a dissolução da União Soviética – URSS, os países do leste europeu que permaneceram em situação de atraso, acompanharam grandes movimentos populacionais em busca de melhores condições de vida e trabalho a Oeste do continente, neste caso, uma migração internacional de caráter regional. Somado a isso, migrantes oriundos de outros continentes, em geral ex-colônias da Ásia, da América do Sul e da África, sempre buscavam na Europa novas oportunidades para obter melhores ganhos econômicos.

Este continente, no entanto, também representou o destino de muitos migrantes ou refugiados de conflitos no Leste europeu, como no caso da fragmentação da Iugoslávia, ou de origem asiática, especialmente de países do Oriente Médio, que buscam asilo, legal ou ilegalmente, para não perecerem frente às condições de insegurança que as áreas de conflitos promovem, exemplo típico dos refugiados do conflito na Síria que tentam, das mais diversas formas, ingressar em países europeus, buscando melhores condições de vida.



### Exemplificando

A Turquia é um país que tem parte de seu território na Ásia e parte na Europa, sendo muito utilizada como "trampolim" por imigrantes

ou refugiados para sair das áreas de conflitos nos países do Oriente Médio.

Um dos exemplos, entre dezenas que diariamente poderiam ser destacados, é o caso do menino Aylan Kurdi, encontrado morto no litoral da Turquia depois que o bote onde ele e a família estavam naufragou enquanto tentavam chegar à costa da ilha grega de Kos, no Mar Egeu.

Conflitos, epidemias ou condições de vida humana inapropriadas são, da mesma forma, os motivos que levam milhares de pessoas, dos mais diversos países africanos, a tentar obter na Europa melhores oportunidades que em seus países de origem, mesmo que de forma ilegal. Muitas dessas pessoas se arriscam e acabam morrendo ao fugirem das condições desfavoráveis de vida nas travessias ilegais do Mediterrâneo que, em geral, são feitas em embarcações sem condições e com excessiva lotação.



### Pesquise mais

Entenda melhor a ação dos países europeus em relação aos migrantes e refugiados que buscam o continente. Acesse o sítio do Parlamento Europeu no qual constam dados estatísticos e informações sobre a política de imigração dos países que compõe a União Europeia.

PARLAMENTO EUROPEU. A crise da migração na UE em números. 2017. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/migracao/20170629STO78630/a-crise-de-migracao-na-ue-em-numeros>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

## Sem medo de errar

Vamos lembrar de Pedro, que atua como professor visitante do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, cuja pesquisa versa sobre os deslocamentos humanos no Brasil e tem como objetivo a sua compreensão, tanto no que se refere aos processos históricos quanto aos atuais. Assim sendo, compreender esse processo de formação territorial do Brasil é fundamental não

apenas para os estudos populacionais, mas para a formação do geógrafo, responsável pela interpretação do espaço geográfico.

Pedro, por meio da via conceitual, nota que o Brasil é um país que possui um vasto território que, paulatinamente, foi sendo ocupado. Ele observa que o processo de urbanização e industrialização são responsáveis tanto pela multiplicação do número de cidades quanto pela expansão das atividades econômicas primárias, vinculadas à agricultura, pecuária ou a diferentes tipos de extrativismos. O fato é que esse processo de ocupação e uso do território promoveu inúmeros deslocamentos humanos ao longo da história do país, fenômeno denominado migração interna.

Nesta etapa, portanto, para contemplar a produção do dossiê **Deslocamentos humanos no Brasil – motivos e características**, o pesquisador Pedro se debruçará sobre o movimento migratório no território brasileiro. Como forma de orientar sua pesquisa, ele buscará responder às seguintes questões: como e por que, historicamente, os deslocamentos ocorreram no território brasileiro? É possível estabelecer uma relação entre o fenômeno migratório, a ocupação e o uso do território no país?

Compreender o processo de formação do território brasileiro somente é possível se levar em consideração os processos migratórios que fazem parte da história do país.

O pesquisador Pedro, em seus estudos, compreende que, inicialmente, a mão de obra externa associada aos chamados “ciclos econômicos” assume grande importância, desde a cana-de-açúcar no Nordeste até o café no Sudeste.

Num primeiro momento, no entanto, essas economias não foram desenvolvidas por migrantes, mas por escravos africanos trazidos contra sua vontade para trabalhar forçadamente nas diversas atividades do território português na América.

*A posteriori*, com o desenvolvimento industrial europeu, a pressão pelo fim da escravidão e a adoção pelo trabalhador assalariado se tornou uma imposição das potências industrializadas do velho mundo, sobretudo da Inglaterra, principal nação industrializada do período. Portanto, nesse contexto, o Brasil, que além de mão de obra para substituir o trabalhador escravo, precisava de pessoas para ocupar e produzir as terras ao sul do país, passou a investir na imigração, inicialmente com os de origem germânica, depois com os italianos.

Dessa maneira, o Sul e principalmente o Sudeste do país se consolidaram como as principais regiões econômicas, inclusive, sendo as primeiras a se industrializarem ainda na primeira metade do século XX com o financiamento do capital agrário.

A partir de 1950-1960 o Brasil se consolida como um país industrializado, ainda que seja um importador de tecnologia, promovendo o aumento da ocupação na mão de obra assalariada nas cidades, contexto no qual o desenvolvimento econômico da indústria promove a migração interna no país, sobretudo de nordestinos fugidos das condições climáticas áridas em busca de melhores oportunidades de vida.

Ao final do século, contudo, associados à guerra fiscal, os estados no Nordeste passam a investir na atração dos investimentos industriais, tal fenômeno promove a chamada migração de retorno, ou seja, aqueles migrantes que deixaram o Nordeste em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda, agora, veem a possibilidade de voltar às suas origens.

Portanto, Pedro percebe que o fenômeno de migração no Brasil está associado às diferentes dinâmicas econômicas que ocorreram no país ao longo de sua formação. Dessa forma, em seu dossiê, o pesquisador pode afirmar que o Brasil é um país de migrantes e que uma de suas principais características são os movimentos humanos pelo território.

## Faça valer a pena

### 1. Leia atentamente os trechos da canção

Merica Merica  
Dalla Italia noi siamo partiti  
Siamo partiti col nostro onore  
Trentasei giorni di macchina  
e vapore,  
e nella Merica noi siamo arriva'.  
(...)

E alla Merica noi siamo arrivati  
no' abbiam trovato nè paglia e  
nè fieno  
Abbiam dormito sul nudo terreno

Merica Merica (tradução)  
Da Itália nós partimos  
Partimos com nossa honra  
Trinta e seis dias de máquina e  
vapor,  
e na América chegamos.  
(...)

E na América chegamos  
não encontramos nem palha e  
nem feno  
Temos dormido no nu terreno

come le bestie andiam riposar. (...)	como os animais vamos descansar. (...)
E la Merica l'è lunga e l'è larga, l'è circondata dai monti e dai piani, e con la industria dei nostri italiani abbiám formato paesi e città	E a América é longa e larga, é rodeada por montes e planícies, e com a indústria dos nossos italianos formamos países e cidades.

(GIUSTI,1875).

A partir da interpretação da canção é possível afirmar que:

- a) Os italianos promoveram uma migração de retorno para o Brasil.
- b) Os italianos migraram forçados, por conta das guerras de unificação.
- c) Representa um fenômeno migratório sazonal, pois os italianos vieram para o Brasil sem muitos bens.
- d) Está associada às migrações internacionais que fazem parte da história da formação territorial do Brasil.
- e) Diz respeito ao movimento de refugiados italianos que buscam, no país, asilo político.

**2.** Leia atentamente o excerto de texto que segue:

Sem emprego e pão ninguém pode viver com as vicissitudes de uma natureza rústica. Do ritmo irregular e imprevisível dos anos secos dependeu a desgraça de dezenas a centenas de milhares de sertanejos, no imenso espaço das caatingas, verdadeira *periferia* pobre da zona da mata, onde se localizam os principais centros urbanos, pólos de desenvolvimento e de controle político-administrativo. (AB'SABER, 1999, [S.P.])

Ao interpretarmos o trecho de Ab'Saber, fica evidente que ele trata

- I. de temas relacionados ao patrimônio natural brasileiro.
- II. de uma referência aos motivos que levam os migrantes nordestinos a se deslocarem para o Sudeste em busca de melhores condições de vida.
- IV. de um epítáfio poético para o povo nortista.
- V. do imigrante interno que promove o movimento pendular ao longo do ano.
- VI. das condições do semiárido e das dificuldades das populações que lá vivem.

Dentre as assertivas anteriores, escolha a alternativa que apresenta somente aquelas que estão corretas:

- a) I, e II.
- b) I, IV e V.
- c) II, e V.
- d) II, IV e VI.
- e) II, e VI.

### 3. A história de Aylan Kurdi, o menino da foto que fez o mundo chorar



Sobreviveu às bombas e à guerra, mas não conseguiu vencer o mar e as barreiras geográficas e legais que separam o Oriente Médio em chamas da Europa. Aylan Kurdi é o nome do garoto sírio cuja fotografia se transformou no símbolo (...) com sua camisetinha vermelha e sua bermuda azul, estendido sem vida na turística praia turca de Ali Hoca Burnu (...) tinha somente três anos. (PRAGMATISMO, 2015, [s.p.]

Sobre o tema das migrações internacionais e os refugiados, analise as afirmativas a seguir.

( ) O aumento da imigração ilegal da Síria para a Europa está relacionado também aos conflitos de ordem política, em que a instabilidade e a falta de segurança promovem a migração forçada da população.

( ) Grande parte das imigrações ilegais que buscam a Europa está associada somente a fatores de ordem econômica visto que o continente oferece mais oportunidades de trabalho, pagando salários elevados para a mão de obra imigrante.

( ) Apesar dos constantes naufrágios na região do Mar Mediterrâneo, devido a embarcações sem condições adequadas e superlotadas, o refúgio em países estáveis política e economicamente representa uma saída segura para as populações de áreas de conflito.

( ) Representa a migração sazonal ilegal dos habitantes do Oriente Médio que buscam novas oportunidades nos países desenvolvidos da Europa.

( ) A maioria dos refugiados e imigrantes ilegais são oriundos de países subdesenvolvidos, especialmente da Ásia e África, onde ocorrem maior número de conflitos devido à instabilidade política e às grandes desigualdades sociais.

( ) Denuncia a falta de investimentos no transporte de passageiros por parte das organizações internacionais para contribuir na saída de áreas de conflito e insegurança.

Julgue as assertivas anteriores em (V) verdadeira (s) ou (F) falsa (s) e, a seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V-V-F-V-F-F.
- b) F-V-V-F-V-V.
- c) V-F-V-F-V-F.
- d) V-F-V-V-F-V.
- e) F-F-F-V-F-V.

## Seção 3.3

### Imigrações

#### Diálogo aberto

Ao longo da história, o Brasil se caracterizou como um país de migrantes, fenômeno que influenciou na atual configuração territorial do país. Isso significa dizer que, desde a chegada dos portugueses ao território onde hoje está o Brasil, foram inúmeros migrantes que se arraigaram no país, sendo que a dinâmica dos distintos ciclos econômicos contribuiu para a mobilidade populacional durante esse longo processo.

Assim, passando pela cana-de-açúcar, pelo ouro e pelo café até chegar à industrialização, o Brasil presenciou a chegada de milhares de europeus, africanos e asiáticos. No período contemporâneo, no entanto, fruto das melhorias socioeconômicas obtidas a partir da consolidação da industrialização e da urbanização, que possibilitaram a ascensão do Brasil entre os denominados emergentes, o país se posiciona na rota das imigrações internacionais que se intensificaram como destino de indivíduos oriundos de países subdesenvolvidos pobres, tais como Haiti, Bolívia e Venezuela entre os latinos, e Angola e Congo entre os africanos.

Compreender esse movimento e fixação no território, nessa medida, apresenta-se como um desafio e uma tarefa para o estado brasileiro, que precisa atualizar suas leis de imigração e ampliar suas políticas de atendimento e acolhimento a tais imigrantes, para evitar que, estando no território do país, não intensifiquem os problemas sociais.

Essa é uma das tarefas que Pedro, pesquisador visitante do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, propõe-se a empreender. Assim, para produzir seu dossiê **Deslocamentos humanos no Brasil – motivos e características**, ele precisa interpretar a imigração internacional de maneira a aprofundar os motivos associados ao movimento populacional em direção ao país no período contemporâneo.

Para tal, vamos acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos ao longo desta seção.

Bons estudos!

## Não pode faltar

Ao longo de sua formação territorial o Brasil presenciou variados movimentos humanos, em sua maioria associados às dinâmicas econômicas, que contribuíram para tornar o Brasil um país de migrantes.

Grande parte desse movimento migratório esteve atrelado às chamadas políticas migratórias. Durante o século XIX, por exemplo, o Brasil buscou, entre os europeus, a mão de obra para ocupar as terras ociosas de parte do Sudeste e do Sul do país, a fim de promover a colonização e aumentar a produção de gêneros alimentícios para abastecer as cidades que estavam crescendo. Somava-se a esse processo a necessidade de substituir o trabalhador escravo, que estava em vias de extinção, pelo trabalhador assalariado nas fazendas de café, principal aporte econômico do país naquele momento da história. Entre os imigrantes que vieram para o país nesse contexto (Tabela 1) a grande maioria era constituída de germânicos e italianos, muitos dos quais estavam destinados à São Paulo, sobretudo no final do século, visto que esta região já se destacava como a mais importante do país.

Tabela 3.1 | Entrada de imigrantes no Brasil (1850-1889)

Decênios	Imigrantes que entraram no Brasil	Imigrantes que entraram em São Paulo	% de São Paulo sobre o Brasil
1850-1859	108 045	6 310	5,8
1860-1869	106 787	1 681	1,6
1870-1879	203 96	11 730	5,7
1880-1889	453 788	193 349	40,1

Fonte: Lia e Radünz (2016, p. 266).

A política imigratória do país, nesse período, visava atrair imigrantes para as regiões mais dinâmicas e estratégicas naquele momento, atendendo aos interesses de fortalecimento territorial e de desenvolvimento econômico do estado brasileiro.

Já no início do século XX, outros grupos passaram a migrar para o Brasil; é o caso dos japoneses, já que o processo de modernização, promovido pela Era Meiji (1868-1912), forçou muitas famílias e indivíduos a buscarem oportunidades em outros países, entre os quais estava o Brasil. Tal processo somente cessa quando se inicia a Segunda Guerra Mundial, que levou ao fechamento da fronteira de muitos países, haja vista as questões inerentes ao conflito. A tabela seguinte demonstra a dinâmica migratória para o Brasil até esse período.



### Assimile

A Era Meiji, também conhecida como Regime Iluminado, representou um período de intensa modernização do Japão. Aos poucos, o país entrou no sistema capitalista, fomentando a Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que promoveu a reforma agrária, investimentos em educação e o fortalecimento do Estado Nacional.

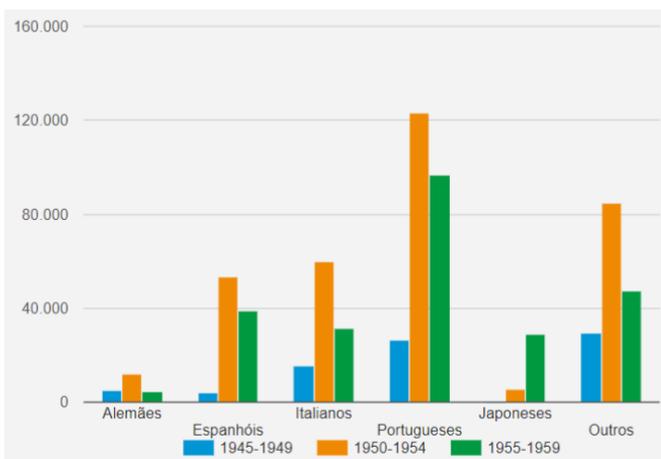
Tabela 3.2 | Entrada de imigrantes no Brasil (1884-1939)

Nacionalidade	Total por nacionalidade
Alemães	170 645
Espanhóis	581 718
Italianos	1 412 263
Japoneses	185 799
Portugueses	1 204 394
Sírios e Turcos	98 962
Outros	504 936
<b>Total geral de imigrantes</b>	<b>4 158 717</b>

Fonte: IBGE (2007, p. 226).

Logo após o fim da Segunda Guerra a imigração de europeus continuou com características semelhantes, como se pode ver no Gráfico 1, onde se registra um mesmo padrão de origens, em sua maioria, da parte ocidental da Europa.

Figura 3.4 | Imigração por nacionalidade (1945/1959)



Fonte: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1945-1959.html>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Muitas nacionalidades vindas de outros territórios com ideias diferentes acabaram por deixar o Estado Novo em situação de alerta, sobretudo em relação aos ideais anarquistas que eram propagados pelos italianos, segunda etnia em maior número no país, além das experiências sindicalistas que já imperavam na Europa. Havia, portanto, a necessidade de “naturalizar” esses imigrantes para que aceitassem as condições de trabalho e ordem pública impostas pelo Estado brasileiro, e umas das formas encontradas foi a proibição da prática dos dialetos natos, ou seja, a imposição do português como idioma para todos, processo que, inclusive, levou à perda de inúmeros dialetos antigos.

Após a Segunda Guerra Mundial o Brasil foi um dos países a se comprometer com a ONU para receber os chamados “deslocados de guerra”, migrantes que, por vários motivos, deslocavam-se das antigas áreas de conflito em busca de outros países onde novas oportunidades se apresentassem. Assim, oficialmente, o país retoma sua política imigratória em 18 de setembro de 1945, quando é sancionado o Decreto-Lei nº 7.967, que, em consonância com as necessidades dos países europeus e do Japão, principalmente, um dos mais atingidos pelo conflito, visava, com a migração internacional, atrair mão de obra qualificada para o desenvolvimento industrial do Sudeste. Tal realidade se reduz drasticamente no último quartel do

século XX, levando ao endividamento do país com a multiplicação da dívida já existente, o que desvalorizou a economia nacional. Não por acaso, como consequência desse período, os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida”.



### Assimile

A chamada “década perdida” foi responsável por promover um forte movimento emigratório no país. Os EUA, uma das economias mais sólidas do planeta, passou a representar um espaço de atratividade para muitos brasileiros que buscavam melhorar economicamente. O Japão, por sua condição de desenvolvimento, se tornou um destino para os descendentes de imigrantes de primeira e segunda geração, denominados *nissei* e *sansei*, respectivamente. Além disso, Paraguai, Uruguai e Bolívia constituíram destinos representativos para os brasileiros que tinham condições de adquirir terras para produzir.

Ao final do século XX o Brasil passa por transformações significativas em termos econômicos, processo que refletirá nas melhorias socioeconômicas do país, servindo como atrativo para imigrantes internacionais. Isso porque, apesar de tardia, a industrialização brasileira se consolida definitivamente no início deste novo século. Mesmo não tendo as mesmas características modernas que os países desenvolvidos, o país passa à categoria de emergente, ou seja, em termos genéricos, avança para outro patamar de desenvolvimento, em que a industrialização e a urbanização têm um papel central, o crescimento econômico e o fomento interno tornaram o país um campo fértil para investimentos estrangeiros, nos mais variados setores econômicos, e, por consequência, atraindo imigrantes até mesmo de países desenvolvidos (Tabela 3.3).

A crise de 2007, que se inicia no setor imobiliário e chega ao financeiro em 2008, afeta substancialmente a maior economia global, os EUA, mas se alastra também à Europa e ao Japão. Tal processo, que promoveu crises internas em vários países desenvolvidos, influenciou nos rumos da imigração, fazendo com que o Brasil, entre os emergentes, se tornasse um território atrativo para indivíduos dos países subdesenvolvidos.

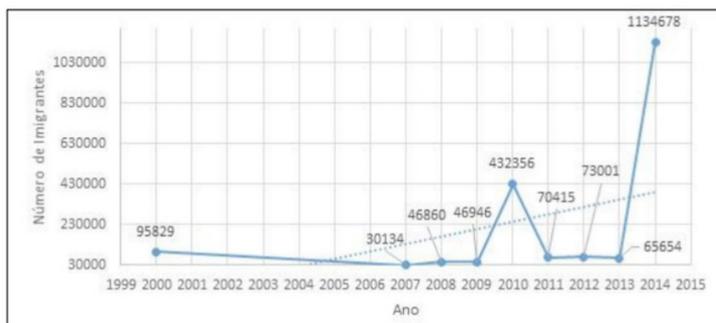
Tabela 3.3 | Número e percentual de imigrantes residentes no Brasil (1991-2010)

Nacionalidade	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bolívia	5.994	8,74	6.967	7,20	22.132	13,46
Paraguai	6.897	10,06	11.156	11,53	19.953	12,14
Estados Unidos	4.263	6,22	7.502	7,75	15.343	9,33
Argentina	6.389	9,32	8.546	8,83	10.597	6,44
Peru	2.051	2,99	4.501	4,65	7.111	4,33
Colômbia	822	1,20	2.059	2,13	4.371	2,66
Portugal	4.027	5,87	3.978	4,11	9.091	5,53
Japão	2.030	2,96	4.712	4,87	7.823	4,76
China	1.758	2,56	3.080	3,18	5.922	3,60
Venezuela	564	0,82	1.183	1,22	1.594	0,97
Equador	257	0,37	545	0,56	1.057	0,64

Fonte: Elaborado a partir de Soares, Lobo e Matos (2015, p. 198).

Em termos globais, de acordo com o Relatório do Departamento de assuntos econômicos e sociais da ONU, o ano de 2015 registrou um aumento de 41% de imigrantes em relação ao ano de 2000, totalizando uma média de 244 milhões de migrantes internacionais, o que representa 3,3% da população mundial no período. Evidentemente que os países mais ricos ainda são os mais atrativos aos imigrantes internacionais, mesmo tendo passado por uma crise econômica nos últimos anos. Contudo, em relação à América Latina, o Brasil passou a representar um dos destinos de grande atratividade para migrantes oriundos de países pobres do próprio continente e de países africanos, além de pessoas vindas até mesmo de países desenvolvidos (gráfico 2).

Figura 3.5 | Imigrantes no Brasil (2000-2014)



Fonte: Uebel (2015, p. 5).

Para além dos números, no entanto, o aspecto regional interfere diretamente no controle do Estado sobre a imigração internacional. Isso porque o Brasil faz fronteira com uma dezena de países na América do Sul, sendo que grande parte dos limites territoriais são secos, ou seja, há uma grande extensão de fronteira onde não é possível ter o controle sobre a imigração internacional, o que significa que uma representativa parte dos imigrantes podem estar em situação ilegal no país.

Fato é que o Brasil voltou a ser destino de milhares de imigrantes no início do século XXI, o que levou o governo a repensar sua política imigratória. Assim, no ano de 2017, é sancionada a Lei nº 13.445, que tem por objetivo substituir a antiga lei de migração, ainda do regime militar, como também o Estatuto dos Estrangeiros.

A nova lei dispõe sobre diversos aspectos, contudo, transparece o respeito e o acolhimento ao imigrante, estabelecendo princípios e diretrizes que sustentam as garantias básicas dos imigrantes, permitindo-lhes, inclusive, acesso a benefícios por parte do Estado, tais como seguridade social e acesso à educação pública.

Tanto o controle quanto a defesa dos direitos fundamentais constituem papéis importantes por parte do Estado brasileiro, visto que nos últimos anos aumentaram a exploração da mão de obra ou o ataque aos imigrantes, sobretudo aqueles oriundos de países subdesenvolvidos, como haitianos, angolanos, venezuelanos, bolivianos, entre outros.

O primeiro caso está associado principalmente aos imigrantes ilegais, que não têm visto e se sujeitam às condições desumanas de trabalho, mas também se estende aos que estão em situação legal no país e precisam exercer atividades econômicas para sua sobrevivência e, em alguns casos, ainda enviar dinheiro para suas famílias em seus países de origem.

O Código Penal Brasileiro (Decreto Lei 2848/40), em seu artigo 149, estabelece o que considera como trabalho análogo ao escravo, prevendo, inclusive, punições para quem se utilizar dessa prática. Contudo, muitos empresários brasileiros, urbanos e rurais têm ignorado tanto os pressupostos legais quanto desrespeitado as condições humanas mínimas, bem como obrigado pessoas ao trabalho em condições análogas ao escravo, o que fez com que, no ano de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH, lançasse um



### **Será que a obtenção de lucro vale uma vida humana?**

Já que estamos falando sobre trabalho análogo ao escravo, sendo que tanto o Brasil quanto o mundo presenciaram, e ainda presenciaram, a exploração da mão de obra humana, até mesmo de crianças, reflita sobre o questionamento acima. Pense se em nome do enriquecimento (de poucos ou mesmo de muitos) é justificável adotar práticas de exploração humana.

Para ampliar sua visão, busque junto à internet notícias sobre trabalho análogo ao escravo em confecções no Brasil. Ainda nessa direção, pesquise acerca das confecções no Sudeste Asiático, onde também ocorre a exploração da mão de obra.

Um segundo aspecto relacionado aos imigrantes no país diz respeito ao aumento das práticas de xenofobia, fenômeno associado à antipatia e/ou aversão ao estrangeiro que, em alguns casos, chega a atos de violência. Em geral, a xenofobia está associada a não aceitação da cultura do outro, seja pelo idioma ou todo o arcabouço identitário dos imigrantes, tais como as práticas religiosas ou culinárias.

Outro argumento comum de xenóforos é que em tempos de crise ou dificuldade econômica do país, a presença de estrangeiros aumenta a concorrência em relação à mão de obra nativa visto que esses estrangeiros aceitam trabalhar por salários mais baixos e, em algumas vezes, até em condições insalubres. Não obstante, sobretudo nos países desenvolvidos, os imigrantes em geral ocupam os postos de trabalho que exigem menor qualificação, tais como entregadores, garçons, domésticas, jardineiros, entre outros, e que não são pretendidos pelos habitantes nativos, assim, tal argumento não se justifica. No caso do Brasil, grande parte da prática xenófoba está associada, também, a ideais racistas, uma vez que um número expressivo dos imigrantes é de origem latina e/ou africana.

Nos EUA, país que recebe milhares de imigrantes legais e ilegais todos os anos, a xenofobia e o preconceito é sempre um tema que divide a população. O caso mais recente é de um advogado, em Nova Iorque, que reclamou e ameaçou chamar a imigração por presenciar dois funcionários de uma lanchonete falando espanhol. Esse fato levou a uma reação na população que reuniu um fundo e contratou uma banda de *mariachis* para tocar músicas mexicanas, além de servirem comidas típicas, em frente ao apartamento do advogado, como forma de protesto contra atitudes xenofobas.



### Exemplificando

De acordo com o Censo oficial dos EUA, no ano de 2016, os latinos representavam cerca de 17,8% da população do país; um número próximo aos 57,5 milhões de pessoas, sendo que em 2060 poderá chegar a quase 1/3 da população, o que representa uma grande mudança na dinâmica demográfica do país (HERNÁNDEZ-NIETO e GUTIÉRREZ, 2017, p. 6). Tal fato abre um debate profundo nos EUA, uma vez que o governo do país, constantemente, investe em ações de controle de fronteira para evitar a imigração ilegal ao mesmo tempo que é dependente da mão de obra latina.

Em 2004 o diretor de cinema Sergio Arau lançou um filme intitulado *Um dia sem mexicanos*, em que imagina o que aconteceria com a Califórnia (EUA) se toda a população latina desaparecesse. O filme propõe uma reflexão a respeito do peso dos imigrantes no funcionamento da economia do país.

Sendo os EUA a principal economia do planeta, além de apresentar bons índices de qualidade de vida, obviamente é um país que atrai milhares de imigrantes todos os anos, das mais variadas origens, muitos dos quais, sobretudo mexicanos e outros de origem latina, tentam ingressar ilegalmente pela fronteira sul do país, onde há forte aparato militar e tecnologia de vigilância para fiscalizar e impedir que ilegais ingressem no país.

Por vezes, inclusive, as ações do governo estadunidense não são nada agradáveis aos olhos do mundo, como é o recente exemplo da política de "tolerância zero", do governo Trump, que chegou a separar os imigrantes ilegais de seus filhos, fato criticado no mundo

todo, inclusive pelos parlamentares de ambos os lados, democratas e republicanos.

Não há como negar que a migração faz parte da história da humanidade e, menos ainda, que ela modifica a estrutura e a dinâmica demográfica, além, é claro, de influenciar nas dimensões econômicas, políticas e culturais dos países. Por esse motivo é necessário que os países sempre revejam suas políticas imigratórias, de maneira a conseguir compreender o movimento humano associado aos interesses ou às necessidades dos indivíduos que migram, a fim de que o poder público possa promover a inclusão social desses migrantes.



### Pesquise mais

Acesse o Relatório Anual do Ministério do Trabalho, de 2016, que apresenta a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro disponível em: <[https://laemiceppac.files.wordpress.com/2017/12/relatoriocompleto\\_v8\\_0512\\_pagespilhada\\_comcapa-1.pdf](https://laemiceppac.files.wordpress.com/2017/12/relatoriocompleto_v8_0512_pagespilhada_comcapa-1.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2018. Leia o capítulo 2: *Autorizações de trabalho – dados da coordenação geral de imigração (CGIG) do Ministério do Trabalho*, de autoria de Dina Araújo, Tuila Botega, Tânia Tonhati e Tayse Coelho.

Ao ler o capítulo, procure compreender os perfis sóciodemográficos dos imigrantes que buscam trabalho no país bem como conhecer suas origens e seus destinos dentro do território nacional.

## Sem medo de errar

Lembramos que Pedro é um pesquisador visitante junto ao Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo, instituto pertencente à Unicamp, que se dedica aos estudos populacionais e demográficos.

A última etapa da sua pesquisa para produzir o dossiê **Deslocamentos humanos no Brasil – motivos e características** será a de compreender o fenômeno imigratório para o território nacional entre os processos históricos consolidados, sobretudo no período contemporâneo, buscando interpretar o grande fluxo migratório de populações de outros países latino-americanos, tais como haitianos,

bolívianos, venezuelanos, além de angolanos, congoleses ou outras nacionalidades africanas para o país, que levam a produção de diferentes territorialidades culturais a partir desse fenômeno. Nesta parte da pesquisa os seguintes questionamentos vão orientar sua reflexão: Quais as características do processo de imigração para o Brasil? Qual é a ação do Estado brasileiro para atender às demandas e necessidades desses imigrantes no período contemporâneo?

Ao longo da história, o Brasil se constituiu como destino de imigrantes, os quais foram paulatinamente se mesclando aos nativos locais, os chamados índios, ao mesmo tempo em que o processo de ocupação do território, muitas vezes pelo uso da força, foi dizimando essas populações que aqui vivem antes dos colonizadores.

Inicialmente foram os portugueses que atracaram no território onde hoje se situa o Brasil. Com o objetivo de explorar economicamente essas terras, buscavam, sobretudo, metais preciosos. No entanto, por meio desse processo, povoaram o litoral nordestino do país. Mais tarde, quando a economia do açúcar perde parte da importância para outras colônias, somado a descoberta de jazidas auríferas, a ocupação e exploração territorial se transferiu para o Sudeste, sobretudo nas Minas Gerais. Nesse período, o uso da mão de obra escrava já havia se consolidado no país, portanto, registrava-se a presença de um grande contingente de africanos que, contudo, não eram migrantes, porque estavam na condição de escravos, ou seja, não se pode considerar uma migração forçada, visto que não tiveram a opção de escolha de vir para o Brasil. Não obstante, tal processo perdurou até o final do século XIX, quando por pressões internacionais inglesas para ampliação do comércio de produtos industrializados, forçaram o país a abdicar do uso do trabalhador escravo.

É a partir desse contexto que o Brasil passou a receber outros imigrantes europeus, agora não ibéricos, entre os quais estavam os germânicos e italianos, que tinham por finalidade ocupar as terras ociosas e promover o uso do trabalhador assalariado nas fazendas de café, principal economia do período.

Quando ingressa no século XX, o país continua a receber imigrantes, sobretudo de origem europeia e asiática, em grande parte associados às duas grandes guerras mundiais. Mas, a partir da segunda metade do século, com o processo de industrialização,

o país se consolidou como economia emergente no cenário internacional, iniciando o novo século com uma intensa atividade econômica regional e global.

Tal fenômeno coloca o país em evidência como economia estável e em pleno crescimento, o que se torna um fator de atratividade para migrantes oriundos de economia pobre. É nesse contexto que se registra o aumento da entrada de imigrantes Sul-americanos, entre venezuelanos, haitianos, bolivianos, bem como os de origem africana, tais como angolanos, congoleses, entre outros, que objetivam encontrar no Brasil melhores condições econômicas para sustentar suas famílias em seus países de origem.

Com o aumento dos índices migratórios, o governo teve que ampliar sua política de acolhimento de imigrantes visto que, em geral, estes têm origens em economias pobres, muitas vezes fugidos de situações de miséria, fome ou conflitos internos, buscando condições mínimas de uma vida digna, e quando chegam ao país, buscam moradia, trabalho e atendimento médico-hospitalar.

Assim, no ano de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.445, que também visa ordenar o atendimento às necessidades desses imigrantes de maneira a incorporá-los à economia nacional e possibilitar que adquiram as condições básicas de sobrevivência a fim de que não passem a representar um potencial fator na multiplicação de problemas sociais.

Contudo, algumas vezes, aproveitando-se das condições de desconhecimento, necessidade ou mesmo fragilidade social, empresas exploram a mão de obra imigrante sob condições de trabalho com horas excessivas e de baixos rendimentos, situações em que se pode até considerar condições de trabalho análogas à escravidão, proibido por lei no país.

Portanto, Pedro percebe por meio de sua pesquisa que há uma ação do Estado brasileiro em buscar acolher e garantir as condições socioeconômicas mínimas para os imigrantes, mas tal processo constitui-se um desafio, pois o Estado não consegue dar conta de todas as demandas dos imigrantes e dos habitantes nativos ao mesmo tempo. Pedro compreende que o movimento de economias mais pobres para outras melhores representa um dos principais fatores do movimento migratório contemporâneo.

## Faça valer a pena

**1.** "O Brasil e os brasileiros, na sua gestação como povo (...) Surgimos da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e como negros africanos, uns e outros aliados como escravos." (RIBEIRO, 1995, p. 19)

No que diz respeito à formação territorial do Brasil, é correto afirmar que:

- a) Graças aos portugueses, superamos nossa descendência indígena.
- b) Os portugueses representaram as primeiras levas de imigrantes do país.
- c) Somente após a chegada dos africanos houve o processo de miscigenação.
- d) Índios, portugueses e africanos formavam uma unidade cultural.
- e) As três etnias migraram espontaneamente para o país.

## 2.



### **Proibição da burca segue sendo polêmica na França**

*"Em 2014, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) decidiu que o argumento francês de que a lei era baseada 'numa determinada ideia de convivência' é legítimo. O especialista em islã Olivier Roy diz que o tribunal tomou essa decisão 'de má vontade, mas com clareza'. E acrescenta: 'É interessante que eles tenham feito isso não para evitar o isolamento das mulheres, mas em nome da cultura francesa.'" (CIGAINERO, 2016, [s.p.]*

Associando o conteúdo da reportagem com seus conhecimentos sobre migração, é possível afirmar que:

- a) Trata-se de uma ação discriminatória de um país que não respeita uma cultura que seja diferente da sua.
- b) A lei tem por objetivo não diferenciar as mulheres muçulmanas de outras religiões, incorporando-as à cultura francesa.
- c) A decisão reforça as ações xenófobas, pois, com o véu, as mulheres podem ser identificadas e agredidas por sua religião.
- d) Visa promover a convivência intercultural pacífica, não diferenciando as mulheres por sua religião.
- e) É uma ação anti-imigração de mulheres oriundas dos países de religião muçulmana, buscando evitar ataques terroristas por grupos radicais islâmicos.

**3.** Entre o final do século XX e início do XXI o fluxo migratório aumentou no Brasil, exigindo do governo atualização de seus marcos legais de maneira a atender a nova realidade, ou seja, promover o acolhimento do imigrante internacional, sobretudo, para que este não se torne um problema socioeconômico; assim, em 2017, foi aprovada a nova Lei de Migração, Lei nº 13.445, que estabelece os fundamentos e princípios legais e de direitos humanos.

Sabendo que a Lei de Migração visa atender aos aspectos legais e de direitos humanos, ela:

- I. Estabelece a universalidade e interdependência dos direitos humanos.
- II. Criminaliza qualquer forma de discriminação, racismo e xenofobia.
- III. Promove a acolhida humanitária dos imigrantes, portanto, não há mais imigração ilegal.
- IV. Promove o acesso igualitário aos benefícios das políticas públicas, entre as quais está educação e seguridade social.
- V. Promove o direito à união civil, desde que exclusivamente com pessoas de mesma ascendência.
- VI. Promove a obrigatoriedade à associação nas entidades civis representativas de sua profissão.

Em relação às asserções anteriores, assinale a alternativa que apresenta somente as corretas:

- a) I, II e IV.
- b) I, IV e V.
- c) II, III e VI.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e VI.

# Referências

- ABREU, M. O processo econômico. In: (ORG), A. D. C. G. **História do Brasil Nação: Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 4, 2012. p. 179-229.
- ALCANTARA, J. S.; LUCENA, C. A. **O processo histórico da industrialização brasileira e a educação profissional: as inovações tecnológicas e a formação dos trabalhadores**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-14.
- ANDRADE, M. C. de. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- BELCHIOR, E. **Vocabulário de Termos Econômicos e Financeiros**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula**, São Paulo: PUC, n. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BRASIL. **Alvará de 1808 que autoriza as fábricas e manufaturas no Brasil**. Arquivo Nacional, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9796&sid=107>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- \_\_\_\_\_. **Coleção das leis do Brasil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <[file:///C:/Users/thabata.carvalho/Downloads/collecca\\_leis\\_1808\\_parte1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/thabata.carvalho/Downloads/collecca_leis_1808_parte1%20(2).pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- BRASIL, IBGE. **Atlas escolar do Brasil: empresas industriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2IT6zPb>>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007. 232 p.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e informação, 2006.
- BRASIL. **Projeto de Lei 7.876, de 13 de junho de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2NqICBP>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- BRUE, S.; GRANT, R. **História do Pensamento Econômico**. 8. ed. São Paulo: Cengage Thompson, 2016.
- CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **OBMigra**, Brasília, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2uLlbtV>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- CIGAINERO, J. Proibição da burca segue sendo polêmica na França. **DW Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/proibi%C3%A7%C3%A3o-da-burca-segue-sendo-pol%C3%AAmica-na-fran%C3%A7a/a-19178841>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

- CLAVAL, P. **A construção do Brasil: Uma grande potência em emergência**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- COSTA, W. M. D. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- FAPESP. **O relevo econômico do interior**. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW\\_Qg](https://www.youtube.com/watch?v=CU7c7cDW_Qg)>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- FIGUEREDO, L. O.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 39, n. 1, p. 77-90, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3073/307350907009/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEIGER, P.P. **As Formas do Espaço Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- HERNÁNDEZ-NIETO, R.; GUTIÉRREZ, M. C. **Mapa hispano de los Estados Unidos - 2017**. Instituto Cervantes at the Faculty of Arts and Sciences of Harvard University, 2017, 109 p.
- LIA, C. F.; RADÜNZ, R. Os processos migratórios dos séculos XIX e XX: diálogos entre o saber acadêmico e a Educação Básica. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 61, p. 257-272, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/46330>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- MARCHIORO, L.; GUBERT, D.; GUBERT, V. A Teoria dos pólos de crescimento e desenvolvimento de Perroux, e a implantação na zona franca de Manaus. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.16, n. 31, p. 186-202, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091>>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MAYHEW, S. **Dictionary of Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MIRANDA-SAMPAIO, L. Tendências recentes da espacialização das indústrias e serviços em São Paulo e no ABC paulista. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 15, n. 48, p. 483-515, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-84212015000200008](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212015000200008)>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MORAES, A.C. Bases da formação territorial do Brasil. **Revista Geografafes**. Vitória, n.2, jun. 2001. p.105-114.
- MORAES, A. L. Z. de. A formação da política migratória brasileira: da colonização ao estado novo. **Revista da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, 2014, p. 143-163. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70460/40003](http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70460/40003)>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2014.

SCARLATO, F. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J (org). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 327-375.

NOVAIS, F. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica Portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, p. 213-237, 2000.

OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do Censo demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n. 40, p. 195-210, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4070/407042017012.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 34, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2mqnAYv>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

OLIVEIRA, G. C. de. A segunda geração de latino-americanos na cidade de São Paulo: a questão do idioma. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 22, n. 42, p. 213-230, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/420>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

OLIVEIRA, I. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais do...** Natal: UFRN, 2013, 16 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2zRiCNO>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PESSANHA, V. V.; BARBATO, M. R.; SCHWARZ, R. G. **Direito do trabalho e meio ambiente do trabalho II**. Florianópolis: CONPEDI: UFMA, 2017, 21 p.

PRADO, E. J. P. do; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, 236 p.

RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995, 476 p.

SCARLATO, F. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J (org). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 327-375.

SOARES, W.; LOBO, C.; MATOS, R. Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2uxX5EN>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SOWELL, T. **Basic Economics: A common sense guide to the Economy**. New York: Basic Books, 3. ed. 2007.

TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER, R. (orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, 368 p.

THÉRY, H.; MELLO, N. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

UEBEL, R. R. G. O Brasil na agenda global das migrações internacionais: inserção estratégica ou ciclos migratórios? In: 1º Seminário Internacional de Ciência Política.

Porto Alegre: UFRGS, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2LpvR9N>>. Acesso: 18 jul. 2018.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização**: uma visão geral. In: Congresso Internacional de História Econômica. 1990. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/id/SergioDaSilva/industrializacao.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VIANA, H. **História do Brasil**: Monarquia e República. São Paulo: Edições Melhoramentos, v. 2, 1970.



# Estatísticas e indicadores sociais

## **Convite ao estudo**

Caríssimos estudantes da disciplina de Geografia da População.

Estamos iniciando a quarta e última unidade de estudos populacionais.

Ao longo da trajetória apresentamos os conteúdos fundamentais com uma linguagem acessível, possibilitando a ampliação de seus conhecimentos e contribuindo para sua formação científica.

Mesmo com todos os avanços atingidos ao final deste curso, sabemos que o caminho não se esgota aqui. Não há material definitivo, afinal, o conhecimento e os saberes são resultado de um processo contínuo, que nunca se acaba e jamais se esgota, portanto, esses são os passos iniciais. Cabe a você, estudante, buscar na inquietude científica, a ampliação dos horizontes e sempre dedicar um olhar crítico aos acontecimentos do mundo, que se efetivam no espaço geográfico, seja na micro ou na macro escala ou, em outras palavras, no contexto global até o local.

Esta última unidade de trabalho, portanto, versará sobre outras abordagens importantes aos estudos populacionais, apresentando, ainda, conteúdos e conceitos relacionados ao mundo do trabalho e das políticas públicas, a respeito de entidades e instituições que desempenham importantes papéis na interpretação do comportamento populacional, bem como indicadores socioeconômicos utilizados para a compreensão dinâmica social.

Ao longo do que se apresenta nas diferentes seções, os conteúdos viabilizarão um mergulho no mundo do IBGE, um dos principais institutos dedicados ao levantamento de dados,

estudos e interpretação das transformações que ocorrem na população brasileira.

Vamos refletir um contexto no qual, em 2018, ao completar 80 anos, o IBGE resolve lançar três folhetos explicativos, destinados especialmente aos estudantes dos cursos de Geografia. A ideia norteadora é que, em cada um deles, o Instituto apresente problematizações, apontando rumos para sua resolução de maneira a instrumentalizar os estudantes com ferramentas teórico-metodológicas para a interpretação de dados a respeito do comportamento populacional em diversas escalas. Os folhetos versarão sobre População e Trabalho, População e Estatísticas e População e Indicadores Socioeconômicos. Para elaborar esse trabalho, no entanto, a equipe técnica do IBGE deverá, anteriormente, dedicar-se a compreender cada um dos temas propostos para, então, poder transformá-los em um material acessível aos estudantes.

Frente a isso, sejam bem-vindos a nossa quarta unidade de Geografia da População.

Bons estudos!

# Seção 4.1

## Demografia e políticas públicas

### Diálogo aberto

Caríssimos estudantes, nos estudos populacionais, compreender a realidade e teorizar sobre ela constituem dois desafios importantes. Por esse motivo, o IBGE, por meio de sua equipe técnica, está se propondo a desenvolver materiais direcionados aos estudantes de Geografia a fim de proporcionar um maior contato com os métodos de trabalho e os materiais publicados pelo Instituto, proposta em comemoração aos seus 80 anos.

Heitor é geógrafo do IBGE e o mote de trabalho deste ano deve incluir atividades de comemoração dos 80 anos do instituto. Assim, sua primeira tarefa será pensar nos panfletos propostos e seus temas. Com sua equipe, Heitor decide que eles iniciarão abordando a temática **população e trabalho**.

Nesse sentido, Heitor precisa de uma base conceitual para argumentar sobre os temas propostos. Para a primeira etapa do trabalho, alguns questionamentos foram levantados, principalmente no que tange às transformações na dinâmica populacional e seus impactos no mundo do trabalho. Será que medidas governamentais são capazes de responder aos desafios oriundos das transformações socioeconômicas entre a população e o mundo do trabalho?

Assim, você é convidado a acompanhar Heitor e sua equipe na elaboração desse material a partir dos questionamentos inicialmente propostos, tendo sempre em mente que os futuros profissionais da área da Geografia e também futuros professores desse componente curricular farão uso desses panfletos, logo, como se valer da rica base de dados do IBGE propondo alternativas para a sua análise e informações?

Bons estudos!

### Estudos populacionais e políticas públicas

O fator populacional exerce grande influência sobre as políticas públicas em todas as suas dimensões: políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais. Isso significa dizer que a dinâmica demográfica, ou seja, o comportamento da população, está diretamente relacionada à ação do Estado da mesma forma que do mercado.

O **crescimento demográfico**, em linhas gerais, é o resultado da relação entre natalidade, fecundidade e mortalidade somada à **distribuição espacial da população** (cidade, campo, regiões metropolitanas) bem como à **composição demográfica** (estrutura etária por idade e sexo). Assim, notamos que tal conceito se constitui em um conjunto de elementos que devem ser levados em conta nos estudos populacionais que, por sua vez, são objeto de análise e interpretação para a promoção das políticas públicas.

A relação entre a dinâmica demográfica e as políticas públicas representa, na verdade, uma via de mão dupla, porque ao mesmo tempo em que a primeira afeta a segunda e que devem ser pensadas de acordo com a estrutura e a distribuição da população, elas também afetam diretamente o crescimento populacional por meio da influência do/no comportamento demográfico. Nesse sentido, destacamos tanto as políticas de distribuição gratuita de contraceptivos por parte do Estado como as políticas de saúde pública associadas às campanhas de cuidado à saúde e/ou prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre outras iniciativas conhecidas.

Assim, é possível compreender melhor a relação existente entre a dinâmica demográfica, objeto dos estudos populacionais, e as políticas públicas, em que não há um ponto de partida, mas uma relação de influência mútua. Nesse caso é importante destacarmos as transformações ao longo do tempo, porque as mudanças que podem ocorrer na estrutura etária, por exemplo, só podem ser verificadas ao longo das décadas subsequentes, ou seja, é preciso acompanhar a dinâmica demográfica para, a partir de sua interpretação, propor determinado conjunto de ações para atender às novas realidades populacionais.

Um exemplo que pode ser exposto aqui é o envelhecimento da população brasileira: nas últimas décadas se verificou que mais pessoas estão vivendo mais, ou seja, não só aumentou o número absoluto de pessoas idosas como elas também passaram a viver mais. Em suma, isso significa mais gastos do governo com saúde, previdência, planejamento urbano e todo tipo de assistência que atenda a essa parcela da população, ou seja, políticas públicas direcionadas especificamente ao grupo de idosos.

Além disso, o mercado, junto aos governos, também procura interpretar as mudanças da dinâmica demográfica. Assim, associado ao envelhecimento da população, o mercado promoveu a multiplicação de produtos destinados às pessoas idosas, desde turismo para a terceira idade até celulares com números maiores, sempre buscando ampliar o mercado consumidor, neste caso, por meio de um nicho específico.

Quando, no entanto, a dinâmica demográfica está associada ao excessivo crescimento da população de um país, normalmente, os governos tendem a adotar medidas institucionalizadas de controle da natalidade que busquem evitar que o aumento populacional exerça impactos sobre o planejamento do Estado, influenciando diretamente o rumo das políticas e dos investimentos públicos.

### **Controle de natalidade: o exemplo chinês**

Quando o crescimento natural da população de determinado país tem índices muito elevados, cabe ao governo compreender o fenômeno e verificar como deve proceder em relação ao mesmo, já que a população deve ter seus direitos e garantias mantidos e assistidos, independentemente de seu tamanho. Vamos observar a China e seu contexto na segunda metade do século XX.

Na década de 1950, o país possuía 551 milhões de habitantes e a taxa de crescimento era elevada. Em 1970, a população ultrapassou os 800 milhões de habitantes e o governo decidiu que precisaria interferir diretamente no crescimento populacional por meio de políticas de controle de natalidade. Ainda assim, entre os anos 1970 e 1980, a China registrou um crescimento de mais de 17%, aumentando sua população em 15 milhões de habitantes.

Com esses resultados, o governo decidiu que era preciso, portanto, adotar uma política de controle de natalidade oficial e institucionalizada que impedisse um crescimento considerado excessivo e que, segundo o governo, poderia prejudicar os planos de crescimento econômico do país. É nesse momento que formaliza a conhecida política do filho único, ou seja, o casal (única unidade familiar aceita) deveria ter um único filho para contar com a ajuda do Estado, sendo que este promovia ações, até mesmo de realização de abortos forçados, para que a população se adequasse à política de controle de natalidade, política essa que obteve certo sucesso em sua concepção, já que provocou a queda nas taxas de natalidade no país nas décadas subsequentes (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 | Comparação da transformação da velocidade de crescimento populacional da China

Década	Taxa da média anual do crescimento populacional (%)	Média anual do crescimento populacional por ano
1970-1980	17,49	15.713.000
1980-1990	14,81	15.628.000
1990-2000	10,36	12.410.000
2000-2010	5,65	7.348.000
2010-2012	4,88	6.565.000

Fonte: Jianglan e Jie (2016, p. 80).

Pode-se observar, portanto, que a política de controle da natalidade chinesa promoveu a redução das taxas brutas de natalidade e, conseqüentemente, o crescimento populacional elevado que poderia, na concepção do governo, provocar uma explosão demográfica que levaria ao colapso do sistema econômico e ambiental do país. Para o governo, à época, tal política foi exitosa, proporcionando ao país a criação de um bônus demográfico satisfatório que permitiu um elevado crescimento econômico nas últimas décadas. Por outro lado, hoje, a China assiste ao envelhecimento de sua população: sua taxa de idosos passou de 4,9% para 9,4%, entre 1982 e 2012 (JIANGLAN e JIE, 2016), o que sugere um processo de envelhecimento do país e, por conseqüência, o aumento dos gastos do governo com políticas públicas para a terceira idade.



O controle do Estado sobre a natalidade é um tema polêmico, pois fomenta a ideia de que as pessoas perdem o direito de decidir sobre o número de filhos que pretendem ter. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional impacta diretamente na ação do Estado, pois aumenta os custos socioeconômicos.

O controle da natalidade, imposto e gerenciado pelo Estado, é a melhor alternativa para a manutenção da qualidade de vida, dos serviços essenciais, como ocorreu no caso chinês? Haveria outras alternativas possíveis? É realmente o elevado número de população absoluta responsável o responsável pelas mazelas sociais e que, portanto, só resta ao governo instituir um controle?

### **Planejamento familiar no Brasil: contexto histórico-social**

Não observamos no Brasil, desde a ocupação portuguesa até meados da segunda metade do século XX, nenhuma orientação institucionalizada que sugerisse a necessidade de um controle da natalidade. O próprio contexto socioeconômico e espacial (maior parte da população na área rural do país) levava a constituição de núcleos familiares numerosos, o que significava uma alta taxa de natalidade e de fecundidade.

A partir das décadas de 1960-70, no entanto, o contexto muda: o Brasil vive um enorme êxodo rural. Esse deslocamento massivo de pessoas para as cidades trouxe consigo uma nova perspectiva: a vida em uma realidade urbana e industrial. Morar na zona urbana implica muito mais gastos, como já estudamos anteriormente e isso leva a mulher ocupar uma posição no mercado de trabalho antes impensada. Concomitantemente, há o desenvolvimento de métodos contraceptivos que se democratizam no país e o crescimento dessa indústria nos EUA, tal país passa a pressionar a todos os demais pela necessidade de um "controle familiar" (leia-se incremento na comercialização desses métodos, com destaque aos fármacos).

Na década de 1980, na transição do regime militar para o democrático, começam a surgir as primeiras iniciativas políticas formais destinadas à saúde da mulher e ao planejamento familiar,

sendo lançado em 1983, Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) que estendia o cuidado integral à mulher durante todo o seu ciclo vital e não apenas no período da gravidez e lactação, incluindo ações de pré-natal, prevenção ao câncer, atendimento ginecológico, além de programas de diagnóstico e tratamento em relação às doenças sexualmente transmissíveis.

Desde a década de 1960, as taxas de fecundidade começaram a cair no Brasil. Naquele período, elas apontavam cerca de 6 filhos por mulher, atingindo a média de 1,9 filhos por mulher na primeira década do novo século, fator associado tanto ao aumento da escolaridade quanto ao maior percentual de mulheres ingressantes no mercado de trabalho. Em paralelo, há as ações do Ministério da Saúde na democratização de métodos contraceptivos no país.

Em 2005, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) lançam a “Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, que visava, além da ampliação da oferta gratuita de contraceptivos, o aumento de cirurgias de esterilização voluntária, como a vasectomia, por exemplo.

Tais ações de políticas públicas de saúde são reforçadas pelo Plano Nacional de Planejamento Familiar criado em 2007, que visava ampliar essa oferta gratuita de métodos contraceptivos para a população em idade reprodutiva, tanto nos postos de saúde quanto na rede do Programa Farmácia Popular, que se alinham com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), dos quais o Brasil é signatário junto à ONU.

## **População e Trabalho**

A dinâmica populacional tem relação e influência direta no que diz respeito ao mundo do trabalho. Ao pensarmos em uma estrutura etária de um país, as pessoas entre 14 e 65 anos, normalmente considerada a faixa etária padrão que condiz com o corpo da pirâmide etária, agrega o conjunto das pessoas consideradas em idade produtiva, ou seja, representam a **População em Idade Ativa – PIA**.

A PIA é o conceito que congrega, ao mesmo tempo, outros dois conceitos importantes para os estudos populacionais: a

**População Economicamente Ativa – PEA**, representada por pessoas em potencial de mão de obra, que podem ser utilizadas pelos diferentes setores econômico-produtivos, caracterizadas enquanto **população ocupada**, pessoas em situação de emprego formal, que trabalham por conta própria, empregadores e pessoas não remuneradas; e **população desocupada**, que constitui o grupo de pessoas que não está trabalhando em determinado período, mas estão dispostas a trabalhar, ou seja, estão temporariamente desempregadas, como pode ser exemplificado no gráfico a seguir.

Pelo gráfico é possível verificar que, no caso do Brasil, a população ocupada permaneceu em um patamar estável entre 1981 e 2004, apresentando pouca variação que ocorre, em geral, de acordo com a economia que, ora está mais dinâmica, ora está mais estagnada.

Outro conceito associado a PEA é o de **População Não Economicamente Ativa – PNEA**, que diz respeito às pessoas que estão em idade produtiva, mas não estão trabalhando ou não têm interesse em trabalhar, ou seja, não estão procurando emprego de nenhuma natureza.



#### Assimile

O conceito de **trabalho** refere-se tanto à **ocupação econômica remunerada**, que pode ser em espécie (dinheiro), produtos ou outras formas de pagamento não remuneradas, como à **ocupação econômica sem remuneração**, considerada com pelo menos 15 horas de atividade semanal, podendo ser efetuada no domicílio, em prol de instituições religiosas beneficentes, cooperativas, bem como na situação de aprendiz ou estagiário.

Em termos econômicos, a PEA está relacionada aos chamados setores produtivos, e cada qual cumpre papéis específicos em termos de produção e comercialização, responsáveis por engendrar o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O **setor primário** diz respeito às pessoas que atuam na agricultura, pecuária e extrativismo, sendo que a maior ou menor participação de trabalhadores nesse setor varia de acordo

com o nível de desenvolvimento do país, uma vez que países desenvolvidos, por exemplo, têm como característica o uso de tecnologias e mecanização, logo, máquinas e equipamentos que substituem a mão de obra humana, sobretudo em se tratando de grandes propriedades.

O **setor secundário** agrega os trabalhadores da indústria que, desde o advento da Revolução Industrial até meados da década de 1970, constituía o principal setor econômico dos países, perdeu muitos postos de trabalho por conta da revolução tecnológica.

Já o **setor terciário**, que diz respeito a todas as atividades associadas ao comércio e aos serviços, constitui a principal fonte de renda e de geração de riqueza nos países desenvolvidos e entre muitos emergentes. Entre o final do século XX e início do XXI esse setor passou a ser responsável por absorver a mão de obra excedente dos setores primário e secundário, tornando-se, também, aquele que mais emprega no mundo.

Em contrapartida à mão de obra ocupada, tem-se o conceito de **População Economicamente Inativa – PEI**, que diz respeito ao grupo que não está em idade economicamente produtiva, em geral, menores de 14 anos e maiores de 65 anos que estariam aposentados. Contudo, é importante ressaltar que em países subdesenvolvidos ou emergentes, entre os quais está o Brasil, é alta a participação de aposentados nos setores produtivos, ou seja, pessoas que continuam a desenvolver atividades econômicas mesmo recebendo aposentadoria, em busca de maiores rendimentos salariais mensais.

Todas essas informações eram obtidas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Aplicada em seis Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), ela deixou de ser utilizada a partir de março de 2016 e foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que abrange todo o território nacional. Assim, a partir do levantamento mensal é possível verificar a **taxa de desemprego** (em %), que diz respeito às pessoas em idade ativa que não exercem nenhuma ocupação no período. Entretanto, é importante destacar, que por mais que haja um empenho por parte do IBGE ou de outros institutos de pesquisa para obter as informações de forma mais

precisa o possível, esses valores percentuais algumas vezes não representam a realidade, de fato.



## Assimile

No que tange ao desemprego, existem duas categorias de classificação: o desemprego conjuntural e o estrutural.

O primeiro está associado à conjuntura econômica, variando de acordo com a valorização ou desvalorização da moeda, bem como aos índices de consumo, pois se não há consumo, não existe comércio nem produção. Já o segundo está associado ao desenvolvimento de novas tecnologias, por esse motivo também é chamado de desemprego tecnológico, uma vez que máquinas, equipamentos e robôs substituem definitivamente a mão de obra humana, logo, esses postos de trabalho deixam de existir.

O emprego informal é um desses exemplos. Como aqueles que atuam na informalidade geralmente não recolhem impostos e taxas, ou seja, não contribuem para o sistema previdenciário, não há controle sobre suas atividades exercidas. Em grande parte das vezes, essas pessoas apresentam ganhos mensais, mas constam como desocupadas ou até inativas para o governo, o que leva à distorção da realidade (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 | Contribuintes e não contribuintes da PEA ocupada para a previdência

Ano	População Economicamente Ativa – PEA Ocupada (milhões)		
	Total	Contribuintes	Não contribuintes
2005	79 852	40 631 46,10%	39 221 49,10%
2007	83 170	44 909 49,50%	38 261 46,00%
2009	92 686	49 567 53,50%	43 120 46,50%
2011	93 493	54 687 58,50%	38 806 41,50%

Fonte: Rocha e Macário (2015, p. 195).

Outro problema associado à informalidade do trabalho diz respeito à falta de acesso a benefícios como seguro-desemprego e aposentadoria por tempo de serviço, apenas por idade; nesse caso, recebe-se o benefício sem ter contribuído para a previdência social, questão que normalmente levanta polêmicas.



O tema do trabalho informal suscita muitas polêmicas uma vez que esse tipo de atividade não gera encargos sociais e trabalhistas para o governo nem para o trabalhador. Por exemplo, um trabalhador informal não recolhe impostos, mas utiliza os serviços públicos de saúde, educação, além de outros benefícios de obras urbanas ou estruturais.

De acordo com o tipo de atividade do empregador ou o regime de trabalho do funcionário, o custo entre encargos sociais e trabalhistas por empregado pode variar entre 33 e 68% da base salarial, ou seja, se o salário do empregado custa R\$ 1.000,00, pode custar entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.680,00.

### População economicamente ativa e a Previdência Social

A Previdência Social, que constitui parte do sistema de Seguridade Social, é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, entre os Direitos e Garantias Fundamentais, fruto das conquistas da classe trabalhadora, que visa promover uma segurança monetária mínima, portanto, não inferior ao salário mínimo, de maneira a garantir auxílio mínimo necessário ao sustento do cidadão quando esse necessitar.

O sistema previdenciário brasileiro está diretamente relacionado com a PEA, visto que é nessa faixa etária que as pessoas estão em idade ativa, portanto, trabalhando ou empreendendo e, por consequência, contribuindo direta ou indiretamente com a poupança da previdência social.

Não são incomuns as teorias que argumentam que a previdência social é deficitária ou, em outras palavras, gasta mais do que arrecada, argumento que sustenta a proposta de reforma da previdência apresentada ao Congresso no ano de 2017. Em uma conta simples, em relação a contribuições e benefícios, de fato, o sistema previdenciário brasileiro é deficitário, contudo, o sistema de seguridade social, previsto no artigo 194 da Constituição Federal, não possui uma única forma de receita, e é financiado por diversas fontes que sustentam o sistema, entre as quais estão a contribuição descontada em folha pelos trabalhadores e empresas para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social – COFINS, o Programa de Integração Social – PIS, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, entre outras fontes de financiamento que promovem, conjuntamente, um montante superavitário da previdência social e, por conseguinte, garantem a atenuação de impactos sobre os gastos familiares, evitando o aumento da insegurança econômica em relação aos rendimentos que dependem dos benefícios de seguridade social.

De acordo com as mudanças promovidas no comportamento populacional, propostas que revisem as bases da arrecadação e financiamento das políticas sociais, tais como o sistema previdenciário, sempre são necessárias, afinal, ao longo das décadas, as mudanças na estrutura etária brasileira exigem constantes revisões que indiquem novos rumos no planejamento e nos gastos governamentais.

Atualmente, o Brasil ainda possui um bônus demográfico, ou seja, proporcionalmente o corpo da pirâmide etária do país ainda é maior, quantitativamente, que a base e o topo. Contudo, mantendo-se a redução das taxas de natalidade e a baixa média de fecundidade das mulheres, além do aumento na expectativa de vida, em duas gerações o país passará a registrar um dividendo demográfico, em que a PEI será maior que a PEA (nesse caso, pessoas em idade ativa suficiente para repor a arrecadação necessária para sustentar as políticas públicas nas áreas de saúde e previdência, entre outros investimentos governamentais necessários) (Figuras 1 e 2).

Figura 4.1 | Pirâmide etária brasileira - 2050

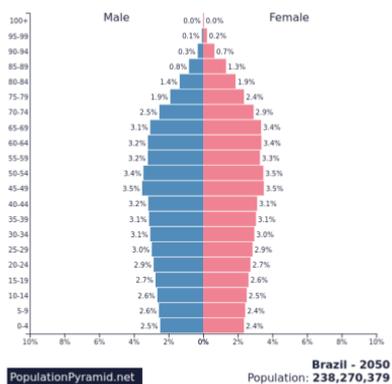
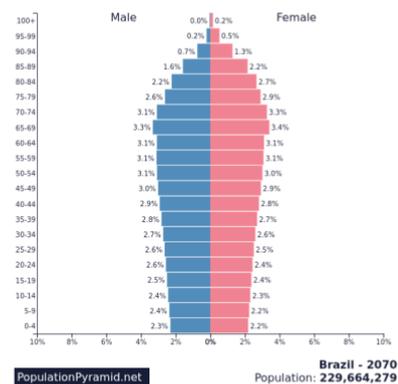


Figura 4.2 | Pirâmide etária brasileira - 2070



Fonte: <<https://www.populationpyramid.net/brazil/2050/>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Fonte: <<https://www.populationpyramid.net/brazil/2070/>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

As pirâmides demonstram um cenário de envelhecimento da população brasileira. Por isso, o país precisa reorganizar seu planejamento de maneira a se preparar para essa condição, portanto, a reforma da previdência, tema polêmico que está suspenso no momento (2018), é uma ação necessária. Entretanto, tal reforma deve levar em conta as diferenças regionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores, uma vez que aqueles que desenvolvem atividades de elevado esforço físico podem chegar à velhice com a saúde mais debilitada, além de não abrir exceções para grupos privilegiados. Igualmente polêmica, mas necessária, é a reforma tributária, pois diz respeito ao sistema de arrecadação do governo, ou seja, representa uma das principais receitas que sustentam os gastos públicos.



### Pesquise mais

Há muita discussão e polêmica em relação às mudanças na Previdência Social na atualidade. Frente a isso, pesquise o que é a previdência social e busque compreender para que e para quem ela é direcionada. Pesquise também sobre a polêmica do Déficit da Previdência para entender quais questionamentos são feitos sobre os argumentos do governo.

Para tanto, recomendamos o acesso ao site oficial da Previdência, disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

Sobre o déficit, há vários artigos que mostram visões antagônicas do processo. Para começar, sugerimos o canal oficial, disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2018/04/rgps-deficit-da-previdencia-em-marco-e-de-r-201-bilhoes/>>. Acesso em: 3 ago. 2018. e o artigo da Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/deficit-da-previdencia-equivale-28-do-pib>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

## Sem medo de errar

Ao completar 80 anos de criação, em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) decidiu elaborar três folhetos destinados aos estudantes de Geografia, ou de outros cursos que estejam vinculados aos estudos populacionais. Heitor, geógrafo

que trabalha no IBGE, coordena esse trabalho, e sua intenção, por meio desse material, é levantar questionamentos específicos em relação aos temas, propondo caminhos para interpretar e explicar tais abordagens, permitindo, com isso, que os estudantes tenham mais contato com o mundo acadêmico e institucional. Assim, Heitor e sua equipe decidem trabalhar inicialmente com a temática **população e trabalho**.

É preciso especificar, no folheto, que o mundo do trabalho está diretamente ligado ao comportamento populacional. Tal processo se deve ao fato de que a parcela da população em idade adulta (14 e 65 anos), em geral, é a que trabalha. Segundo o IBGE, esse grupo de pessoas é denominado de População Economicamente Ativa (PEA) e está inserida nos diferentes setores produtivos. Assim, é preciso constar no folheto tabelas sobre a PEA, que podem ser obtidas no sítio: <<https://bit.ly/2MqXSOz>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

Esses setores, portanto, são responsáveis por absorver e ocupar a PEA, o que dificilmente ocorre na totalidade, fazendo com que o excedente dessa população seja considerado inativo, a PD (População Desocupada). Associadas à dinâmica populacional estão os nascimentos e óbitos, demograficamente denominados de taxas de natalidade e taxas de mortalidade respectivamente. O primeiro, necessariamente, será responsável por fornecer a mão de obra necessária para movimentar os setores econômicos, que será incorporada no mundo do trabalho quando estiver na faixa etária propícia.

Contudo, se por anos subsequentes as taxas de natalidade forem baixas, haverá no futuro falta de trabalhadores, fator que ocorre em muitos países desenvolvidos que precisam atrair mão de obra imigrante. Se ocorrer o oposto, fenômeno mais comum entre os subdesenvolvidos, haverá excedente de mão de obra, logo, maior potencial para taxas elevadas de desemprego.

No caso do Brasil, ainda há um bônus demográfico, ou seja, a PEA é proporcionalmente maior que os inativos, o que significa que há disponibilidade de mão de obra a ser absorvida pelo mercado de trabalho. Contudo, em tempos de crise econômica ou política, como o país vem passando (2017/2018), há uma reação direta sobre a empregabilidade, o que justifica a manutenção das taxas de desemprego elevadas no Brasil no último biênio, superando os 10% da PEA.

Quando ocorre uma retração econômica duradoura, que aumenta os índices de desemprego e promove um efeito sobre toda a economia, fazendo com que o custo de vida fique mais elevado, tal processo irá incidir diretamente sobre o comportamento populacional, pois, em geral, o momento para uma gravidez é reavaliado.

Natalidade em alta ou com taxas muito baixas requer, obrigatoriamente, o levantamento de dados por parte do governo, para serem tabulados, interpretados e servirem como orientação na tomada das decisões políticas. Quando as taxas são reduzidas, o governo geralmente incentiva a natalidade ou a imigração, de maneira a não faltar mão de obra para abastecer o mercado de trabalho. Se, contudo, as taxas de natalidade forem elevadas, o governo pode considerar políticas de controle de natalidade, como foi o caso Chinês, ou incentivar o planejamento familiar, como ocorreu no Brasil na segunda metade do século XX, processo que fez reduzir a média de cerca de 6 filhos por mulher, em 1950, para 1,8 filhos por mulher no início do novo século. Tal processo resultou, em grande parte, de investimento na área de saúde pública e de políticas de cuidado e acompanhamento à mulher, além das campanhas de democratização de métodos contraceptivos, inclusive com distribuição gratuita por parte do governo.

Certamente que a relação entre população e trabalho é exponencialmente mais complexa, mas os pontos aqui colocados servem como orientação para o primeiro folheto a ser produzido.

## Faça valer a pena

**1.** A dinâmica demográfica de um país está diretamente associada ao planejamento e à execução de políticas públicas para a população, o que leva, por vezes, à intervenção do governo, direta ou indiretamente, em políticas pró-natalistas ou antinatalistas.

Com base em seus conhecimentos sobre os estudos populacionais, marque a alternativa correta.

a) As ações pró-natalistas visam aumentar imediatamente a oferta de mão de obra para os setores econômicos.

- b) As ações antinatalistas têm por objetivo reduzir a população para obrigar o mercado de trabalho a aumentar os salários da população.
- c) As políticas de saúde pública visam única e exclusivamente o controle da natalidade, o que, inclusive, o Brasil conseguiu empreender de maneira efetiva nas últimas décadas.
- d) O comportamento populacional tem influência direta sobre as políticas públicas ao mesmo tempo em que elas impactam a dinâmica populacional em uma relação mútua.
- e) O controle da natalidade chinês provou ser o melhor modelo de política de saúde pública, permitindo ao governo atender à população de maneira igualitária.

## 2. Texto 1

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem retomado um crescimento que vem dinamizando o mercado de trabalho. A informalidade e o desemprego têm recuado sistematicamente, bem como é observada a redução contínua da desigualdade da distribuição de renda corrente. É expressiva a possibilidade do país manter as tendências atuais do emprego e da renda para a próxima década. DECCA (2010, p. 3-4)

## Texto 2

O desemprego no país foi de 13,1%, em média, no primeiro trimestre, de acordo com dados do IBGE. É a maior taxa de desemprego trimestral do país desde maio do ano passado (13,3%).

O índice subiu em relação ao trimestre anterior (11,8%), mas caiu na comparação com o mesmo trimestre do ano passado (13,7%).

Segundo o IBGE, o número de desempregados no Brasil nos três primeiros meses de 2018 foi de 13,7 milhões de pessoas. Isso representa alta de 11,2% em relação ao quarto trimestre.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, são 500 mil desempregados a menos, uma queda de 3,4%". (UOL, 2018, [s.p.])

Com base nos fragmentos de texto é possível afirmar que:

- a) Houve uma retração econômica no país que impactou a empregabilidade, aumentando os índices da PNEA.

b) A retração econômica e o aumento da população desocupada são resultados da dinamização do mercado que aumentou o número de pessoas empregadas no período anterior.

c) O aumento do desemprego no texto 2 é efeito da inserção de parte da PEI, sendo menores de 14 anos e estudantes, no mercado de trabalho.

d) Não se pode relacionar os textos uma vez que tratam de períodos diferentes, com mudanças de governos e orientações socioeconômicas diferentes.

e) A diminuição da informalidade elevou os índices de PEA que, por sua vez, aumentaram a oferta de mão de obra no mercado, levando à redução de salários e ao aumento do desemprego.

**3.** A estrutura etária de um país está diretamente associada às políticas governamentais, e com a dinâmica economia, portanto, a observação do comportamento populacional assume importante papel no planejamento estatal.

Figura 4.3 | Pirâmide etária – 2010

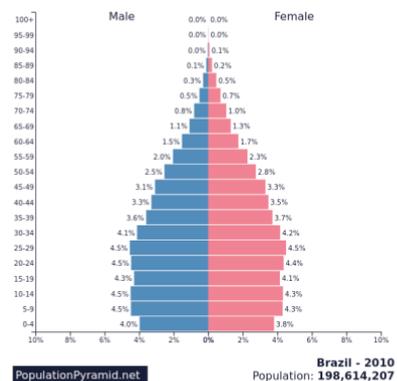
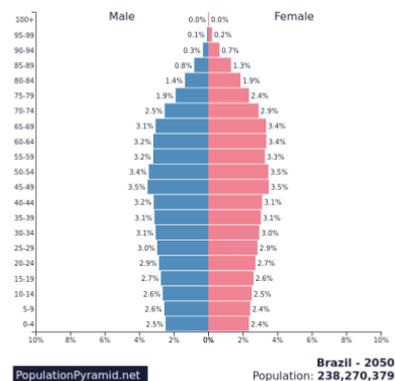


Figura 4.4 | Projeção de pirâmide etária - 2050



Fonte: < <https://www.populationpyramid.net/brazil/2010/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Fonte: < <https://www.populationpyramid.net/brazil/2050/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Com base na interpretação das pirâmides etárias, pode-se afirmar que:

I. Tratam de um país desenvolvido que manterá um bônus demográfico para 2050.

II. Tratam de um país emergente que está passando por um processo de transição demográfica.

III. Esse país deverá promover uma reforma da previdência, visto que há um processo claro de envelhecimento populacional.

IV. Pela projeção, esse país apresentará uma PNEA mais elevada que a PEI, o que significa elevação das taxas de desemprego.

V. Haverá a necessidade de o Estado promover políticas pró-natalistas ou de imigração com vistas a abastecer o mercado de trabalho.

VI. Esse país de economia emergente, em 2050, apresentará um dividendo demográfico, o que significa menores gastos governamentais e uma economia estabilizada.

A partir das afirmativas, estão corretas apenas:

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) II, IV e V.
- e) III, V e VI.

## Seção 4.2

### Institutos e estatísticas sobre população

#### Diálogo aberto

Ao longo das unidades trabalhadas na disciplina de Geografia da População, foram apresentadas uma série de mapas, gráficos, tabelas, percentuais e outras informações utilizadas para amalgamar os temas e assuntos tratados.

Muitas vezes, quando nos deparamos com essas informações gráficas ou estatísticas, não pensamos qual trajetória foi traçada até que se chegasse a tais resultados, apenas observamos e interpretamos.

Contudo, há um longo caminho antes de se chegar aos mapas, aos gráficos, às tabelas, aos percentuais e a todo tipo de informação que acessamos na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e para chegar ao produto final, houve a necessidade de preparação, elaboração, aplicação de instrumentos de pesquisa e coleta de dados, avaliação, tabulação e interpretação do material coletado. Caminho esse que exige empenho, a escolha das ferramentas metodológicas certas e uma capacidade de leitura – etapas sem as quais não haveria um conjunto de informações e dados disponíveis para os governos e para a população em geral.

Por isso, ao completar seus 80 anos, o Instituto delegou ao geógrafo Heitor e sua equipe a tarefa de produzir panfletos explicativos, destinados especificamente aos estudantes dos cursos de Geografia ou de áreas afins que tratam das abordagens populacionais.

Assim, o segundo tema selecionado por Heitor para produzir os panfletos foi **população e estatísticas**, que, para ele e o Instituto, constitui um valioso assunto quando se está lidando com os estudos populacionais. Nesse panfleto, Heitor quer reforçar a importância da coleta de dados e informações de maneira eficaz para a construção de tabelas e gráficos e para a própria divulgação de resultados que representem, o mais próximo possível, a realidade observada. Assim, para nortear seu trabalho, ele se questiona sobre a importância de uma adequada

coleta e interpretação de dados populacionais, bem como das contribuições dos Censos Demográficos elaborados e aplicados pelo IBGE ao longo dos anos.

Então, vamos acompanhar Heitor e sua equipe na produção desse segundo panfleto e observar os caminhos metodológicos e teóricos propostos por eles, importante etapa para a formação acadêmica dos futuros geógrafos.

Bons estudos!

## Não pode faltar

Ao longo dos estudos populacionais, na disciplina de Geografia da População, lançamos mão de gráficos, tabelas, estatísticas e outros meios para justificar, exemplificar, compreender e representar espacialmente os fenômenos estudados.

Muitas vezes, contudo, não se percebe que para se chegar a determinado resultado, é preciso empreender ferramentas e caminhos metodológicos para a obtenção de dados, que serão tabulados, revisados e, a partir de sua organização, interpretados para construir conhecimentos sobre a realidade que se pretende estudar. Portanto, note como é longo o caminho a percorrer até chegar a resultados que sejam confiáveis.

As fontes e os dados demográficos, dessa forma, podem ser mais confiáveis na medida em que atendam a três critérios importantes: disponibilidade, regularidade e qualidade dos dados.

O critério da **disponibilidade** está associado a uma condição inerente aos dados. Isso porque a realidade existe a nossa volta, no cotidiano. Cabe ao pesquisador direcionar e delimitar corretamente o que se pretende estudar, fato que evita o levantamento de informações desnecessárias para a pesquisa.

**Regularidade** é outro importante fator nos estudos populacionais. A regularidade está associada a determinados intervalos de tempo para a coleta de dados. Observando esse critério, o pesquisador pode estabelecer estudos comparativos entre anos ou décadas diferentes para certos aspectos que se pretende analisar e, a partir disso, compreender as diferentes tendências do que está analisando, isso é, se determinada realidade apresenta evolução, regressão ou permanece estável.



## Exemplificando

A coleta de informações sobre a natalidade e mortalidade acontece regularmente por meio dos registros de cartórios civis e hospitalares. Assim, ao final de cada ano, o governo consegue obter informações mais fidedignas sobre nascimentos e óbitos. A partir da coleta sucessiva, durante anos e décadas, foi possível estabelecer uma tendência ou um comportamento populacional: o número de filhos por mulher era cada vez menor e as pessoas viviam cada vez mais. Portanto, a partir desses dados uma série de interpretações podem ser realizadas, tanto para entender o porquê dessa mudança quanto para prever cenários de futuro que sirvam como dados para o planejamento governamental, ou até mesmo para o mercado, que tende a direcionar produtos para parcelas cada vez mais específicas da população.

O critério da **qualidade dos dados**, por sua vez, diz respeito à abrangência territorial, ou seja, se este representa a totalidade espacial, ou, ao menos, alcança a maior representatividade possível em termos da escala estabelecida para a coleta de dados e análise. Além disso, tal critério está associado aos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados e, assim, ao estabelecimento dos critérios metodológicos, uma vez que a escolha correta das ferramentas de pesquisa está diretamente associada à qualidade e à veracidade das informações que serão interpretadas. Portanto, quando se tem acesso a uma pirâmide etária, a um gráfico da transição demográfica ou a alguma tabela ou estatística sobre PEA, PNEA, PIB ou IDH, só para citar alguns indicadores, é preciso compreender que existe toda uma complexidade na obtenção e no tratamento dos dados que servirão como fonte de informação para estudos e interpretações da realidade.



## Assimile

Quando se trata de pesquisa, a escolha dos instrumentos a serem utilizados é muito importante para atingir os objetivos. Do ponto de vista da forma, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. A pesquisa quantitativa está associada ao universo quantificável, ou seja,

traduzirá as informações coletadas em números, estatísticas, gráficos e tabelas. Para tal, os questionários utilizados por esse método devem ser do tipo estruturados ou semiestruturados, ou seja, delimitará um conjunto de respostas possíveis para os entrevistados, que deverão escolher uma ou mais opções já estipuladas, dependendo do objetivo da pesquisa. Já a pesquisa qualitativa não visa necessariamente delimitar as respostas nem mesmo contá-las estatisticamente; esse tipo de pesquisa visa interpretar os fenômenos em sua origem, portanto, o pesquisador deve estar onde eles ocorrem. Em geral, esse tipo de pesquisa utiliza questionários abertos ou roteiros de entrevista, buscando levantar o maior número possível de informação para cada pergunta.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está entre as principais instituições de coleta e interpretação de dados populacionais no Brasil, sendo responsável, ao longo do século XX, pelo registro sistemático e continuado, pelo levantamento de dados, pela aplicação de instrumentos de pesquisa, publicações, mapeamentos, entre outros inúmeros produtos relativos à dinâmica e ao comportamento populacional no país. Vinculado ao IBGE, há também o Banco de Tabelas Estatísticas – SIDRA, um sistema de banco de dados que agrega grande parte das pesquisas e levantamentos do Instituto, onde também estão presentes algumas publicações que servem como base de consulta para conhecimento da realidade brasileira em variadas escalas, nacional, estaduais e municipais.

Contudo, pela complexidade da realidade que se descortina no espaço geográfico, interpretar a dinâmica populacional significa, da mesma forma, obter informações pertinentes de outras fontes de dados ou realidades relacionadas a aspectos políticos, econômicos e, até mesmo, de transformações naturais e ambientais.

Isto significa dizer que, assim como o IBGE, outros institutos, outras fundações ou até mesmo laboratórios e grupos de pesquisa vinculados a faculdades e universidades, com pesquisas e publicações, desempenham um importante papel no levantamento e na análise de informações direta ou indiretamente associadas ao comportamento populacional ou a aspectos que nele influenciam.

Uma importante instituição é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável por inúmeras atividades de pesquisa que fornecem suporte técnico às ações governamentais para planejamento e aplicação de políticas públicas. Também de caráter público é a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, instituição vinculada ao Ministério da Saúde e responsável por levantamento de dados e informações nos campos da saúde, educação e desenvolvimento tecnológico, servindo como um importante suporte no fornecimento de dados e interpretação de informações que contribuem com os estudos populacionais.

Entre as instituições de caráter privado, sem fins lucrativos, que cumprem importante papel na pesquisa e interpretação de informações socioeconômicas, pode-se registrar a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que atua na área de ensino e pesquisa além de responder por inúmeras publicações científicas. Há, também, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), que se dedica aos estudos sobre a dinâmica demográfica nacional objetivando aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre a área. Essa instituição, inclusive, possui uma publicação regular voltada aos estudos populacionais, a Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP), periódico reconhecido nacionalmente.

Nas Instituições de Ensino Superior - IES, sobretudo públicas, existem grupos que se dedicam especificamente aos estudos demográficos, como é o caso do Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais, vinculado ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Laboratório de Estudos Populacionais (LEP), vinculado à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), e o Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (Nepo), uma importante unidade de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar pertencente à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A existência de muitas instituições vinculadas aos estudos populacionais demonstra como a dinâmica demográfica constitui um tema de relevância científica, uma vez que são nesses espaços institucionais que se promovem o aprofundamento dos saberes e a interpretação da realidade política e socioeconômica que,

ao mesmo tempo, influencia o comportamento populacional e é influenciado pelas transformações que nele ocorrem.

Entre os projetos desenvolvidos pelas instituições de pesquisa sobre a população, o Censo Demográfico promovido pelo IBGE está entre os mais importantes.

O Censo Demográfico pode ser considerado um retrato da população em um determinado momento histórico. O censo brasileiro é promovido a cada dez anos e abrange todo o território nacional. Todo o processo relacionado ao censo diz respeito à coleta de dados e a informações, processamento, avaliação, análise e, por fim, divulgação de seus resultados, sendo estes de ordem pública, ou seja, todas as pessoas podem ter acesso.

Nesse caso, todo o processo está dividido em três etapas: o **Pré-recenseamento**, que diz respeito ao levantamento da base cartográfica que será utilizada posteriormente para a produção de mapas, a definição do calendário de aplicação da atividade e o recrutamento e treinamento do pessoal que será responsável pela aplicação dos instrumentos de levantamento dos dados. Nessa etapa os questionários são previamente aplicados como testes para corrigir possíveis lacunas.

Superado esse período, ocorre o **Recenseamento**, etapa na qual os agentes censitários aplicam os questionários na população. Devido à dimensão do território brasileiro, que muitas vezes revela distâncias elevadas e dificuldades de deslocamento, muitas vezes, essa etapa costuma durar de quatro a seis meses.

Por fim, a última etapa é o **Pós-recenseamento**, em que será feita a revisão e a avaliação dos dados coletados no recenseamento, o processamento dos dados, que resultará na produção de tabelas e gráficos e, por último, a publicação das informações que revelarão as mudanças na dinâmica e no comportamento demográfico em relação ao último levantamento realizado, processo que leva tempo, pois o conjunto e a complexidade das informações coletadas exigem dedicação e interpretação adequada. O próximo censo está previsto para 2020. Até lá, as informações e os dados levantados no censo de 2010 ainda serão utilizados para interpretar parte das transformações populacionais, podendo ser acessados em site próprio (Figura 4.5).

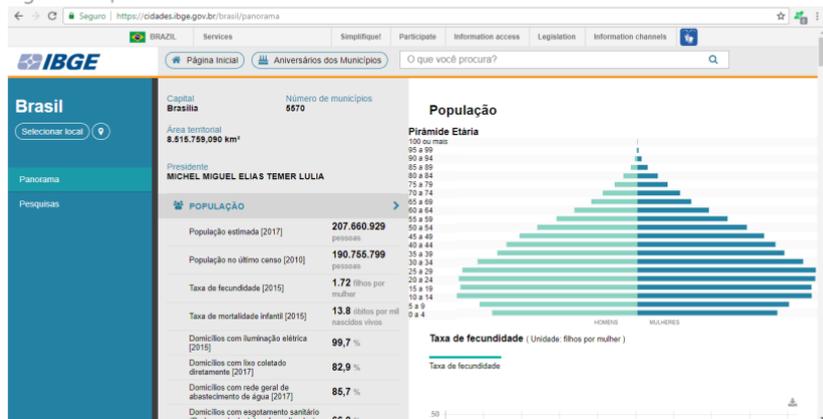
Figura 4.5 | Sítio do Censo demográfico de 2010



Fonte: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Parte das informações levantadas pelos censos abastece os inúmeros bancos de dados do IBGE, entre os quais está a página do IBGE Cidades, sítio no qual estão presentes informações sobre cada um dos 5.570 municípios brasileiros, distribuídos nos 26 estados da federação, além do Distrito Federal (Figura 4.6).

Figura 4.6 | Sítio do IBGE Cidades



Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Os censos constituem uma importante base de dados e informações sobre a população, entretanto, como se trata de um levantamento decenal, surge a necessidade de, no período entre um censo e outro, continuar registrando informações importantes para manter atualizada a base de dados, visto que

nascimentos, óbitos, migrações, mudanças de empregos ou demissões, alteração de endereços, entre outros aspectos, ocorrem diariamente.

Dessa maneira, como forma de manter a base de dados atualizados, o IBGE promove a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), procedimento cuja unidade de investigação é o domicílio, que incorpora anualmente novas informações demográficas e socioeconômicas da população brasileira, como idade, nível de escolaridade, trabalho e renda, características dos domicílios, entre outros atributos demográficos e socioeconômicos.

Todas essas informações coletadas com a PNAD estão disponíveis para serem consultadas no próprio sítio do IBGE, bem como serão utilizadas para inúmeras publicações de caráter científico ou de outros tipos, tal como a "Síntese de Indicadores Sociais", lançada pelo governo como forma de divulgar resultados contínuos sobre questões demográficas, geográficas, socioeconômicas.

Tanto o Censo quanto a PNAD possui dois tipos diferentes de questionários. O **questionário básico** é aquele que investiga informações gerais, sendo aplicado em todos os levantamentos dos recenseadores. Por meio dele é possível verificar tendências históricas, uma vez que constitui uma base de dados que permite auferir comparações. O segundo é um **questionário suplementar**, mais amplo e que tem por objetivo coletar informações específicas.



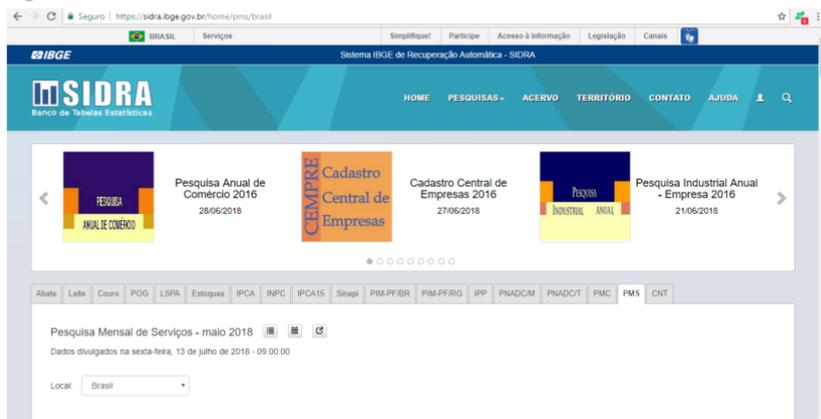
### Refleta

Compreendemos a importância do levantamento de dados e sua tabulação para produzir resultados e análises tangíveis sobre a dinâmica populacional brasileira. Contudo, por mais que os métodos de pesquisa aplicados sejam bem organizados e planejados, nem sempre atingem a totalidade da população ou conseguem captar toda a realidade demográfica. Assim, reflita sobre os seguintes questionamentos: será que o censo ou a PNAD revelam, de fato, a realidade socioeconômica das famílias brasileiras? Quais são os benefícios desses processos de pesquisa e coleta de dados? Haveria outro método de pesquisa mais eficaz que o censo ou a PNAD?

Outro instrumento de coleta de dados realizado pelo IBGE é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (FOP). Essa pesquisa levanta informações sobre os hábitos de consumo das famílias, despesas e fontes de renda, tendo o domicílio como unidade de coleta de dados. Por meio dessas observações, atualiza a cesta básica e serve como base de informações para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IPCA e INPC). Essa pesquisa deveria ser realizada a cada quinquênio, no entanto, a última realizada pelo IBGE foi em 2009.

No que diz respeito às pesquisas e aos levantamentos elaborados e aplicados pelo instituto, cabe ressaltar o papel do Sistema IBGE de Recuperação de Dados (SIDRA), uma importante ferramenta que apresenta um Banco de Tabelas Estatísticas disponível para consulta, tanto para administradores públicos como para a sociedade em geral, de forma gratuita. Pelo sistema, o usuário pode consultar dados em séries temporais nas mais diversas escalas, abrangendo 33 pesquisas diferentes, 371 variáveis agregadas, 972 tabelas e 615 milhões de variáveis (Figura 4.7).

Figura 4.7 | Sítio da SIDRA



Fonte: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Outro importante instrumento de coleta de dados, observação e interpretação da dinâmica demográfica executada pelo IBGE é a Contagem da População – uma operação mais simples que a do Censo Demográfico e realizada no meio de cada década como forma de manter atualizadas as estimativas populacionais no território nacional até que se realize um novo recenseamento. Por meio desse procedimento, o IBGE mantém seus bancos de dados atualizados, visto

que as mudanças na estrutura demográfica devem ser conhecidas e interpretadas para servirem como orientação para as políticas públicas, tanto em escala nacional quanto estaduais e municipais.

Por fim, ressalta-se a importância que o investimento no levantamento de dados, interpretação e divulgação dos resultados tem para o planejamento das políticas públicas, além do evidente conhecimento sobre a dinâmica demográfica nacional, nesse caso, realizado pelo IBGE, que dispõe de um riquíssimo banco de dados e de uma biblioteca digital pública e gratuita que podem ser acessados pelos cidadãos ou instituições. Além disso, conta com a possibilidade de download (Figura 4.8).

Figura 4.8 | Sítio da Biblioteca Digital do IBGE



Fonte: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

## Pesquise mais

Como Geógrafos, devemos sempre nos atualizar, buscar informações, leituras e interpretações da realidade que nos rodeia, entre as quais está a dinâmica populacional.

Uma das formas de conhecer as características demográficas do Brasil é por meio do conhecimento e da análise dos resultados dos censos demográficos.

Portanto, acesse o Atlas Digital do Brasil, produzido a partir dos dados coletados pelo censo de 2010 e navegue pelo conjunto de informações sobre as características da população brasileira. Disponível em: <[http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas\\_ge/brasil1por1.html](http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html)>. Acesso em: 13 ago. 2018.

## Sem medo de errar

Ao completar seus 80 anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística decidiu fazer uma série de panfletos direcionados aos estudantes de Geografia e de outros cursos que estudem as questões relacionadas à dinâmica populacional. Para desenvolver tal tarefa, o Instituto escolheu o geógrafo Heitor, que, com sua equipe, se dedicará a elaborar esses materiais, tendo decidido para o segundo panfleto o tema **população e estatísticas**.

Todos os resultados publicados pelo IBGE, na verdade, constituem um conjunto de informações que passaram por um longo processo, desde o planejamento e a escolha dos instrumentos de pesquisa, passando pela leitura e interpretação adequada, para, então, disponibilizar os resultados para a sociedade e para os governos nos mais variados níveis. Portanto, Heitor sabe que tão importante quanto a pesquisa em si, é saber escolher os instrumentos de coleta e planejar adequadamente o conjunto de informações que se pretende levantar, ou seja, o estabelecimento de metodologias adequadas que deem o resultado esperado.

Por isso, Heitor e sua equipe optam por trabalhar com o próprio Censo demográfico, uma das pesquisas mais importantes do Instituto, aplicado a cada dez anos, que se constitui em um valioso e complexo conjunto de informações sobre a população e os domicílios do país. Heitor enfatiza a importância da abrangência do levantamento, que aborda desde o número de pessoas que habitam o domicílio, ocupação e renda, até o fenômeno migratório estudado pelo Instituto, revelando as transformações que ocorrem ao longo do tempo, permitindo, inclusive, que se estabeleçam comparações década após década.

Uma vez que o censo é aplicado pelo recenseador e o instrumento de coleta de dados é composto de um questionário estruturado, Heitor e sua equipe entendem que o mesmo é, na verdade, uma pesquisa quantitativa da população, com o objetivo de mensurar, por meio de números e dados estatísticos, as características da população brasileira, o que, objetivamente, permite a comparação.

Dessa forma, ao longo dos anos, os sucessivos censos aplicados à população brasileira, permitiu revelar as características demográficas do país, auxiliando com dados e estatísticas os governos para reorientarem suas políticas públicas em diversas áreas, tais como saúde, educação,

planejamento urbano, transporte, entre outras. Portanto, o censo bem como outros levantamentos elaborados e aplicados pelo IBGE, como o a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constituem um conjunto de instrumentos de importante valor que permitem conhecer a dinâmica demográfica nacional.

## Faça valer a pena

### 1.

Em 2010, o IBGE realizou o XII Censo Demográfico, que se constituiu no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.

O Censo 2010 é um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características de seus domicílios, ou seja, ele nos diz como somos, onde estamos e como vivemos. (IBGE, 2010)

Estão entre os dados coletados pelo Censo as seguintes informações:

- a) Escolaridade, fecundidade e migração.
- b) Trabalho, educação e relevo.
- c) Rendimento, alfabetização e gini.
- d) Energia, esgoto sanitário e clima.
- e) Natalidade, mortalidade e IDH.

**2.** O Censo constitui um dos principais instrumentos de pesquisas aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que visa fazer um amplo levantamento, em todo o território nacional, a respeito das características demográficas do país. Sendo assim, ele se constituiu em um importante instrumento de pesquisa em todo o processo do recenseamento e deve ser bem planejado.

Isso posto, verifique a associação correta entre as etapas do censo e suas características.

Etapa	Características
I. Pré-recenseamento	a. É a etapa da visita dos domicílios pelos recenseadores.
II. Recenseamento	b. Produção da base cartográfica territorial.
III. Pós-recenseamento	c. Revisão e avaliação dos dados.
	d. Elaboração de tabelas e gráficos a partir da base estatística.
	e. Recrutamento e treinamento de pessoas.
	f. Aplicação de questionários-testes

A única combinação correta entre as etapas do censo e suas características é:

- a) IA, IIB, IIIC, IF, IIE, IIID.
- b) IE, IA, IIC, IID, IIIB, IIIF.
- c) IB, IE, IIA, IIIC, IF, IIID.
- d) IF, IIB, IIIC, IIA, IE, IIID.
- e) IB, IIA, IIIC, IF, IIID, IE.

**3.** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é a principal Instituição de pesquisa e levantamento de dados sobre o comportamento e a dinâmica demográfica no país. Para manter atualizada as informações em seu banco de dados e sua biblioteca, o IBGE promove periodicamente pesquisas com diferentes características.

Com base nas pesquisas elaboradas e aplicadas pelo IBGE, indique a alternativa correta.

- a) O Censo Demográfico constitui uma pesquisa de caráter qualitativa, aplicada a cada dez anos, para levantamento de informações sobre os domicílios e seus habitantes.
- b) A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constitui um instrumento de coleta de informações sobre os domicílios brasileiros, aplicada nos intervalos entre os Censos.
- c) A Pesquisa de Orçamentos Familiares (FOP) é uma pesquisa de caráter qualitativo que utiliza perguntas abertas e semiestruturadas para conhecer as características dos domicílios brasileiros.
- d) O Censo Demográfico, aplicado a cada dez anos em todo o território nacional, visa preencher as lacunas de dados sobre os domicílios que a PNAD não coleta.
- e) Tanto o Censo Demográfico quanto a PNAD utilizam dois tipos de questionários, um básico e um suplementar, que visam coletar informações específicas e informações gerais, respectivamente.

## Seção 4.3

### Indicadores sociais, políticos e econômicos

#### Diálogo aberto

Caríssimos estudantes, chegamos ao final de nossos estudos na disciplina de Geografia da População. Sabemos que o processo de construção do conhecimento acerca desse e de outros conteúdos nunca se finda. Há um universo maior a ser estudado, em um processo dinâmico e ininterrupto, ou seja, cabe ao geógrafo interpretar as transformações na medida em que elas ocorrem, sendo que as mudanças na dinâmica demográfica serão, também, responsáveis por tais transformações.

Essas transformações que ocorrem no transcorrer do tempo e que afetam a dinâmica demográfica são também objeto de análise e interpretação por parte do IBGE, que ao longo dos seus 80 anos de existência, tem procurado promover o levantamento de dados, a pesquisa, a interpretação e a divulgação das transformações na dinâmica populacional.

Por esse motivo que, em virtude de sua oitava década de existência, o Instituto decidiu publicar folhetos explicativos direcionados aos estudantes de Geografia, bem como de outras áreas que se dediquem aos estudos populacionais, de maneira a divulgar parte de seu trabalho de pesquisa, de sua coleta de dados e interpretação, possibilitando aos estudantes maior acesso aos conteúdos do instituto.

Assim, Heitor precisa concluir a produção dos panfletos e, nesse sentido, ele e sua equipe propõe a análise da temática **população e indicadores socioeconômicos**, em que são apresentados e explicados alguns índices e indicadores utilizados para auferir melhorias ou retrocessos na qualidade de vida da população.

De maneira a melhor orientar esse momento final de trabalho, Heitor propõe uma reflexão acerca do significado dos indicadores socioeconômicos, inferindo a sua importância para o planejamento governamental. Para tanto, sua intenção é confeccionar gráficos, mapas e tabelas e analisar esses dados para que a sua posterior interpretação seja viabilizada.

Vamos acompanhar Heitor e sua equipe ao longo dessa última seção e verificar como ele e sua equipe finalizam tais panfletos para fazer jus aos 80 anos do IBGE e trazer luz à importância desse instituto para o país.

Bons estudos!

## Não pode faltar

### Indicadores sociais, políticos e econômicos

Frente à complexidade da realidade que nos rodeia, tanto na escala local quanto na global, é preciso buscar formas de interpretação e compreensão do mundo, dos acontecimentos e das realidades que se descortinam social, política e economicamente.

A mera e simples coleta de informações não é suficiente para compreender essa complexidade da realidade, é preciso criar instrumentos que possibilitem uma interpretação acurada que, por meio da sistematização, disponibilizem informações para o planejamento das políticas governamentais e, também, para a população em geral.

Os indicadores são alguns desses instrumentos que permitem revelar parte da realidade nas mais variadas escalas. São informações que foram coletadas e passaram por certo grau de sistematização, portanto, não são informações brutas. Contudo, a coleta de dados brutos, a serem refinados *a posteriori*, pode estar situada no campo social, econômico, político, ambiental e cultural; ou seja, são muitas as variáveis a serem pesquisadas, devendo ser adequadamente selecionadas de acordo com o interesse da pessoa ou instituição que aplicam a pesquisa.



### Assimile

Os **dados brutos** correspondem ao conjunto de informações levantadas em pesquisas que ainda não foram numericamente organizados, ou seja, informações que carecem de aplicação de metodologia e procedimentos estatísticos para serem organizadas e classificadas. Feito isso, esses dados se tornam **dados refinados**, ou seja, um conjunto de informações lógicas e selecionáveis disponíveis para serem interpretadas a partir de diferentes variáveis.

Os indicadores podem, ainda, ser classificados como **analíticos** ou **sintéticos**. No primeiro caso estão associados a uma variável apenas; por exemplo, taxa bruta de mortalidade infantil, escolaridade média, esperança de vida ao nascer, entre outros. Já os indicadores sintéticos são aqueles que trabalham com mais de uma variável; como exemplo, temos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que agrega informações em campos amplos da saúde, educação e renda, ou o Indicador de Metas do Milênio, que agrega, ainda, mercado de trabalho e aspectos do meio ambiente.

Portanto, os indicadores resultam do levantamento de informações socioeconômicas que, uma vez auferidos, podem direcionar o rumo do planejamento e dos investimentos governamentais, apontando as áreas de maior carência bem como os avanços obtidos como resultado da atuação governamental, tais como o aumento ou a diminuição da linha da pobreza, que diz respeito àquelas pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.

## PIB e PNB

Em termos macroeconômicos, o **Produto Interno Bruto – PIB**, consiste no somatório de tudo o que é produzido dentro do território nacional, tanto por empresas nacionais quanto por empresas estrangeiras, entre bens e serviços, nos setores primário, secundário e terciário da economia, em um dado período de tempo, geralmente, um ano. Em termos gerais, o PIB também pode ser calculado por estado, visto que também há um processo de arrecadação estadual (impostos e taxas), no caso brasileiro.

Já o **Produto Nacional Bruto – PNB** diz respeito ao somatório de todos os bens e serviços produzidos por empresas nacionais, mesmo aquelas que estão situadas no exterior. Contudo, o PNB se diferencia do PIB porque leva em consideração a Renda Líquida Enviada ao Exterior – RLEE, que são as receitas de empresas transnacionais que enviam remessas de lucros para os países onde estão suas sedes internacionais. Evidentemente que as transnacionais brasileiras que estão no exterior também enviam, para o país, seus lucros, o que é classificado como Renda Líquida Recebida do Exterior – RLRE.



## Exemplificando

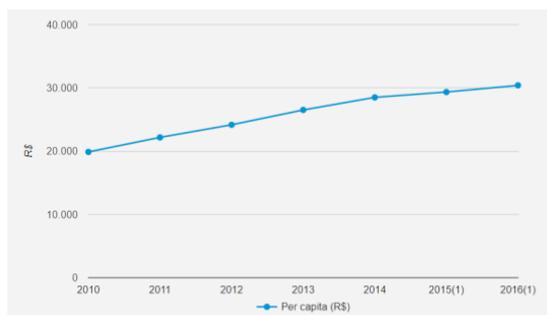
Para entender melhor tal processo, vejamos o exemplo de duas transnacionais: a **Volkswagen** e a **Petrobras**.

A **Volks**, como é popularmente conhecida no país, é uma empresa transnacional de origem alemã, com sede em Wolfsburg. Isso significa que uma parte do lucro obtido com a venda de veículos e peças no Brasil, ao final de um ano, é enviado para a Alemanha e se soma ao PNB daquele país. Por outro lado, a **Petrobras**, empresa brasileira do ramo de petróleo, está presente em diversos países, portanto, ao final do ano contábil, independentemente do país onde essa empresa estiver com uma das suas filiais, parte de lucro obtido com a exploração ou processamento do petróleo será enviado para o Brasil, passando a compor o PNB do país.

No caso do Brasil, país subdesenvolvido, normalmente o PNB será menor que o PIB, enquanto nos países desenvolvidos ocorrerá o oposto. Tal fator se deve ao nível de industrialização. Isso porque os países desenvolvidos industrializados, em geral, possuem multinacionais que historicamente se instalaram nos países subdesenvolvidos a fim de suprir necessidades do mercado interno, como o Brasil, por exemplo, que não possui nenhuma montadora de automóveis nacional, todas são estrangeiras. Nesse caso, esses países pioneiros no/do processo de industrialização, ao longo das décadas, aumentam suas rendas com base nas remessas de lucros recebidas. Além disso, visto que muitas vezes os países subdesenvolvidos precisam atrair investimentos, elevam suas taxas de juros, o que atrai ainda mais investimentos estrangeiros que buscam destinos mais lucrativos.

Além desse índice, há também o PIB *per capita*, que diz respeito ao produto interno bruto dividido pela população absoluta do país. Contudo, tal índice é um tanto genérico e não reflete a realidade, já que ele é obtido por uma média aritmética cujo resultado é a soma de todos os valores, desde os menores até os maiores, dividido pela quantidade de indivíduos. No caso do Brasil, o PIB *per capita* se elevou de cerca de 20 mil, em 2010, para cerca de 30 mil, em 2016 (Figura 4.9).

Figura 4.9 | PIB - Per capita - Brasil - 2010/2016



Fonte: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Com base no gráfico, observa-se que, se todos os brasileiros realmente obtivessem uma renda anual de cerca de 30 mil reais, isso significaria uma renda média mensal de aproximadamente 2.500 mil reais. Contudo, os elevados índices de desemprego e desocupação provam o contrário. Isso sem contar o significativo número de pessoas que obtêm rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional. Dessa forma, fica evidente que há uma desigualdade premente no país, fato que será objeto de interpretação no decorrer do conteúdo.

## IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento dos países, calculado anualmente, observando os aspectos relacionados à educação, saúde e renda, indicadores que permitem comparar as realidades entre diferentes países.

Esse índice foi proposto pelo paquistanês Mahbub Ul Haq e pelo indiano Amartya Sen, no ano de 1990, e passou a ser utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Além disso, sua proposta do IDH visa observar outros aspectos socioeconômicos das sociedades em contraponto aos relacionados à economia, apenas, como é o caso do PIB. Diante disso, analisa-se a expectativa de vida, o que, em termos de saúde, significa uma vida longa e saudável; o acesso ao conhecimento a partir da observação da média de anos de estudos para as diferentes faixas etárias no quesito educação,

e o padrão de vida, que está associado à renda, tendo como referência a Renda Nacional Bruta *per capita* – RNB, por meio da qual é possível inferir acerca da capacidade do poder de compra e das condições de acesso garantido não apenas aos bens de consumo como a serviços diversos, nesse caso, utilizando a Paridade do Poder de Compra (PPC) como índice balizador.



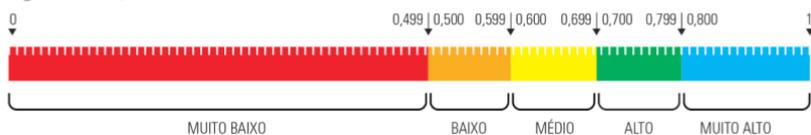
### Assimile

Tendo em vista que a economia e a taxa de câmbio global têm como referência o dólar estadunidense, os preços dos produtos nem sempre refletem o verdadeiro custo para os países, uma vez que as moedas podem ser mais ou menos valorizadas que o dólar.

Portanto, a **Paridade do Poder de Compra (PPC)** leva em conta o preço dos produtos nos países, convertendo-os em dólar, o que permite compreender o real valor das diferentes moedas na prática. Em outras palavras, no Brasil gasta-se um determinado valor para adquirir o *smartphone* de última geração enquanto que em outros países, o mesmo produto pode custar mais ou até menos, dependendo da cotação e do câmbio da moeda desse país em referência ao dólar estadunidense.

O IDH é um indicador que classifica os países entre 0 e 1. Aqueles que estão acima de 0,800 são ranqueados como índice “Muito Alto de Desenvolvimento Humano”, como é o caso da Noruega, Austrália e Suíça, que, atualmente, encabeçam a lista dos mais desenvolvidos do mundo. Entre 0,700 e 0,799 estão os países com “Alto Desenvolvimento Humano”, entre os quais está o Brasil na posição de número 79 entre os 188 países e territórios considerados pela ONU. Logo depois estão classificados os países de “Médio Desenvolvimento Humano”, entre 0,550 e 0,699, aqueles que apresentam profundos problemas socioeconômicos, e, por fim, os países ranqueados como “Baixo Desenvolvimento Humano”, que são os que apresentam índice menor que 0,549 e, por conseguinte, revelam os maiores problemas de analfabetismo, elevados índices de mortalidade e baixos índices de expectativa de vida, além de elevado percentual de população miserável e com baixa renda *per capita* (Figura 4.10).

Figura 4.10 | Faixas de Desenvolvimento Humano



Fonte: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

A partir de 2012, o Brasil passou a utilizar a metodologia do IDH global para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos seus mais de cinco mil municípios, utilizando dados dos censos de 1991, 2000 e 2010. Apesar de usar a mesma metodologia do IDH global, o IDHM busca dados mais completos e mais adequados para avaliar o desenvolvimento em nível municipal e nas regiões metropolitanas do país (Figura 4.11)

Figura 4.11 | Fatores considerados para IDH e IDHM



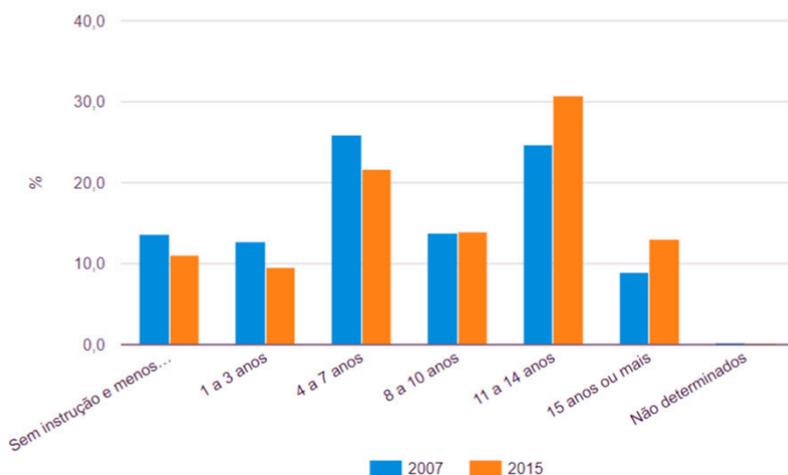
Fonte: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em 28 jul. 2018.

Assim, o IDH global utilizado pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o IDHM, metodologia adotada no Brasil, são importantes instrumentos de interpretação da realidade socioeconômica para o planejamento governamental e a promoção de políticas públicas que visem dirimir as desigualdades sociais no país.

## Taxas de Escolarização e Analfabetismo

A Taxa de escolarização diz respeito ao número de matriculados em um determinado ciclo de estudos em relação ao número total de jovens do mesmo ciclo, ou seja, as faixas etárias estabelecidas para análise podem ser diferentemente estipuladas de acordo com o critério e o interesse do levantamento de dados, podendo ser, também, estabelecidos por anos de estudos a fim de se obter um panorama geral do país (Figura 4.12).

Figura 4.12 | Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo - Brasil - 2007/2015



Fonte: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Percebemos que, em termos genéricos, ocorreu um aumento nos anos de estudo, possivelmente em decorrência de políticas de distribuição de renda.

Observa-se também uma redução nas taxas de analfabetismo, que abarca as pessoas que são assim genericamente classificadas, correspondendo aqueles que não sabem ler e escrever.

Da mesma forma que outros índices, a escolarização e o analfabetismo podem igualmente apresentar algumas discrepâncias visto que, por meio somente de dados quantitativos, muitas vezes, não é possível avaliar qualitativamente as informações. Como forma de ilustração, utilizaremos a seguinte

interpretação: o fato de qualquer país possuir cerca de 90% dos jovens em idade escolar matriculados, não significa que eles atinjam índices satisfatórios de alfabetização, ou seja, não é possível pelo número de matriculados qualificar a eficácia do ensino, uma vez que determinado país pode apresentar elevados índices de analfabetismo funcional (assim classificados aqueles que sabem ler e escrever) mas apresentam dificuldades em compreender e interpretar os conteúdos.

### **Índice Gini e vulnerabilidade social**

Entre os instrumentos utilizados para detectar as diferenças socioeconômicas, um, em especial, tem importante função: o Índice de Gini. Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912, esse índice, também chamado de Coeficiente, é um instrumento empregado para medir o grau de concentração de renda de um determinado país, região ou grupo. Para sinalizar as desigualdades sociais, o índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres.

Sua representação numérica varia de zero a um, ou até cem, dependendo das casas decimais utilizadas para o detalhamento. Quanto mais próximo de zero, maior é a situação de igualdade registrada, ou seja, significa que há maior igualdade na distribuição de renda e riqueza nessa sociedade. Quando, no entanto, o valor numérico estiver mais próximo de um (ou cem), registra o oposto, o que significa uma ampla concentração da renda e riqueza por uma pequena parcela de pessoas.

O Brasil, país que está entre as maiores economias do planeta, contraditoriamente também está entre os dez países mais desiguais, apresentando um índice de 0,515 no coeficiente de Gini, o que significa dizer que há uma intensa concentração de renda no país ou, em outras palavras, que uma ínfima parcela da população concentra a maior parte da riqueza produzida no país, o que equivale dizer que a riqueza produzida pela grande maioria das pessoas e instituições brasileiras é canalizada para poucas pessoas ou grupos.



## Refleta

Observando a grande riqueza que o país produz, evidenciada pelo seu PIB, em posição antagônica a sua colocação entre os dez países mais desiguais do mundo, reflita sobre o seguinte questionamento: quais as ações e os mecanismos que devem ser empenhados para retirar o Brasil dessa contraditória situação?

Quando a desigualdade atinge elevados patamares em uma sociedade, da mesma forma cresce o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse Índice leva em consideração inúmeros aspectos não atendidos ou atendidos insatisfatoriamente, sobretudo para os grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou excluídos socioeconomicamente.

Leva-se em conta, por exemplo, as condições precárias de moradia, de saneamento básico, os meios de subsistência das pessoas para garantir as condições dignas de vida, as condições ambientais degradantes e, enfim, as pessoas que apresentam acentuado declínio nos níveis de bem-estar social, sem atendimento às condições básicas que promovem uma vida digna.



## Pesquise mais

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é responsável pela criação do Atlas da Vulnerabilidade Social, que, por meio do levantamento de dados, propõe o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, que apresenta três indicadores, os quais reúnem vários enfoques de detalhamento nas seguintes dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Assim, acesse o Atlas da Vulnerabilidade Social, no link dos mapas e selecione entre os índices o IVS e o IDH nas camadas de estado, região metropolitana e município a partir do ano 2010 e subsequentes.

Com base nessa comparação reflita se os índices brasileiros melhoraram no período e quais impactos tais mudanças promoveram no país.

BRASIL. IVS. Atlas De Vulnerabilidade Social. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>>. Acesso em: 10 set. 2018.

## Sem medo de errar

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em comemoração aos seus 80 anos, propôs lançar três panfletos explicativos sobre temas associados à interpretação da dinâmica populacional destinados aos estudantes dos cursos de Geografia e/ou de áreas afins, que se dediquem aos estudos populacionais.

Os índices e indicadores socioeconômicos constituem termômetros que medem as mudanças que ocorrem no comportamento populacional, em todas as etapas da vida de cada indivíduo no território brasileiro. Isso significa que avanços ou retrocessos em determinados índices ou indicadores devem ser devidamente interpretados de maneira a compreender a origem de suas mudanças e servirem como instrumentos do planejamento governamental.

Assim, para encerrar a série de três folhetos lançados pelo IBGE, Heitor, geógrafo do IBGE, indicou que o terceiro folheto abordasse o tema **população e indicadores socioeconômicos**, e para melhor orientar esse momento final de trabalho, Heitor propõe uma reflexão acerca do significado dos indicadores socioeconômicos, inferindo a sua importância para o planejamento governamental. Para tanto, sua intenção é confeccionar e analisar alguns desses dados para que a sua posterior análise e interpretação seja viabilizada.

Frente à complexa realidade socioeconômica do mundo e, especificamente, brasileira, o levantamento de dados e informações sobre a dinâmica populacional nos diversos âmbitos (político, econômico e social) apresenta-se como uma condição necessária para interpretar a realidade que se descortina e, também, para servir como instrumento no planejamento governamental. Por esse motivo, a utilização de indicadores socioeconômicos contribui decisivamente na compreensão da realidade. Heitor enfatiza que os indicadores são como termômetros, que mensuram determinados enfoques que se pretende observar, sejam eles analíticos (associados apenas a uma variável de interpretação) ou sintéticos (quando reúne mais variáveis para análise).

Heitor destaca que é por meio da utilização de indicadores como o PIB ou PNB que se observa a dinâmica econômica do país, do IDH, avaliando os avanços ou retrocessos no que diz

respeito ao âmbito da educação, saúde e renda *per capita* ou, até mesmo, de indicadores como o Coeficiente de Gini ou o Índice de Vulnerabilidade Social, responsáveis por apontar as deficiências socioeconômicas entre a população do país. Por isso, a análise de dados é fundamental para orientar as tomadas de decisões governamentais e, por consequência, para a promoção do direcionamento dos investimentos públicos, das políticas públicas, principalmente quando se pretende diminuir ou dirimir determinados problemas estruturais.

Assim, Heitor volta-se para os aspectos práticos dos índices para propor uma análise que coadune a relação teórico-prática, permitindo um melhor entendimento por parte dos estudantes. Para tal, propôs a tabela seguinte, em que ele apresenta três países, com diferentes níveis de desenvolvimento.

Tabela 4.3 | Comparativo de Índices socioeconômicos entre países

País	PIB (bilhões US\$)	PIB <i>per capita</i> (US\$)	IDH / Posição	Índice de Gini / Posição
Noruega	375.9 (48º)	70.600	0,944 / 1º	0,268 / 150º
Brasil	3,219 (8º)	15.500	0,755 / 75º	0,513 / 10º
Senegal	43.03 (113º)	2.700	0,466 / 170º	0,403 / 65º

Fonte: <<https://goo.gl/XMHDWb>>; <<https://goo.gl/kmdFM7>>; <<https://goo.gl/WuqZsP>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Ao observarmos a tabela, notamos que a Noruega é um país desenvolvido que não tem um PIB muito elevado, entretanto, sua distribuição de renda está entre as melhores do mundo, permitindo que a população tenha acesso aos bens de consumo bem como a bons índices de qualidade de vida. O mesmo não se pode dizer se compararmos Brasil e Senegal, ou uma economia emergente e uma economia subdesenvolvida, respectivamente.

Heitor percebe que o Brasil apresenta um PIB muito elevado, o que lhe permite figurar entre os dez países mais ricos do mundo, tendo ultrapassado a casa dos 3 trilhões de dólares, enquanto Senegal está apenas na posição de número 113, com cerca de 43 bilhões de dólares. Além disso, é possível observar que a renda *per capita* do Brasil é cerca de cinco vezes maior que a de Senegal, da mesma forma que os índices de qualidade de vida desse país é consideravelmente menor que os do Brasil.

Contudo, observando o índice de Gini, Heitor observa que mesmo sendo uma economia subdesenvolvida e com pouca expressão econômica mundial, Senegal apresenta uma condição menos desigual da distribuição de renda, ou seja, o Brasil é um país muito rico, mas proporcionalmente desigual, o que significa dizer que a maior parte da riqueza do país está concentrada em um pequeno grupo apenas.

Com esse breve exemplo, portanto, Heitor demonstra a relevância do levantamento e registro dos índices socioeconômicos como instrumentos de análise e interpretação para os cientistas e igualmente para os governos readequarem suas políticas de investimentos em programas sociais.

Finalmente Heitor afirma que o levantamento e a interpretação de dados socioeconômicos sobre a população e sua condição socioeconômica é uma tarefa demasiada complexa, que exige a aplicação de metodologias eficientes, o que nos leva a enfatizar a importância do rigor científico tanto na escolha dos instrumentos de pesquisa quanto na interpretação e divulgação dos dados. Segundo ele, portanto, o IBGE e outras instituições de caráter público ou privado cumprem um papel estratégico no fornecimento de informações sobre a população, por meio de indicadores socioeconômicos, para o planejamento e execução das políticas governamentais.

## Faça valer a pena

**1.** Indicadores socioeconômicos constituem um conjunto de informações que revelam as características demográficas de países, estados, regiões ou municípios. A partir de análise e interpretação, é possível utilizá-los como instrumentos do planejamento governamental, bem como para orientar as políticas públicas em diversas áreas.

Com base em seus conhecimentos sobre indicadores socioeconômicos, escolha a alternativa correta.

a) O Produto Interno Bruto (PIB) representa a cifra da riqueza produzida dentro do território enquanto o Produto Nacional Bruto (PNB) se diferencia do primeiro, pois considera as remessas enviadas e recebidas ao exterior.

b) Nos países subdesenvolvidos, o PNB costuma ser maior que o PIB, pois a presença de inúmeras transnacionais representa a mais importante fonte de renda.

c) O PIB *per capita* constitui um indicador que reflete precisamente os rendimentos obtidos pelos brasileiros no período de um ano.

d) O IDH revela os avanços e retrocessos das políticas governamentais, pois apresenta indicativos das áreas da saúde, educação e urbanização e industrialização.

e) O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um índice adotado pelo Brasil em consonância com o IDH, contudo, direcionado exclusivamente aos municípios situados nas regiões metropolitanas do país.

## 2. Observe a tabela seguinte:

Tabela: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo - Brasil - 2007/2015

Grupo de anos de estudo	2007	2015
Sem instrução e menos de 1 ano	13,7	11,1
1 a 3 anos	12,8	9,5
4 a 7 anos	25,9	21,7
8 a 10 anos	13,8	13,9
11 a 14 anos	24,7	30,7
15 anos ou mais	8,9	13,0
Não determinados	0,2	0,1

Fonte: <<https://brasilensintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Observando o comparativo entre as duas datas bases é possível afirmar que:

a) Em todos os grupos etários houve aumento médio nos anos de estudos em comparação a 2007.

b) A redução do número de analfabetos é inversamente proporcional ao aumento dos anos de estudos.

c) A diminuição dos grupos sem instrução até os 7 anos está associada à redução das taxas de natalidade.

d) Os grupos com mais tempo de estudo estão associados ao aumento de pessoas que ingressaram no ensino superior.

e) A tabela demonstra como as pessoas com mais de 25 anos mantêm um mesmo padrão de anos de estudos desde 2007.

### 3. Observe as figuras seguintes.

Figura 1 | Produto Interno Bruto (PIB), em bilhões de US\$, 2016

#	País	US\$ bilhões
1º	Estados Unidos	18.569,10
2º	China	11.218,28
3º	Japão	4.938,64
4º	Alemanha*	3.466,64
5º	Reino Unido	2.629,19
6º	França	2.463,22
7º	Índia	2.256,40
8º	Itália	1.850,74
9º	Brasil	1.798,62
10º	Canadá	1.529,22

Fonte: <<https://goo.gl/32RM9N>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Figura 2 | Ranking do Índice de Gini

Classificação	País	Valor	Ano
1	África do Sul	63,40	2011
2	Namíbia	61,00	2009
3	Botsuana	60,50	2009
4	Suriname	57,60	1999
5	Zâmbia	57,10	2015
6	República Centro Africana	56,20	2008
7	Lesoto	54,20	2010
8	Belize	53,30	1999
9	Suazilândia	51,50	2009
10	Brasil	51,30	2015
11	Colômbia	51,10	2015
12	Panamá	51,00	2015
13	Guiné-Bissau	50,70	2010
14	Ruanda	50,40	2013
15	Honduras	50,10	2015

Fonte: adaptada de <<https://www.indexmundi.com/facts/indicators/SI.POV.GINI/rankings>> Acesso em: 13 ago. 2018.

A partir da comparação entre os dados fornecidos nas duas figuras, o Brasil apresenta a seguinte situação:

- a) Estar entre as dez maiores economias do mundo permite que o país corrija suas deficiências socioeconômicas históricas, uma vez que haverá recursos suficientes para investimentos em áreas essenciais.
- b) O país está bem situado nos dois *rankings*, conseguindo se manter entre os mais ricos e os que melhor distribuem a riqueza igualmente.
- c) Contraditoriamente, o país consegue ser a única das dez economias mais ricas do mundo que apresenta maior desigualdade na distribuição de renda, ou seja, revela como a riqueza é concentrada entre uma pequena parcela de sua população.
- d) Mesmo estando entre as piores colocações no Índice de Gini, o Brasil não apresenta um quadro alarmante de vulnerabilidade social, uma vez que seu processo de urbanização resolveu deficiências socioeconômicas históricas.
- e) Não é possível estabelecer uma relação direta, uma vez que o PIB é um índice econômico e o Gini é um índice socioeconômico que não considera apenas a renda *per capita*, mas inclui acesso à saúde e educação.

# Referências

- ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/site/>>. Acesso em: 6 set. 2018.
- ALVES, J. E. D. **As Políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Textos para discussão), 2006, 52 p.
- \_\_\_\_\_. **China e Índia: população, economia e desenvolvimento humano**. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art\\_94\\_china\\_e\\_india\\_pop\\_economico\\_e\\_idh.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art_94_china_e_india_pop_economico_e_idh.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. **O planejamento Familiar no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/texto\\_pf\\_jeda\\_05jun10.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/texto_pf_jeda_05jun10.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: Banco Mundial, 1990.
- BARBOSA, F. de H. A Paridade do Poder de Compra: Existe um Quebra-Cabeça? **Estudos econômicos**, São Paulo: USP, v. 39, n. 3, p. 469-487, jul./set. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2ngUqLQ>>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. IBGE. Biblioteca. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 6 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 6 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2017.
- \_\_\_\_\_. IBGE. Sistema IBGE de recuperação Automática. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. IPEA. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Rio de Janeiro, 2018, 76 p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. **Presidência Social**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. RGPS: Déficit da Previdência em março é de R\$ 20,1 bilhões. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2018/04/rgps-deficit-da-previdencia-em-marco-e-de-r-201-bilhoes/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos**: uma prioridade do governo. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Caderno n. 1, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha\\_direitos\\_sexuais\\_reprod.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_direitos_sexuais_reprod.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2vstMnz>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

CARVALHO, J. A. M. de. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. **ABEP**, São Paulo, 2. ed.1998.

DAMIANI, A. **Geografia e população**. São Paulo: Contexto, 1998.

DECCA, C. S. de. **População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios**. Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n. 185, dez. 2010, 26 p.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/>>. Acesso em: 6 set. 2018.

FONSECA, D. da F. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, FNUAP, 1993.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/>>. Acesso em: 6 set. 2018.

GENTIL, D. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira** – Análise financeira do período 1990–2005. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. de M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 7, n. 1, maio, p. 73-90, 2005. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

JANNUZZI, P.; GRACIOSO, L. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, n. 3, jul./set. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300013&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jul. 2018.

JIANGLAN, Y.; JIE, W. Análise da dinâmica demográfica da China. In: DWYER, T. et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016, p. 79-94.

MADEIRA, J. L.; SIMÕES, C. C. S. Estimativas preliminares da população urbana e rural, segundo as unidades da Federação, 1960/1980: por uma nova metodologia. **Revista Brasileira de Estatística**, v.33, n. 129, p.3-11, 1972.

MAGALHÃES, L. F. A. Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina. **Revista NECAT**. Florianópolis, ano 4, n. 7, p. 23-37, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://stat.ijkem.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3624>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **Geografia, a construção do mundo**: Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.

NETO, E. R.; MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Marco conceitual: população e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas**. Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Série Demografia em Debate, v. 3, p. 19-43, 2009.

OLIVEIRA, L. A. P. de; SIMÕES, C. C. da S. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a06>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ONU Brasil. **Eradicação da pobreza**. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2Oi5VOo>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias**. Brasília, 2017.

POCHMAN, M. Introdução: trabalho em questão neste início de século XXI. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (orgs.). **Trabalho em Questão**. Salvador: SEI, 2010. p. 11-26.

REBEP – Revista Brasileira de Estudos de População. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista>>. Acesso em: 6 set. 2018.

ROCHA, F. R. F.; MACÁRIO, E. Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis: UFSC, v. 18, n. 2, p. 191-201, jul./dez. 2015.

SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁRYI, T. (orgs.). **Dinâmica da população: Teoria, método e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

TOKARNIA, M. **Déficit da Previdência equivale a 2,8% do PIB**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/deficit-da-previdencia-equivale-28-do-pib>>. Acesso em: 4 set. 2018.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/>>. Acesso em: 6 set. 2018.

UGÁ, V. D. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba: UFPR, n. 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3694/2944>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Report**. New York: UNDP, 2016. 270 p.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. **Planejamento familiar: 50 anos de história**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatoriowpd.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNICAMP. NEPO. Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó". Campinas. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/>>. Acesso em: 6 set. 2018.

UOL. **Desemprego vai a 13,1% e é o maior desde maio; 13,7% milhões não têm emprego**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/04/27/desemprego-pnad-ibge.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

VERRIÈRE, J. **As políticas de população**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1991.



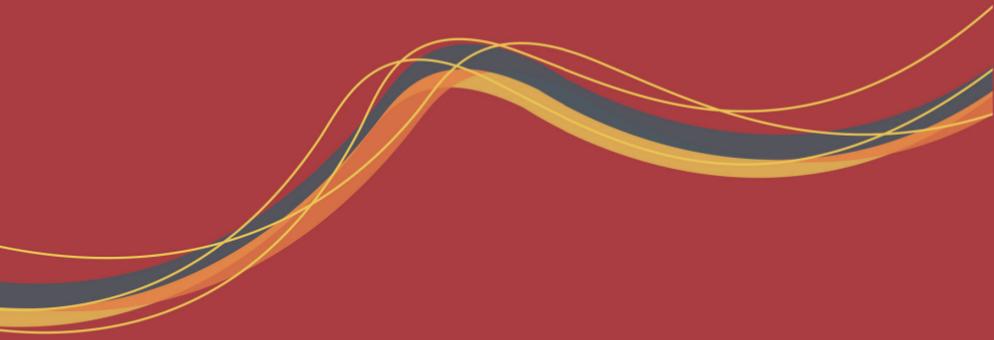












ISBN 978-85-522-1128-0



9 788552 211280 >